

VENCEDOR NA CATEGORIA  
LITERATURA JUVENIL

# DE VOLTA A 1984

GUSTAVO  
BERNARDO



VENCEDOR NA CATEGORIA  
LITERATURA JUVENIL

DE  
VOLTA  
A  
1984

GUSTAVO  
BERNARDO

 **EDUFES**  
Vitória, 2024



**Universidade Federal  
do Espírito Santo**



**EDUFES**  
EDITORA

**Editora Universitária – Edufes**

Filiada à Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias (Abetu)

Av. Fernando Ferrari, 514  
Campus de Goiabeiras  
Vitória – ES · Brasil  
CEP 29075-910

+55 (27) 4009-7852  
edufes@ufes.br  
www.edufes.ufes.br

**Reitor**

Eustáquio Vinicius Ribeiro de Castro

**Vice-reitora**

Sonia Lopes Victor

**Chefe de Gabinete**

Ana Paula Santana de Vasconcellos Bittencourt

**Diretor da Edufes**

Wilberth Salgueiro

**Conselho Editorial**

Ananias Francisco Dias Junior, Eliana Zandonade,  
Eneida Maria Souza Mendonça, Fátima Maria  
Silva, Gleice Pereira, Graziela Baptista Vidaurre,  
José André Lourenço, Marcelo Eduardo Vieira  
Segatto, Margarete Sacht Góes, Othon Souto  
Campos, Rogério Borges de Oliveira, Rosana  
Suemi Tokumaru, Sandra Soares Della Fonte

**Secretaria do Conselho Editorial**

Douglas Salomão

**Administrativo**

Josias Bravim, Washington Romão dos Santos

**Seção de Edição e Revisão de Textos**

Fernanda Scopel, George Vianna,  
Jussara Rodrigues, Roberta Estefânia Soares

**Seção de Design**

Juliana Braga, Samira Bolonha Gomes,  
Willi Piske Junior

**Seção de Livraria e Comercialização**

Adriani Raimondi, Ana Paula Rubim,  
Dominique Piazzarollo, Marcos de Alarcão,  
Maria Augusta Postinghel

**Produção cultural**

Déborah Pinto Corrêa



Este trabalho atende às determinações do Repositório Institucional do Sistema Integrado de Bibliotecas da Ufes e está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia desta licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

#### **Preparação de texto**

Fernanda Scopel

#### **Capa**

Willi Piske Junior

#### **Projeto gráfico e diagramação**

Samira Bolonha Gomes

#### **Revisão de texto**

Jussara Rodrigues

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Editora da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

K91d

Krause, Gustavo Bernardo Galvão, 1955-  
De volta a 1984 [recurso eletrônico] / Gustavo Bernardo  
Galvão Krause. - Dados eletrônicos. - Vitória, ES : EDUFES, 2024.  
133 p. ; 21 cm. - (5º Prêmio Ufes de Literatura ; 3)

ISBN: 978-85-7772-594-6

Acesso em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/774>

1. Literatura infantojuvenil. 2. Romance. I. Título. II. Série.

CDU:821.134.3(81)-93

Elaborado por Ana Paula de Souza Rubim – CRB-6 ES-000998/O

Esta obra foi composta com as famílias tipográficas  
Barlow e Crimson Text.

# Literatura e resistência

Em todo concurso de literatura, a vencedora sempre é a própria literatura. Hoje, e desde há algum tempo, com o mundo cada vez mais veloz, difícil se faz concorrer com a sedução das obras e tecnologias audiovisuais. A lida com a palavra – base, não excludente nem exclusiva, da arte literária – pede uma dedicação de tempo e atenção ao objeto, tempo que poucos querem ofertar ao livro. Também por isso se diz que escrever literatura (e ler literatura!) se assemelha a um gesto de resistência.

A Edufes deseja colaborar com tal gesto realizando, oportunamente, este Prêmio de Literatura, agora na quinta edição. Tendo no horizonte que autores como Carlos Drummond de Andrade e Guimarães Rosa, para citar dois clássicos apenas, ainda desconhecidos concorreram a prêmios literários (e ganharam), a Edufes se sente imensamente feliz em estender suas ações no sentido de dar visibilidade a autores estreados ou veteranos que (feito Drummond e Rosa) se dispuseram a participar do V Prêmio Ufes de Literatura.

É necessário destacar alguns aspectos fundamentais do Prêmio, sobretudo o fato de ter havido uma procura realmente bastante expressiva em todas as modalidades, com dezenas de originais inscritos nas seis categorias: Contos e crônicas, Dramaturgia, Literatura infantil, Literatura juvenil, Poesia e Romance. Escolher um vencedor em cada categoria não foi, decerto, tarefa tranquila para as comissões julgadoras. A propósito, a composição das comissões, contando com professores de reconhecida excelência e com vasta experiência no campo da leitura e da literatura, do ensino e da crítica, amplifica extraordinariamente a valorização do prêmio de cada um dos contemplados.

Concurso sem fronteiras (ou seja, não restrito a capixabas), houve inscrições de quase todos os estados do Brasil, além de muitas inscrições vindas de vários países do mundo. Outro dado relevante nos diz que enviaram originais escritores muito jovens e outros muito experientes, sinal de que a literatura se parece com aquela quadra de João Cabral em “Menino de engenho”, de *A escola das facas*: “Menino, o gume de uma cana / cortou-me ao quase de cegar-me, / e uma cicatriz, que não guardo, / soube dentro de mim guardar-se.” – os escritores sabem que a literatura é esta cicatriz, mais ou menos à vista, que atravessa a vida de quem com ela se avém.

Muito ainda se poderia dizer a respeito do Prêmio, ou de cada uma das obras, e de seus enredos e de suas técnicas etc., mas esse movimento agora pertence ao mundo dos leitores e, por extensão, dos críticos. Se, entre tantos, foram estes os livros escolhidos,

isso significa que há gume e engenho de sobra em cada obra. Para usar uma linguagem um pouco mais despojada, nosso desejo é que, página a página, vocês curtam cada livro como se curte uma música, uma comida, uma paixão.

Para que um Prêmio deste porte se realize, é necessário todo um apoio institucional, que passa pelo Conselho Editorial e por várias instâncias da Universidade, em especial a Reitoria – da qual a Editora é órgão suplementar. Mas, sem a cumplicidade, o envolvimento, a competência, o rigor e a alegria da equipe da Editora Universitária, decerto este Prêmio não teria o êxito que teve e que, agora, com os livros publicados, se estenderá a outros campos e espaços.

Em tempos de agora ou outrora, ler é resistir, resistir é insistir: boa literatura a todos!

*Eustáquio Vinicius Ribeiro de Castro (Reitor – 2024-2028)*

*Sonia Lopes Victor (Vice-reitora – 2024-2028)*

*Paulo Sergio de Paula Vargas (Reitor – 2020-2024)*

*Roney Pignaton da Silva (Vice-reitor – 2020-2024)*

*Wilberth Salgueiro (Diretor da Edufes)*



# Comissões

## **Comissão organizadora (Edufes)**

Fernanda Scopel Falcão

Roberta Estefânia Soares

Washington Romão dos Santos

Willi Piske Junior

## **Comissão julgadora da modalidade Contos e/ou crônicas**

Junia Claudia Zaidan (Ufes)

Marcelo Ferraz de Paula (UFG)

Paulo Roberto de Souza Dutra (UNM/USA)

## **Comissão julgadora da modalidade Dramaturgia**

Geraldo Ramos Pontes Junior (Uerj)

Marcelo Paiva de Souza (UFPR)

Maria Fernanda Garbero (UFRRJ)

### **Comissão julgadora da modalidade Literatura infantil**

Gabriela Rodella (UFSB)

Maria Fernanda Oliveira (UFRJ)

Paulo Roberto Sodré (Ufes)

### **Comissão julgadora da modalidade Literatura juvenil**

Benedito Antunes (Unesp)

Fabiane Verardi (UPF)

Vitor Cei Santos (Ufes)

### **Comissão julgadora da modalidade Poesia**

Raimundo Carvalho (Ufes)

Susana Souto Silva (Ufal)

Tatiana Pequeno (UFF)

### **Comissão julgadora da modalidade Romance**

Augusto Sarmiento-Pantoja (UFPA)

Fabíola Padilha (Ufes)

Leonardo Davino (Uerj)

# Premiados

## **Volume I · Contos e/ou crônicas**

*Autocombustão humana*, de Júlio Cesar Machado de Paula (RJ)

## **Volume II · Literatura infantil**

*O bem-te-vi que mal me viu*, de José Carlos Aragão (MG)

## **Volume III · Literatura juvenil**

*De volta a 1984*, de Gustavo Bernardo Galvão Krause (RJ)

## **Volume IV · Poesia**

*Daqui, declamo*, de Ezequiel Pereira de Sales (CE)

## **Volume V · Romance**

*Ai de ti, Camburi*, de Andréia Delmaschio (ES)



ao Cadu – Carlos Eduardo Dias Duarte,  
*in memoriam,*

ao Luluba – Luiz Henrique Calmon de Aguiar,  
*in memoriam,*

e ao Fred – Frederico Guilherme Roedel,  
é claro.



# Sumário

17_	_ _ _ _ _	_ Prefácio	
19_	_ _ _ _ _	_ da vítima	[1]
21_	_ _ _ _ _	_ de Amâncio	[2]
27_	_ _ _ _ _	_ do corpo	[3]
43_	_ _ _ _ _	_ da subversão	[4]
51_	_ _ _ _ _	_ da literatura	[5]
69_	_ _ _ _ _	_ da biblioteca	[6]
77_	_ _ _ _ _	_ da tortura	[7]
85_	_ _ _ _ _	_ da matemática	[8]
95_	_ _ _ _ _	_ da queda	[9]
107_	_ _ _ _ _	_ dos recados	[10]
113_	_ _ _ _ _	_ da vingança	[11]
121_	_ _ _ _ _	_ da confissão	[12]



# Prefácio

“Por que alguém matou o diretor do Colégio Silveira?”, indaga o tenente-coronel Amâncio após ver o corpo no meio de uma poça de sangue. Leitor de filosofia e literatura, de Karl Marx e Antonio Gramsci a Agatha Christie e Jorge Amado, o militar era incumbido de investigar os casos não resolvidos de homicídio fora do 1º Batalhão da Polícia do Exército, mantendo-se distante das torturas que ocorriam dentro do quartel naquele “ano da desgraça de 1984”. Ambientada em uma escola pública administrada pela universidade estadual, a ficção envolve um exemplar do romance *1984*, de George Orwell, uma bibliotecária, uma secretária e professores de disciplinas como Literatura, Geografia e Matemática. Com esse enredo, a narrativa é organizada em torno da clássica tríade do romance policial – vítima(s), criminoso, detetive, ou crime, investigação e revelação da identidade do criminoso. Além disso, é um romance histórico que restabelece a singularidade da época representada, estabelecendo comparações e vínculos com o nosso tempo presente. Com leveza, o narrador e os personagens de Gustavo Bernardo, pensador da ficção do crime, oferecem reflexões sobre teoria literária, história política, ética e estética, identificando os perigos que enfrentamos e nos fortalecendo para a dissidência.

*Vitor Cei*



O dia amanhece quente e ensolarado. No entanto, por trás dos muros que cortam a cidade, anunciam-se nuvens carregadas.

No Colégio Silveira, pais deixam seus filhos no portão. Que dia é hoje? Que horas são? O relógio e o calendário me dizem que são 6 horas e 33 minutos da manhã do dia 10 de setembro de 1984.

Dona Lucy, a secretária do diretor, chega cedo, como de hábito. Passa pelas crianças que conversam no pátio e sobe as escadas que dão acesso ao hall de entrada. Ao tentar abrir o gabinete, porém, percebe que já estava aberto. Isso nunca aconteceu: o professor Fernando Fernandez não chega nunca antes dela, menos ainda na segunda-feira. Ao empurrar a porta, dona Lucy estaca, os olhos arregalados, a respiração interrompida.

O grito de dona Lucy estremece a escola. O professor se encontra deitado no chão de sinteco do seu gabinete, com a barriga para cima, no meio de uma poça de sangue. Mais tarde, os jornais vespertinos dirão que o corpo da vítima esparramava-se em decúbito dorsal. Tudo indica que a vítima já estava morta antes mesmo da primeira página da história.

Não há mais nada a fazer – exceto entender o que aconteceu, identificar o assassino, procurá-lo, prendê-lo, julgá-lo e condená-lo.

Se possível.



Quem é a vítima? O professor Fernando Fernandez, claro. No entanto, não basta saber o seu nome. É preciso saber que ele era o diretor do Colégio Silveira, localizado no bairro da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, capital do estado de mesmo nome. Mas é preciso saber mais do que isso: quem ele era, como viveu, o que pensou, o que fez de certo, o que fez de errado.

Essas perguntas são necessárias para descobrir por que o mataram e quem o matou. Entretanto, quem tem a obrigação de fazer tais perguntas não é um detetive inglês. Também não é um detetive particular. Não é nem mesmo um detetive da polícia civil. Quem assume essa obrigação atende pelo nome de Amâncio da Cruz e Silva. Amâncio, porém, não trabalha na Divisão de Homicídios da Polícia Civil. Ele é tenente-coronel do 1º Batalhão da Polícia do Exército.

Como vocês sabem, o 1º Batalhão da Polícia do Exército tem seu quartel na rua Barão de Mesquita, na mesma cidade do Rio de Janeiro. Nos dias que correm à volta deste acontecimento, a simples menção ao quartel da Barão de Mesquita desperta, dependendo do interlocutor, forte reação de medo. Todavia, o primeiro nome do tenente-coronel sugere gentileza e delicadeza.

Amâncio significa: aquele que ama, ou: aquele que é amado. Quando cabe a pergunta: o Amâncio em questão foi amado por aqueles que

lhe deram esse nome? Cabe a pergunta, mas eu não sei respondê-la. Eu devia saber? Talvez, mas não tenho o dom da onisciência – se o tivesse, seria um paradoxo ambulante. Resta-me deixar a dúvida no ar.

Amâncio reconhece que não é uma pessoa amável – por isso, o nome o constrange desde pequeno. Coisa semelhante acontece com os Pedros, obrigados a fundar uma igreja, e com os Bernardos, compelidos a urrarem no meio de uma floresta. A profissão que o nosso herói escolheu não o ajuda muito a cultivar a amabilidade – e eu também não sei se ele, ao fim da história, será de fato um herói. Qualidades como a gentileza, tão valorizadas nos filmes da sessão da tarde, se afiguram contraproducentes, tanto num romance policial quanto em qualquer quartel – mais ainda no quartel em que ele serve.

Ser amável em lugares assim equivale a dar um tiro no próprio pé com a própria arma. Para sobreviver, convém que o tenente-coronel não cultive amizades. Como, na adolescência, ele se esforçou para ser amigo dos outros garotos, mas não teve muito sucesso, aprendeu a se bastar. Na verdade, Cruz, o sobrenome materno, diz mais sobre a sua pessoa do que o primeiro nome.

Falando em armas: Amâncio já se viu obrigado a sacar a arma umas quantas vezes – cada uma delas aumentando o peso da cruz que carrega. A primeira lição que se aprende na profissão é: sacou a arma, atire – senão, eles, quem quer que sejam, atiram primeiro. A segunda lição é corolário da primeira: se atirar, mire no peito – porque tem mais chance de acertar. Não se deve mirar na perna ou no ombro, muito menos na arma do outro – isso não dá certo nem em faroeste italiano.

Resumindo, de maneira um pouco menos sutil: se sacar, atire; se atirar, mate.

O tenente-coronel Amâncio já matou alguém? Ora, essa não é pergunta que se faça, ainda mais neste ano de 1984. O que nos interessa é que o nome de Amâncio, em vez de se tornar uma profecia simpática, funciona como um peso extra sobre os seus ombros. Digo peso extra porque Amâncio sempre foi mais pesado e mais alto do que as crianças da sua idade. Além disso, o rapaz nasceu com

heterocromia, ou seja: com cada olho de uma cor. O olho direito é azul, como os do pai, enquanto o olho esquerdo é verde, como os da mãe. O tenente-coronel preferiria, no entanto, que seus dois olhos fossem castanhos, de modo a atraírem o mínimo possível de atenção.

Na escola, Amâncio logo percebeu que não devia reagir às implicações dos colegas, ora com a sua altura, ora com os seus olhos, para não as alimentar. Isso o tornou, porém, uma pessoa tensa e introspectiva. Apesar das implicações dos colegas, ou talvez por causa delas, o jovem Amâncio sempre foi muito bom aluno. Revidava as gozações que sofria mostrando-se mais inteligente do que os amiguinhos. Os professores de Amâncio, a propósito, esperavam que o ótimo aluno seguisse a carreira de engenheiro – na época, a mais concorrida e a que melhor remunerava o profissional. Contudo, para surpresa da escola e da família, ele preferiu fazer prova para se tornar oficial da polícia do exército.

Como assim?, perguntavam. Sua família, de classe média, era conservadora e apoiava o governo militar, mas nem assim consideravam que ser do exército desse algum prestígio ou privilégio. Entendiam que a carreira militar não atraía os melhores alunos das escolas, mas, ao contrário, os mais fracos – ou seja, aqueles que se submetiam a um treinamento duro, muitas vezes cruel, para obedecer, sem hesitar e sem contestar, a quaisquer ordens.

No futuro, como preveem seus parentes, Amâncio se desiludirá com a carreira militar. No ano da desgraça de 1984, entretanto, o tenente-coronel ainda não tem noção de que as palavras “polícia” e “exército” são contraditórias entre si: enquanto a polícia joga na defesa, as forças militares, por definição, jogam no ataque. Cabe à polícia zelar pela ordem pública, enquanto cabe ao exército lutar a favor da desordem pública na pátria alheia. Para cumprir sua missão precípua, como se diz, os militares suspendem um dos mandamentos da lei de Deus.

Na guerra, razão de ser do exército, autorizam-se os soldados a matar os inimigos – quanto mais inimigos, melhor. No fim da guerra, para coroar todos os crimes, condecoram-se, com medalhas

de honra ao mérito, os melhores assassinos. Na paz, a polícia do exército ainda age como se estivesse em guerra permanente, elegendo, a cada momento, um inimigo diferente. Na eventual falta de um inimigo de plantão, a própria polícia se divide, por cissiparidade, ocupando também o lugar do crime que combate. Os esquadrões da morte, primeiro, as milícias paramilitares, depois, se configurarão como o resultado dessa esquizofrenia estrutural.

Estou me apressando, porém. Peço desculpas: o futuro me atrai como a lâmpada acesa atrai insetos. Neste ano da desgraça de 1984, fiquemos nele, os inimigos têm vários nomes – terrorismo, comunismo, subversivismo –, mas a cor de todos eles é uma só. No quartel, os soldados, na ordem unida, berram, a plenos pulmões, que: “a nossa bandeira (pausa para respirar) nunca será vermelha!”.

Por favor, não estranhem: na escola de formação de oficiais da polícia do exército, prefere-se dizer “subversivismo” a “subversão” – portanto, a palavra “subversivismo” existe sim. Alguns filósofos marxistas, como o italiano Antonio Gramsci, também preferem o termo “subversivismo”, mais dinâmico do que o mero substantivo “subversão”. Todavia, para não acharem que enfio Gramsci na história para mandar algum recado político, esclareço que Amâncio lia não apenas Gramsci, mas também um pouco de Marx. Lia e discutia com os seus professores, todos coronéis ou generais do exército. O jovem tenente-coronel nem sempre concordava com as interpretações que os seus mestres militares lhe traziam, em especial aquelas que reduzissem o pensamento do inimigo a uma caricatura. Argumentava que, se assim o fosse, o inimigo vermelho não seria um inimigo assim tão resistente, como de fato o era, e não empolgaria tantas pessoas cultas, como de fato empolgava.

O seu posicionamento crítico, porém, se agradava a alguns daqueles militares, surpresos com o aluno que lia mais do que apenas os textos que eles mandavam ler, desagradava aos superiores no quartel – eles consideravam muito perigosas tanto a inteligência quanto a

cultura. Foram esses superiores que vetaram a participação do ainda capitão da Cruz e Silva no curso restrito que especialistas norte-americanos ministraram, na década de 70, no 1º Batalhão. O curso trazia o pomposo nome de “técnicas modernas de interrogatório”. O quartel da rua Barão de Mesquita, onde se baseava o 1º Batalhão da Polícia do Exército, mais tarde se tornaria conhecido como o centro de difusão daquelas técnicas.

O capitão Amâncio seria um candidato natural a participar do curso e a aplicar as novas técnicas, em função da sua disciplina, da sua altura, da sua força e da sua envergadura. No entanto, as suas outras habilidades, como fluência verbal, capacidade de leitura e de articulação crítica, o tornavam *persona* não muito grata. Por isso, quando decidiram que seu caráter não o credenciava para as concorridas sessões de interrogatório, incumbiram-no de investigar os casos não resolvidos de homicídio que tivessem relação com o terrorismo.

No decorrer das suas investigações, o já tenente-coronel Amâncio desenvolve o hábito de sussurrar a frase: “a vítima já está morta”. A seguir, pergunta a si mesmo: o que estou fazendo aqui? Amâncio sente-se enxugando sangue derramado: ele quer chegar, ao menos uma vez, antes do assassino. Com toda a frustração, no entanto, ele ainda prefere trabalhar fora à alternativa de trabalhar dentro do quartel. No quartel, os gritos das pessoas interrogadas atravessam as grossas paredes de alvenaria, deixando-o à beira de uma forte depressão. Por isso, não deixa de dar razão aos superiores: não se sente capacitado a interrogar ninguém com aqueles métodos. Não gosta de gritar, detesta ouvir gritos e, pior: odeia fazer com que alguém grite, de dor ou de pavor.

Assim, o tenente-coronel Amâncio chega ao Colégio Silveira mais ou menos uma hora depois que a dona Lucy encontrou o corpo do professor Fernando Fernandez. Bem fardado e bem armado, ele sobe as escadas que levam ao hall de entrada sussurrando, para si mesmo, o seu mantra: que a vítima já está morta.



Voltamos então ao gabinete do diretor do Colégio Silveira. Seu corpo está no meio de uma poça de sangue. Sobre a escrivaninha, encontram-se apenas um livro, uma caneta-tinteiro e uma agenda, aberta numa página em branco. O estado do corpo, nada agradável de se ver, sugere que o professor foi assassinado há dois ou três dias. Quem levanta essa hipótese é a perita do quartel, que chegou ao local do crime um pouco antes do tenente-coronel Amâncio.

O militar se surpreende ao ver uma mulher nesta função, mas não demonstra. Sem se preocupar com a questão do seu gênero, a perita confirma diversas perfurações por objeto cortante e lhe diz: há tantas impressões digitais diferentes no gabinete que será difícil identificar as do assassino. Apenas o livro sobre a escrivaninha se mostra limpo, sem quaisquer impressões digitais, como se tivesse acabado de sair da gráfica – alguém se preocupou em limpá-lo. O fato torna o livro uma prova negativa importante.

Amâncio usa a expressão “prova negativa” para objetos que deveriam estar no local do crime, mas não estão, ou que deveriam mostrar impressões digitais, mas não mostram. A prova negativa é equivalente ao que professores de literatura chamam de “não dito” nos textos narrativos. Assim como o não dito de um texto diz mais do que o que está escrito, a prova negativa pode levar à solução de um crime.

A vítima, o professor Fernando Fernandez, era, até o momento da sua morte, o diretor do Colégio Silveira. Quem o matou? Por que o fez? Qual pergunta tentar responder primeiro?

Amâncio pensa que é mais fácil deduzir o motivo de um assassinato do que encontrar a arma do crime. Apenas assassinos passionais e descuidados não se livram da arma do crime. Esta é a regra número um do manual do assassino: livre-se da arma logo depois do crime. Recuperando a história da vítima, entretanto, é possível imaginar por que alguém queria matá-la. O motivo do assassinato aponta o dedo para o assassino. Logo, a investigação deve começar com a pergunta: por que matou? Por que alguém matou o diretor do Colégio Silveira?

Com a pergunta engatilhada, o tenente-coronel entra no gabinete. Os policiais civis que já se encontram no local o olham, esperando o seu comando – eles sabem quem manda. Alguns deles, os mais novos, nasceram já durante a ditadura militar. Amâncio não fala nada, sabendo que, quanto menos falar, melhor. Antes, precisa observar os detalhes da cena do crime, procurando algo que ainda não tem ideia do que seja.

Em cima da mesa, ao lado da agenda aberta na solitária página em branco, o livro. O título do livro é um número – por coincidência, o número do ano corrente. Para Amâncio, coincidências não existem. Tudo quer dizer alguma coisa ou está relacionado com outra coisa. Nenhum detalhe, como um livro intitulado *1984* no ano de 1984, pode ser descartado.

Ele folheia o livro sem se preocupar – primeiro, porque está de luvas, como manda o protocolo; segundo, porque já sabe que o volume não traz nenhuma impressão digital. Observa, então, que algumas páginas ímpares do livro mostram a ponta superior dobrada para dentro. Colada à folha de rosto, uma etiqueta revela que o livro pertence à biblioteca do Colégio Silveira. Talvez o professor Fernandez o tenha solicitado e o estivesse lendo, quando foi surpreendido pelo assassino. Ou o próprio assassino estaria lendo o livro e o

esqueceu no gabinete, perturbado depois do ato que cometeu. Então, o livro pode ser uma pista – deixada pelo próprio assassino?

Sim, não seria a primeira vez, pelo menos em romances policiais. Na chamada vida real, acontece menos vezes, mas menos vezes não é nunca. O assassino pode ser um leitor de romances policiais que desejasse representar o papel do personagem assassino. Nesse caso, ele ajudaria o detetive a encontrá-lo e a proclamá-lo o assassino do ano. Reconheço: hipótese ainda menos provável. Quem sabe, o objetivo do livro sobre a mesa seria apenas o de confundir a investigação. Ou não haveria objetivo algum, o livro estaria ali apenas por mero acaso.

Na porta aberta do gabinete, os policiais civis pedem para professores e alunos circularem e subirem para as salas. Quase todos os professores vestem um guarda-pó branco, à exceção de um deles, que se apresenta de terno cinza com gravata azul-marinho. Os alunos estão com o uniforme da escola: tênis branco ou preto; saia ou calça comprida de jeans; camiseta branca, com o símbolo da escola no lado esquerdo do peito, mostrando uma tocha com a chama acesa. A tocha representa, Amâncio supõe, o conhecimento que ilumina as trevas da ignorância. Preciso dessa tocha acesa agora, pensa o tenente-coronel.

Um dos policiais sugere que o diretor suspenda as aulas do dia para facilitar o trabalho da polícia, mas logo outro o lembra de que o diretor em questão acabou de falecer. O vice-diretor e o chefe da secretaria ainda não chegaram, logo não podem tomar nenhuma providência. Se o crime tivesse sido cometido há poucos minutos, seria o caso de fechar as portas e determinar: ninguém sai, ninguém entra. O problema é que não estamos dentro de um romance de Agatha Christie.

A escola conta com pouco mais de quatrocentos alunos, aos quais se somam, hoje, doze professores e dez funcionários. Não há como interrogar todos eles e, se fosse possível, não seria útil. Considerando que o óbito se deu dois ou três dias antes, raciocina Amâncio, então a escola estava fechada: na sexta-feira passada foi feriado, com direito a parada militar na avenida Presidente Vargas.

Olhando pela janela, o tenente-coronel observa que não há qualquer comoção, mas sim indiferença casual, como se o diretor da escola houvesse contraído apenas um leve resfriado. A secretária pessoal do diretor – ela se chama “dona Lucy com y”, como fez questão de se apresentar – também não chora. Na verdade, mostra-se à vontade, conversando com alguns funcionários e professores. Dona Lucy fala ora do crime, ora de Araruama, onde passou o feriado de 7 de setembro. Na sala dos professores, no fundo do hall de entrada, os mestres conversam sobre a semana de provas no fim do mês. O único gesto que trai o nervosismo é o de arrumar e rearrumar as próprias pastas repetidas vezes, nos escaninhos à esquerda da sala. Quem não faz isso entra e sai dos banheiros – à direita, para os homens, e à esquerda, para as mulheres.

No pátio, grupos de pais permanecem por ali e discutem o acontecimento, preocupados. A presidente da associação de pais e mestres reza um terço e enaltece as qualidades do diretor falecido. Os pais não se animam a subir as escadas para perguntar se as aulas serão canceladas, ou se alguém já sabe mais detalhes sobre o crime. Ninguém consegue imaginar quem matou o diretor do colégio, um professor tão sério. Enquanto conversam, os pais das crianças olham de esguelha, ressabiados, para o morro que cresce por detrás da escola, em ruas estreitas e sinuosas. O morro do Turano abriga a favela de mesmo nome.

O Colégio Silveira é uma escola de elite, administrada pela universidade estadual. Comporta os ensinamentos de 1º e de 2º grau. Todos os anos centenas de crianças se inscrevem no concorrido concurso de seleção para a 5ª série do 1º grau. Mas como é que uma escola de elite sobrevive ao assassinato do seu diretor? Essa é uma pergunta difícil, mais ainda nos tempos que correm. Neste ano de 1984, comemoram-se os 20 anos do regime militar – mais tarde se dirá: da ditadura civil-militar. No 1º Batalhão, grassa a preocupação com a abertura política, preparada, desde o governo Geisel, pelo general Golbery do Couto e Silva. A abertura, ainda que lenta e gradual, trará de volta

os governos civis. Com eles, alguns dos terroristas que, nos anos anteriores, se exilaram do país.

O tenente-coronel Amâncio foi indicado para investigar o caso porque a vítima, o professor Fernando Fernandez, teria sido importante colaborador da corporação, ao passar informações tanto sobre docentes potencialmente subversivos quanto sobre o movimento dos alunos que tentaram reativar o Grêmio do Colégio Silveira, fechado desde 1968. Ainda que as condições em que encontrou o corpo do professor sugeriram crime passional, o militar não descarta a hipótese de crime político – motivado, talvez, pelo desejo de vingança de alguém que ele tenha denunciado. No gabinete, Amâncio olha para o corpo prostrado no chão.

De repente, ele escuta: um grito.

Um grito surdo. Um grito cortado na raiz. Controla-se para que dona Lucy, que permanece no gabinete, não se dê conta da sua perturbação, até porque o tenente-coronel tem noção de que, na verdade, ninguém gritou – pelo menos, ninguém gritou neste momento. O fenômeno acontece muitas vezes com ele: Amâncio escuta gritos que ninguém mais escuta. Ele tem certeza de que não são gritos imaginários, mas sim gritos do passado, ou gritos do futuro – não é fácil distingui-los.

Neste caso, ele acha que sabe, sem saber como sabe, que quem gritou foi o próprio Fernandez, no momento em que recebeu a facada no pescoço, cortando-lhe a vida. Sorri para dentro, pensando que já sabe mais do que a perita: sabe que a arma do crime foi uma faca, e que o golpe que lhe cortou a vida fora dado no pescoço. A estranha habilidade do tenente-coronel Amâncio, no entanto, não o ajuda nas investigações. Ele não pode usar seu testemunho do grito da vítima, se não se encontrava no local quando o professor gritou. Pela mesma razão, não pode relatar seu conhecimento do modo como o assassinato se deu, precisando para isso contar com a análise da perícia e, depois, com o exame do médico-legista.

Respirando fundo – os gritos sempre o abalam –, Amâncio sai do gabinete, acenando com a cabeça para os policiais civis presentes.

Eles não gostam muito da sua presença, se ela lhes tira o protagonismo da investigação, mas abstêm-se de tecer comentários. O militar anda de um lado para o outro no andar térreo da escola, olhando para cada pessoa como se fosse apontar um suspeito. Se essa não é a sua intenção, as pessoas o interpretam assim, porque quase todas exibem ligeiro tremor em uma das pálpebras.

O tenente-coronel passa na mecanografia e na secretaria, voltando para a sala dos professores e, depois, para a sala do serviço de orientação pedagógica, até chegar ao refeitório – àquela hora, vazio. Como se lembra, na hora do almoço o refeitório se encherá de adolescentes. Ao contrário da maioria das escolas, o Colégio Silveira mantém horário integral: os alunos entram de manhã cedo e voltam para suas casas no fim da tarde.

Como Amâncio se lembra do refeitório cheio de crianças? Ora, porque ele mesmo estudou durante sete anos no Colégio Silveira. Recorda-se, com carinho, do uniforme, diferente do atual. Amâncio e colegas vestiam calças de tergal na cor azul escura, camisas brancas, de botão, e calçavam sapatos vulcabras pretos. A passagem escolar do jovem Amâncio foi recheada de notas altas e elogios dos professores – mas também de momentos de tensão e humilhação. Para complicar, Amâncio foi aluno do próprio Fernandez: ele assistira a suas aulas de Organização Social e Política Brasileira, vulgo OSPB, na 1ª série do 2º grau.

As aulas do professor Fernandez é que o teriam levado à carreira militar? Com certeza, não. O professor Fernando era um professor sério, circunspeto, mas sem carisma. Dava as aulas olhando por cima das cabeças dos alunos, como se contemplasse o fundo da sala. Recorria sempre a velhas fichas de cartolina amassadas, as quais se repetiam de um ano para o outro. Corria a lenda de que o professor de OSPB sabia de cor o Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa: bastaria alguém perguntar o significado de uma palavra para ele recitar o verbete completo – com classe gramatical, separação silábica, feminino, plural, sinônimo, antônimo e etimologia. Na turma

do Amâncio, porém, ninguém teve coragem de perguntar o significado de qualquer palavra para confirmar se a lenda era verdadeira.

Funcionários, professores e alunos do colégio observam o tenente-coronel andando e olhando em volta, sem suspeitar que Amâncio procura um rosto familiar de professor, professora, inspetor ou até mesmo de colega do seu tempo. Ele não reconhece, entretanto, nenhum colega daquela época: ninguém se tornara professor e voltara para dar aula na escola. Os inspetores estão mais velhos, mas vários professores são novos.

Amâncio pensa, é gente demais: professores, inspetores, serventes, cozinheiras, adolescentes, pais, mães, moradores e moradoras do morro. Nas mansões dos romances de Agatha Christie, apenas sete ou oito pessoas se reúnem para fazer o papel de suspeitas, o que facilita sobremaneira o trabalho, tanto do detetive quanto da escritora. O ex-aluno do Colégio Silveira não se considera um expert em romance policial, mas gosta de ler. Os livrinhos de Agatha Christie, em particular, são baratos, pode comprá-los no jornaleiro. Além disso, os personagens parecem gente comum. Por fim, a leitura relaxa: as vítimas ficam limpas e arrumadas, o sangue não escorre, nem mesmo as cenas de violência são violentas.

Pensando nessa literatura, ele sobe as escadas para o primeiro andar. Nas salas de aula, turmas sem professor conversam animadas, excitadas com o acontecimento. Um pequeno auditório, perto do elevador, ainda está fechado. Como em todas as salas de aula, na porta do auditório uma janelinha de vidro permite a quem passa saber quem se encontra lá dentro. Um pouco emocionado, Amâncio se dirige para a biblioteca no fundo do corredor. É uma biblioteca grande, com diversas estantes de metal carregadas de livros de todos os tamanhos. A porta está aberta. Ele entra devagar. Uma moça pequena, jovem, de cor parda, anda com as costas encurvadas, enquanto carrega uma pilha de livros e o olha de lado. Deve ser a bibliotecária. Ele também a olha de esguelha, como se a conhecesse de algum lugar. A sensação é vaga, difusa.

De repente, e de novo, ele escuta ao longe um outro grito de dor, sem saber de onde vem. Como o som do grito é muito baixo, não reconhece se parte da jovem. Pensa que gostaria de se livrar disso, dessa maldição que de nada lhe serve, apenas o atormenta. A sensação insiste: de onde conhece a mulher que trabalha na biblioteca do Colégio Silveira? Talvez a reconheça de outro estabelecimento escolar, daqueles que visita para fazer palestras nas bibliotecas dos colégios. Essas visitas lhe permitem saber que é raro ver bibliotecas escolares desse tamanho – ou bibliotecas de qualquer tamanho. As coleções de livros didáticos, financiadas pelo Ministério da Educação, vêm tornando desnecessária a existência desse tipo de espaço. A biblioteca do Colégio Silveira, porém, ainda resiste à extinção.

Amâncio prefere não perguntar nada à bibliotecária, sobre o grito ou sobre o crime. A moça se mostra aliviada quando ele sai pela porta. O militar também não perguntara nada, ainda, à secretária do diretor, ou a qualquer professor. Amâncio não gosta de interrogar ninguém à queima-roupa. As pessoas ficam com medo e se esquecem de tudo com facilidade. Ele prefere que as pessoas se acostumem com a sua presença – desse modo, devagar, ganha alguma confiança delas, mesmo que pouca. Pouca confiança é melhor do que muita desconfiança.

Ele continua passeando pela escola, subindo aos demais andares pelas escadas. Na verdade, faria isso em qualquer outro prédio em que tivesse sido cometido um crime. Já que estudou nesta escola por sete anos, ele também aproveita a ocasião para rever as salas em que assistiu a tantas aulas. De todo modo, o militar precisa sentir o clima do ambiente e conversar em silêncio com aquelas paredes, como decerto faria o inspetor Maigret.

Sim, o tenente-coronel Amâncio também leu os romances de Georges Simenon. Assim, o nosso Maigret tupiniquim sobe pelas escadas, dispensando o elevador. No segundo andar, encontra o laboratório de biologia, também fechado – os alunos só podem utilizá-lo na presença de um professor. A seguir, sobe ao terceiro andar, com

um pátio interno para recreio, festividades e eventos, servido por uma cantina. Ao fundo, uma porta grande, que dá para um comprido quintal de terra. Estranho encontrar um quintal no terceiro andar, mas há uma explicação: o prédio da escola foi construído cortando o aclave do morro, o que dá a impressão de que sustenta o próprio morro. Nesse quintal, veem-se os pés de mamona, utilizados pelos alunos para brincar de guerra com os frutos da planta. Mexendo nos galhos da planta, Amâncio observa o muro cinzento que separa aquele espaço da rua que sobe o morro do Turano. Percebe que o assassino poderia ter saído pelo terceiro andar, para escalar o morro e desaparecer.

Nos andares seguintes, ele vê mais salas de aula, os banheiros e os laboratórios de física e química. Esses laboratórios são um diferencial importante do Colégio Silveira. Se já são poucas as escolas que ostentam bibliotecas, menos ainda as que têm laboratórios das ciências da natureza. No quinto andar, o tenente-coronel sorri sem que ninguém o veja, lembrando do seu primeiro beijo numa menina, naquela sala pequena bem em frente ao velho elevador. Depois, ele corrige a lembrança: uma colega bonita, com aparelho nos dentes, que morava em Duque de Caxias, é que o beijou. O beijo foi o primeiro momento da sua vida – talvez o único – em que se sentiu um herói.

Depois dessa recordação feliz, Amâncio sobe ao sexto andar e lá pega o elevador para descer. Chamavam o elevador de Morte Lenta, por razões óbvias: ele sobe e desce muito devagar. O prédio da escola era antes uma escola de enfermagem e aquele elevador, grande e comprido, transportava as macas com os pacientes. O tenente-coronel desce junto de um professor baixinho, já de certa idade, com o livro de exercícios de álgebra do Ary Quintella debaixo do braço. O ex-aluno pensa, primeiro, que não tem saudade dos exercícios do Ary Quintella. Depois, reconhece o professor, que já lecionava matemática no seu tempo. Lembra-se de que ele mesmo e seus colegas brincavam de pôr o apagador no alto do quadro-negro antes das aulas daquele professor, só para vê-lo entrar em sala, dar uma risadinha e reclamar: “vocês não desistem nunca”. Com raro espírito esportivo,

o professor puxava a cadeira para perto do quadro e subia nela para pegar o apagador. Ao descer da cadeira, começava a aula normalmente.

Os dois, professor e ex-aluno, descem devagar os seis andares, sem parar em nenhum, até chegarem de volta ao térreo. Durante a viagem, o pequeno professor permanece mudo, mas com os olhos arregalados. Parece assustado com a farda e a arma no coldre – ou, talvez, com os olhos de cores diferentes. O tenente-coronel Amâncio acha que sabe o nome do professor. Para não ter dúvida, assim que chega ao térreo pergunta para dona Lucy quem é ele. A secretária levanta a sobrancelha, estranhando a pergunta, mas responde: ah, é o professor Sylvio, “mas também com y”. Amâncio agradece a resposta, mas insiste: Sylvio com y, certo, mas Sylvio de quê? Dona Lucy abaixa a cabeça, nervosa, e aperta uma mão na outra. Depois, responde, com voz baixa: Prestes. Ato contínuo, pede licença e corre para o gabinete.

Amâncio repete: Sylvio Prestes. De fato, é o nome que lhe veio à cabeça. Será que ele é parente?, pergunta-se. Será que o professor Sylvio Prestes é parente do capitão Luís Carlos Prestes, conhecido, pelos comunistas, como Cavaleiro da Esperança? Jorge Amado escreveu a biografia poética do capitão com este título: *O Cavaleiro da Esperança*. Taiguara também fez uma música em homenagem a ele: “o cavaleiro da esperança é soldado alerta, prestes a enfrentar o dragão do mal que quer nos matar”. O tenente-coronel acha a música bonita – mas não a canta no quartel, é claro. Ao mesmo tempo que a música de Taiguara lhe vem à cabeça (e não sai), Amâncio pensa que o professor Sylvio Prestes pode ser suspeito do crime, se de fato for parente do capitão comunista. Entretanto, o professor é idoso, franzino e baixinho – não seria páreo num confronto de arma branca com o diretor, mais alto e mais forte.

O tenente-coronel dirige-se enfim à sala dos professores, onde se apresenta, prestando atenção à expressão corporal dos docentes. Cumprimenta cada um deles com cordialidade, estendendo-lhes a mão. Quando aperta a sua mão, o professor Sylvio Prestes, para a surpresa do militar, o faz com força. A todos, o militar lamenta o que

aconteceu e explica que os chamará em breve para conversar na escola mesmo, não precisam ir ao 1º Batalhão da Polícia do Exército, na Barão de Mesquita. Amâncio menciona o nome completo do Batalhão de propósito. O efeito logo se faz sentir, mostrando-se na fisionomia de cada professor, não apenas do professor Sylvio: pequenos músculos do rosto, abaixo de um olho ou outro, pulam involuntariamente.

Mas um dos professores aperta a sua mão com mais força ainda, afirmando que admira o trabalho deles. Por “trabalho deles”, ele se refere, considerando o tom de voz e a expressão facial retesada, às forças de repressão do governo militar. Amâncio anota na cabeça, para conferência posterior: aquele professor pode ser tanto um civil entusiasta de um governo de força quanto um contestador disfarçado. O suposto admirador das forças armadas se apresenta como Vágner Venâncio Veiga – com V, V e V, enfatiza. Explica que também leciona geografia e que ele e o professor Fernando Fernandez eram mais do que colegas da disciplina – eles eram amigos, antes do acontecimento desagradável. O professor Vágner acrescenta, ainda, como se fosse muito importante: por favor, não esqueça, é Fernandez com “z”. Pronuncia-se “Fernandês”, como “mês”.

Amâncio faz mais três anotações mentais: primeiro, pergunta-se por que tanta preocupação com as consoantes neste colégio; depois, que desagradável não é bem o melhor adjetivo para designar um assassinato; em terceiro lugar, que o professor Vágner Venâncio Veiga, “com V, V e V”, talvez tenha conhecimento da condição de colaborador do agora ex-diretor do Colégio Silveira.

Outro mestre se recusa a apertar a mão do tenente-coronel, cumprimentando-o apenas com um leve aceno de cabeça. Desse professor, no entanto, Amâncio não esperava essa recusa afrontosa, já que ele lhe parece o mais formal dos docentes: muito magro, veste-se com um terno impecável, à diferença dos demais. Ele o olha de cima, porque é o homem mais alto da sala, ainda mais alto do que o militar. Amâncio pergunta o nome do professor reticente, mas recebe de resposta apenas “Carlos”, enquanto continua a encará-lo com tranquilidade.

Amâncio sustenta o olhar e reitera a pergunta, enfatizando as reticências: sim, Carlos, mas... de quê? Espaçando bem o intervalo entre os nomes, o professor responde: Carlos... Nascimento... Silva.

O tenente-coronel evita fazer piada com o sobrenome do professor, como sente vontade, inquirindo se ele é parente da rua. Mantendo a formalidade, pergunta: qual é a sua disciplina, por obséquio? O professor responde no mesmo registro e ainda retruca com uma pergunta inusitada: tenente-coronel Amâncio, eu sou professor de literatura. A propósito, o senhor gosta de ler? Sorrindo, Amâncio responde: depende do livro, mas gosto de estudar. Bom saber, retruca Carlos; podemos conversar melhor assim.

Amâncio percebe que Carlos assume que eles terão uma nova conversa – ou seja, que ele ainda será interrogado. O militar observa, a seguir, que cada professor que o cumprimenta arruma depressa o seu material e sobe para a sua sala de aula, embora não tenha batido nenhum sinal – ainda não deve estar na hora. Não deve ser confortável conversar com um tenente-coronel da polícia do exército logo depois do assassinato do diretor da escola. Por isso mesmo, a reação tranquila do professor Carlos chama a atenção do militar. Se todo mundo parece nervoso e apenas uma pessoa se mostra tranquila, essa pessoa ou é totalmente inocente, ou totalmente culpada.

Entrementes, o rabecão chega para levar o corpo do professor Fernando Fernandez para o Instituto Médico Legal, no Estácio. Ainda há alguns pais no pátio – eles dão espaço para as manobras do veículo, que deixa a traseira de frente para as escadas. Dois homens de branco sobem pelos degraus, entram no gabinete e colocam o corpo do diretor em cima de uma maca, cobrindo-o com um lençol igualmente branco. Descem de volta com cuidado, preocupados em não derrubar nos degraus o corpo do falecido.

Quando o veículo vai embora, levando o corpo, Amâncio pergunta à secretária do diretor: podemos conversar, dona Lucy? Ela responde, gaguejando um pouco, que te-tem algumas coisas para resolver, papéis para arrumar, telefonemas para dar, sangue no chão

para limpar, pois é, o senhor sa-sabe como são essas coisas. O tenente-coronel suspira, pensando com os próprios botões: por que todo mundo dá um jeito de parecer suspeito? Em voz um pouco mais alta, pergunta de novo: podemos conversar, dona Lucy? A mulher se assusta, levando as mãos à boca – mas se recompõe e responde, si-sim, claro, enquanto entra no gabinete do diretor já sem o corpo estendido no chão.

O tenente-coronel Amâncio a acalma, explicando que, por ora, fará poucas perguntas. Por exemplo: quem primeiro viu o diretor e constatou que ele estava morto? A-acho que fui eu mesma, responde a secretária. Chego sempre cedo, antes de todo mundo, moro perto da escola. Antes mesmo do diretor?, pergunta Amâncio. Sim, antes dele, ela responde: todo dia ele chegava às 6 horas e 45 minutos da manhã, mas eu já estava sempre aqui. Por isso que estranhei..., ela ia dizendo, mas se interrompe.

A senhora estranhou... o quê?, pergunta o militar. Eu estranhei, assim que cheguei, ela fala, que o carro do Fernando, que-quer dizer, do professor Fernandez, já estivesse estacionado no lugar habitual. Como ele chegara antes de mim? Ele sempre foi pontual, não chegava nem antes nem depois da hora de sempre, assim como não saía nem antes nem depois da hora de sempre.

E a que horas ele saía sempre, dona Lucy?, pergunta Amâncio. Quatro horas da tarde, todo dia, responde a secretária, explicando que as aulas acabam às quatro e meia da tarde e a escola fecha as portas às cinco, cinco e meia. O diretor fazia questão de ir embora para casa antes de bater o último sinal. O professor Fernandez costumava vir trabalhar na escola nos sábados, domingos e feriados?, pergunta o tenente-coronel. Dona Lucy estranha a pergunta, mas logo percebe que ela faz sentido, se de fato a morte aconteceu alguns dias antes. Não que eu soubesse, responde então a secretária do diretor. Ele sempre foi caxias, mas não a esse ponto. Aliás, ele mandava a gente fazer as coisas, nunca fazia ele mesmo. Não fazia nem rascunho de memorando, mandava a gente datilografar para depois dizer que estava tudo errado.

Nesse momento, Amâncio registra mentalmente a possibilidade de um motivo: ressentimento da secretária por ter seu trabalho criticado de maneira ríspida. O tenente-coronel muda de assunto e pede para a secretária tirar uma cópia xerox da agenda do gabinete nos últimos três meses. Ele quer saber com quem o diretor conversara, pois o conflito que originou o crime poderia ter ocorrido no gabinete. Como a máquina de xerox ficava na mecanografia, dona Lucy pega a agenda da própria mesa, não a agenda encontrada na mesa da vítima, e a leva para a sala que fica entre o gabinete e a secretaria. Reclamando que o servidor responsável não está onde devia estar, ela mesma tira as cópias pedidas e as traz de volta para o investigador – que aproveita para fazer mais algumas perguntas.

O professor Fernandez era casado? Separado? Tinha filhos? Com quem ele estaria no fim de semana, que essa pessoa não deu pela sua falta – ou que não comunicou a sua falta? A senhora conhece alguém da família, alguém que o visitasse no trabalho? Atrapalhada, dona Lucy responde que, ao que soubesse, o professor Fernandez não era casado, não tinha filhos e devia morar sozinho, porque às vezes ele lhe pedia alguma dica caseira. Que tipo de dica?, pergunta Amâncio. Bem, dicas sobre material de limpeza, sobre empregada ou cozinheira. Acho que uma vez ele perguntou se eu conhecia alguma faxineira de confiança e que se desse ao respeito, lembra a secretária. Eu lhe disse que talvez conhecesse uma faxineira boa, mas perguntei para ele se dar-se ao respeito significava saber o seu lugar, ou não usar vestidos apertados.

Amâncio sorri de leve, antes de perguntar qual foi a resposta do professor Fernandez. Dona Lucy responde que o diretor não falou mais nada. O tenente-coronel continua a perguntar: o professor Fernandez era religioso? Se sim, falava da sua religião, mostrava-se praticante, convidava outras pessoas para acompanhá-lo nos cultos ou nas missas?

A secretária responde que o diretor era muito discreto, não falava sobre a vida privada ou preferências religiosas – mas os diversos

crucifixos e terços espalhados sobre as estantes indicam que ele era católico praticante. Ela mesma é espírita – da linha kardecista, sabe? –, mas eles nunca conversaram sobre o assunto. Ainda bem, dona Lucy acrescenta, porque alguns católicos não admitem outra religião. Amâncio concorda, mas vai mais além, afirmando: por definição, nenhum católico admite qualquer outra religião.

Como assim?, espanta-se dona Lucy. O militar explica que a palavra “católico” quer dizer “universal”, para melhor traduzir a hegemonia dessa igreja sobre as demais. Não por outra razão, lembra que, poucos anos atrás, em 1977, foi fundada uma igreja evangélica com o nome de Igreja Universal do Reino de Deus – um plágio disfarçado, logo esperto, da denominação da Igreja Católica.

Com o rosto expressando mistura de dúvida e indignação, dona Lucy pergunta o que a religião do morto tem a ver com o assassinato. Paciente, o tenente-coronel Amâncio explica para ela: nós não sabemos quem é o assassino, nós sabemos apenas quem é a vítima. Preciso fazer as perguntas que puder sobre a vítima para ter ideia de por que ele teria sido morto e por quem. A seguir, acrescenta: não é incomum que pessoas que ostentem a sua religião como se ela os tornasse melhores do que os demais tenham uma vida secreta bem pouco religiosa.

Nervosa com o comentário, dona Lucy tenta mudar de assunto, mas se enrola, porque puxa da cabeça um outro assunto que também a incomoda. Ela pergunta: por que o senhor quis saber o sobrenome do professor Sylvio? Amâncio sorri e repete: ah, do professor Sylvio com y? Dona Lucy solta uma risadinha constrangida e confirma, esse mesmo. O tenente-coronel imagina que ela já saiba, mas assim mesmo explica que o professor Sylvio Prestes tem o mesmo sobrenome do capitão Luís Carlos Prestes. Ora, o capitão Luís Carlos Prestes foi o idealizador da Coluna Prestes e secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro. Exilou-se na União Soviética, mas voltou ao país há pouco tempo, com a anistia.

Ma-mas o professor Sylvio, gagueja dona Lucy, ma-mas o professor Sylvio..., ele não..., os alunos o adoram, e ele não se mete em

política, quanto mais... um atentado, um assassinato?!..., espantasse, levando as mãos ao peito e depois à boca. Então eles são parentes, deduz Amâncio, a secretária sequer levanta a possibilidade de que eles não sejam parentes. Procura acalmá-la, explicando que ainda não sabe muita coisa – se o crime foi político, passional ou de oportunidade. Por isso, não descarta nenhuma hipótese, até porque o assassino pode se encontrar bem do nosso lado – o que provoca forte arrepio na espinha da secretária.

Com leve movimento da cabeça, o militar cumprimenta dona Lucy e sai do gabinete do diretor, suspeitando de que ela não deve ter falado tudo, parecendo esconder alguma coisa. Depois, reflete que ninguém fala tudo: todo mundo esconde alguma coisa até de si mesmo. A vantagem secreta dos investigadores, porém, é que os segredos sempre querem vir à tona. Segredo sempre quer deixar de ser segredo.

O dia 10 de setembro de 1984 começou ensolarado, mas termina ameaçando chuva grossa. As nuvens ainda mais carregadas conspiram contra a solução do crime, mostrando que ela não será nem rápida, nem fácil.

Na terça-feira, o calendário marca 11 de setembro de 1984. O tenente-coronel Cruz e Silva não pode se lembrar, é claro, da mesma data – muitos anos à frente. Considerando o momento em que conto a história, no entanto, eu posso fazê-lo.

No fatídico 11 de setembro de 2001, Amâncio se encontrará não em Nova Iorque, ainda bem, mas numa cidadezinha da Alemanha chamada Gernersheim. Ele faz sozinho a sua primeira viagem para fora do Brasil. Caminha a esmo pelas ruazinhas medievais, quando vê várias pessoas correndo para ver o que se passa na televisão do bar de uma pracinha. Ao se aproximar, assiste à transmissão ao vivo do segundo avião atingindo a segunda torre gêmea.

Na hora, parece-lhe cena de filme apocalíptico, mas logo atina que não faz sentido que tanta gente acorra no meio do dia para assistir a um filme no bar de uma pracinha. Amâncio tenta perguntar, no seu inglês mais ou menos, o que está acontecendo. No entanto, cada um com quem ele tenta falar dá dois passos para trás. No primeiro momento, imagina que aquelas pessoas só entendam a própria língua, até perceber que o problema é menos da língua do que da sua condição de estrangeiro. Ele é o estrangeiro naquela pequena cidade da Alemanha.

Amâncio sai do bar e da pracinha cabisbaixo, acabrunhado e humilhado pelos dois passos para trás daquelas pessoas. Alto e muito branco, não esperava que os alemães o discriminassem assim. Verdade que seus sobrenomes eram Cruz e Silva, que ele não tinha nenhum Krause na família, mas a sua aparência... Naquele momento, a aparência não o ajudava. Amâncio se recorda de que os terroristas do seu tempo, na polícia do exército, eram outros. Eles preferiam se chamar guerrilheiros, não pilotavam aviões de carreira, nem os jogavam em cima de prédios. Não eram suicidas. Roubavam bancos, sequestravam embaixadores, libertavam companheiros e tentavam organizar, sem muito sucesso, a guerrilha no campo. Mas não invocavam o nome de Deus, ou de Alá, como álibi.

Afastando-se do bar da pracinha, Amâncio reflete que preferia o produto nacional – bruto, mas honrado. Com certeza ele não poderia dizer isso na época, mas houve quem escrevesse. Os terroristas de Nova Iorque o deixam assustado, assim como apavoram os alemães em Gernersheim e em boa parte do resto do mundo. Eles usam aviões de passageiros contra prédios e pessoas. Eles recorrem à civilização contra a própria civilização.

A volta para o Brasil, também num avião de passageiros, é aterrizante. No aeroporto de Frankfurt, por duas ou três vezes o antigo tenente-coronel, já aposentado como coronel, escuta explosões surdas: soldados armados encontram alguma mala extraviada e logo a explodem, sem guardar ou abrir. Depois de cada explosão dessas, todo o aeroporto treme.

Quando embarca, a tripulação do avião, muito nervosa, o deixa ainda mais nervoso. Há fila para os banheiros com o aparelho ainda na pista, os passageiros enjoados de medo. As horas sobre o Oceano Atlântico são terríveis, porque ninguém sabe se já começou a terceira guerra mundial. O avião da Lufthansa, porém, não é sequestrado nem jogado em cima da estátua do Cristo Redentor. O coronel Amâncio passa a viagem pensando no 1º Batalhão da Polícia do Exército. Ele quer que parem de gritar – tanto os subversivos presos no porão da

rua Barão de Mesquita quanto os milhares de civis soterrados pelo desabamento das torres gêmeas.

Chegam todos bem, embora esgotados, ao aeroporto do Galeão. Amâncio pergunta aos botões da sua jaqueta: que mundo o espera? Os botões, solícitos, respondem: o mesmo mundo de sempre. Um mundo de fogos de artifício. Um mundo de esperanças fugazes e medos recorrentes. Um mundo de amor e dor – no caso, muita dor. Ele sempre escutou os gritos de dor que ninguém mais escutava. Os gritos não vinham de fora, mas de dentro da cabeça, talvez do próprio tímpano. Ele sempre escutou esses gritos surdos – às vezes, no momento mesmo em que aconteciam; outras vezes, bem antes. Em alguns momentos, porém, os escutou bem depois – nesse caso, a partir de um gatilho circunstancial. A estranha habilidade, além de não o ajudar muito nas investigações, ainda acabava com ele por dentro. Talvez por isso o tenham reformado mais cedo – e ele tenha concordado, aliviado, em ser reformado.

À revelia do futuro coronel Amâncio da Cruz e Silva, precisamos voltar, porém, ao ano de 1984 e, portanto, aos gritos daquele tempo. Antes de ele mesmo retornar também ao Colégio Silveira para os interrogatórios formais, o investigador pesquisa um pouco sobre a escola e sobre o professor Fernando Fernandez. Ele faz a pesquisa tanto nos arquivos do Batalhão quanto nos arquivos do Destacamento de Operações de Informação e Centro de Operações de Defesa Interna, vulgo DOI-CODI. O DOI-CODI, como é mais conhecido, funciona como um órgão de inteligência subordinado ao exército. Sua sede encontra-se também no quartel da Barão de Mesquita.

Amâncio descobre duas conexões curiosas que podem ter a ver com o caso: dois ex-alunos do Colégio Silveira têm dossiês com atividades recentes. Em 1984, ambos já são professores, com participação ativa no movimento grevista, que começou em 1979, e nas manifestações contra a demissão de onze docentes de um colégio católico no bairro de Laranjeiras, que ocorreu no final de 1983. O novo padre diretor do Colégio São Vicente, como se chamava a escola,

não comungava da teologia da libertação, defendida pelas alas mais à esquerda da Igreja – por isso, quis expurgá-la do colégio através das demissões. A ação, porém, foi desastrosa, porque os demitidos se associaram a um centro educacional progressista no bairro próximo de Santa Teresa, levando consigo cerca de trezentos alunos do colégio católico. Alguns professores de fora do colégio de Laranjeiras apoiaram o movimento – entre eles, o professor Francisco Rodrigues Alencar, cujo dossiê remonta ao final dos anos 60. Por volta de 1968, o aluno Chico Alencar, como era mais conhecido, foi expulso do Colégio Silveira, por defender o Grêmio Escolar quando o general Arthur da Costa e Silva decretava o Ato Institucional nº 5.

O outro ex-aluno do Colégio Silveira está com o nome rasurado no dossiê, mas ainda se pode ler que ele é presidente de uma pequena entidade de pesquisadores associados em ciências sociais. Essa entidade, com sede na Lapa, no centro da cidade, não promove ações subversivas, mas organiza debates sobre marxismo, comunismo, anarquismo e outros ismos, atraindo, portanto, os subversivos que começam a voltar ao país – entre eles, o lugar-tenente de Lamarca, o escritor Herbert Daniel. Amâncio deixa para depois a tarefa de descobrir o nome desse ex-aluno com nome rasurado. Consta, no entanto, que ele é o autor de um artigo de apoio ao movimento dos colegas do colégio de Laranjeiras. No artigo, observa-se que a demissão coletiva que os padres promoveram é parte de uma ação global da Igreja para recuperar a autoridade eclesiástica e política, abandonando a posição romântica anterior – de asilo dos perseguidos pela ditadura militar.

O artigo daquele ex-aluno leva o tenente-coronel à seguinte questão: será que o Colégio Silveira, reconhecido como escola de elite, com níveis altos de aprovação no vestibular, é também um formador de inteligências subversivas? Alguns de seus colegas de farda consideram todos os subversivos por definição estúpidos, o que se comprova pela maneira como caem às moscas, ou seja, como são detidos ou eliminados com facilidade. O fato de que muito poucos resistam ao interrogatório especializado, como dizem, confirmaria a hipótese inicial.

Amâncio não concorda com esse ponto de vista, entendendo que os colegas estão equivocados. Na verdade, a pequena resistência que os subversivos manifestam frente ao duro interrogatório é suficiente para que os companheiros, como se chamam entre si, percebam que algum dos seus foi preso e, portanto, está sendo interrogado – logo, que eles devem esvaziar os aparelhos o mais rápido possível, deslocando-se para novos esconderijos. Um ou dois dias de resistência do sujeito bastam para que os demais integrantes da célula se protejam. Ao mesmo tempo, quando o elemento entrega tudo o que sabe em pouco tempo, ele aumenta suas chances de sobrevivência, inclusive como moeda de resgate no caso de sequestro de diplomatas estrangeiros.

O tenente-coronel ainda discorda de que se dispor a atividades subversivas seja prova de pouca inteligência – ao contrário, parece-lhe prova de inteligência superior. Os artistas também são subversivos, por definição: eles criam novas linguagens e formas justamente porque não se contentam com o que se encontra por aí, perguntando-se sempre por que tem de ser assim e não assado. Por analogia, líderes políticos de qualquer cor também podem ser encarados como subversivos: eles refazem as regras e as leis vigentes para melhor acompanhar as mudanças históricas e os novos contextos que se formam. Claro, podem fazê-lo para o bem, como no caso dos artistas, ou para o mal, como no caso dos terroristas das quase cinquenta organizações que o Exército Brasileiro combate – como a Vanguarda Popular Revolucionária, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro ou a Ação Libertadora Nacional.

Era isso que o tenente-coronel Amâncio discutia com os professores da Academia de Oficiais, insistindo que eles não deviam subestimar o inimigo apenas porque precisavam odiá-lo sem medidas. Sua insistência chegava ao ponto de dizer que não deviam odiar o inimigo de modo algum – mas, ao contrário, tentar compreendê-lo, para agir melhor a respeito. Sua premissa era a de que todo ódio é, por definição, irracional – logo, nubla e polui o entendimento. Alguns

professores da Academia concordavam com Amâncio, mas pediam que ele se abstinhasse de fazer tais comentários, evitando elogiar o inimigo – aquilo não era bom para ele. O então aluno entendia e concordava, é claro, sorrindo para a ameaça sutil com que o agraciavam.

Voltando ao presente da sua investigação, Amâncio anota a pergunta: há relação do assassinato do diretor do Colégio Silveira com estes ex-alunos da escola, com a tal entidade de pesquisadores associados em ciências sociais ou com o movimento do colégio de Laranjeiras? A seguir, procura a pasta do professor Sylvio Prestes. Seu dossiê, porém, não ultrapassa uma página, registrando apenas o parentesco dele com o capitão Luís Carlos Prestes – eram, de fato, primos em primeiro grau –, mas nenhum contato relevante entre eles, bem como nenhuma ação político-partidária significativa. Talvez o professor Sylvio Prestes seja apenas um bom professor de matemática. Talvez o militar deva prendê-lo por uns dias no Batalhão, mas apenas por adotar o livro de exercícios de álgebra do Ary Quintella, pensa, brincando consigo mesmo.

O dossiê do professor Fernando Fernandez é um pouco maior, mas não muito. O documento deixa claro que o falecido diretor do Colégio Silveira procurou tanto o Batalhão quanto a sede do DOI-CODI mais de uma vez, em geral por telefonemas e, pelo menos num caso, em pessoa. Todavia, ele é quem sempre procurou os militares, os militares nunca o procuraram. Pelo que se encontra registrado, nunca foi feita nenhuma proposta de colaboração, nem solicitação para denunciar quem quer que fosse. Consta que ele trouxe denúncias apenas contra alunos do Colégio Silveira, não contra os professores da escola, seus colegas. No entanto, as denúncias eram tão vagas que geraram a suspeita, registrada na página 5 do dossiê, de que o professor Fernando Fernandez queria tanto participar da luta contra o comunismo que inventava situações extraídas apenas da própria mente.

Na verdade, o professor Fernando Fernandez nunca se mostrou um informante confiável. O que levaria um sujeito como ele a passar

de vítima de chacotas a vítima de facadas? Se não morresse naquele gabinete, viraria mito por inércia e poderia algum dia até... se candidatar a presidente da república? Não, o tenente-coronel não tem esse pensamento frente ao dossiê do diretor assassinado, eu é que penso essas coisas: ele apenas escuta gritos que ninguém mais escuta. Amâncio não é capaz de prever o futuro dantesco da história do Brasil.

O militar acredita que o diretor foi esfaqueado, mas a arma do crime ainda não foi encontrada e ainda se aguarda o resultado da autópsia. De todo modo, como as denúncias do professor Fernandez não geraram consequência, negativa ou positiva, para ninguém, é bem pouco provável que o motivo do assassinato tenha sido vingança política. Como já está no caso, porém, o militar prossegue com a investigação – e o faz com certo prazer, distanciando-se, pouco que seja, dos gritos no quartel.

O oficial puxa mais uma ficha, a do professor de literatura Carlos Nascimento Silva. Encontra-a sem dificuldade. O professor é um dos primeiros com quem pretende conversar. A ficha é curta, mas impactante, reforçando a decisão de começar por ele. Traz sua fotografia 3x4, como sempre de terno, e diz apenas: “investigar a relação do professor Carlos Nascimento Silva com o filho do sargento Guilherme Pereira do Rosário”.

Ora, Amâncio conheceu o sargento Rosário, ele também serviu na Barão de Mesquita. Foi no colo do sargento Guilherme Pereira do Rosário que, em 1981, explodiu a bomba do que ficou conhecido como o atentado do Riocentro. O sargento era mais velho do que o tenente-coronel Amâncio e tão alto quanto. Nunca foram amigos, mas, quando se encontravam próximos um do outro, eram chamados pelos colegas, de gozação, de os irmãos café com leite. O sargento Rosário era muito preto e Amâncio, muito branco.

Qual poderia ser a relação do professor de literatura com o filho do sargento Rosário? Amâncio sente o coração acelerar, não sabe se de excitação ou de medo. Fecha os arquivos do DOI-CODI, termina de vestir o uniforme e volta para o morro do Turano.



Quando Amâncio chega ao Colégio Silveira na manhã de terça-feira, já chove bastante. Apesar da chuva, o tempo continua quente e abafado, como se estivéssemos em dezembro.

O tenente-coronel entra na escola e encontra a dona Lucy, que o cumprimenta. Pergunta como ela está, ela responde que está bem, claro, enfatizando o “claro”. Amâncio pede para usar o gabinete da direção para conversar com alguns professores. Dona Lucy hesita, mas concorda – não pode não concordar –, entrando com ele no gabinete. O local foi limpo, não parece mais a cena de um crime. Amâncio quer conversar com os professores no gabinete, porque é mais conveniente, mas também para sentir a reação deles. Reza a lenda que assassinos gostam de voltar à cena do crime para observar a movimentação de policiais e de curiosos, mas não gostam de serem interrogados na mesma mesa em que mataram alguém. Como o militar tem essa oportunidade, acha interessante aproveitá-la.

Amâncio pergunta à secretária se o professor Carlos Nascimento também dá aulas na terça-feira. Dona Lucy confirma que sim e pergunta se quer que o chame. Sim, obrigado, responde Amâncio, imaginando se o professor ainda estaria de terno. De fato, o professor Carlos adentra o gabinete com o mesmo terno impecável do dia anterior. Amâncio o cumprimenta, desculpando-se por interromper a

aula de literatura. Carlos retruca que não tem problema, a situação demanda exceções. Além disso, os alunos não reclamam de tempo vago. O professor se mostra tranquilo e bem-humorado. O investigador se senta na cadeira da visita, deixando a cadeira do diretor para o professor, para desestabilizá-lo um pouco. Carlos apenas sorri e também se senta, como se fosse o seu lugar habitual.

Lá fora, a chuva aumenta.

Amâncio folheia a agenda do gabinete e, sem olhar para o interlocutor, pergunta se ele teve algum encontro recente com o professor Fernando Fernandez. Levanta os olhos a tempo de perceber um sorriso irônico: o professor sabe que o tenente-coronel já sabe a resposta, se a agenda está aberta na sua frente. Mantendo a postura educada, Carlos responde, a seguir, que sim, que se encontraram duas semanas atrás. O senhor veio procurá-lo ou ele o chamou?, pergunta o tenente-coronel. Ele me chamou, responde, aliás também numa terça-feira, há exatos quinze dias atrás. Qual foi o assunto?, pergunta Amâncio. Fernando, responde Carlos, manifestou a sua opinião sobre um livro de literatura que eu adotei neste bimestre nas minhas turmas do 2º grau.

Um livro de literatura, repete o militar. Sim, um livro de literatura, repete Carlos por sua vez, mas falando devagar, como se insinuasse que o tenente-coronel não sabe bem o que seria um livro de literatura, ou que se esquecera de que ele era professor dessa disciplina – não pegaria bem se ele adotasse um livro de geografia ou, talvez, de descritiva. O militar entende a insinuação implícita, mas não mostra que entendeu. O senhor lembra a que livro o professor Fernandez se referia?, pergunta, insinuando, por sua vez, que talvez o professor Carlos não tivesse boa memória. Sim, eu me lembro, responde o professor, com sorriso ainda mais irônico: esse livro que se encontra na sua mão.

Só então Amâncio percebe que pegara na sua pasta o livro que estava na mesa do diretor quando encontraram o seu corpo: o romance *1984*, de George Orwell. Procurando disfarçar o desconcerto, o militar

pergunta ao professor qual foi a opinião do professor Fernandez sobre aquele livro e por que ele preferiu emitir essa opinião numa reunião de gabinete, portanto, numa reunião formal.

Tenente-coronel, o senhor já leu esse romance?, pergunta o professor Carlos, antes de responder à pergunta. Sim, responde o militar – eu o li há alguns anos. Mas, completa, no mês passado vi o filme *1984*, com Richard Burton no papel do vilão e John Hurt no papel do subversivo. Apenas ontem, no entanto, é que me dei conta de que o romance foi escrito em 1948, projetando um futuro negativo para 1984, se não me engano. Não se engana, tenente-coronel Amâncio, confirma o professor, destacando de novo a patente do militar. Amâncio fica em dúvida se ele o faz por respeito ou como ironia, mas percebe que o professor Carlos se mostra impressionado pelo fato de o militar perceber a inversão de 48 para 84 no numeral dos anos: essa inversão aponta para o movimento espelhado e circular da ficção para a História e da História para a ficção. Carlos também se impressiona que ele tenha assistido ao filme de Michael Radford – pouca gente já vira esse filme no Brasil.

O tenente-coronel, com receio de começarem a conversar sobre cinema e se desviarem do assassinato do diretor, se apressa em perguntar qual foi a opinião do professor Fernandez sobre o livro – mais especificamente, se o diretor o repreendera, de algum modo, por haver adotado aquele livro em particular. Eu esperava uma advertência da parte dele, explica o professor, com calma. Ele talvez criticasse a adoção de um livro de autor estrangeiro, se as minhas aulas eram de literatura brasileira. O autor de *1984* não era brasileiro, mas sim um inglês de origem indiana. Se ele fosse por esse caminho, continua Carlos, eu lhe diria que sempre me incomodou a ênfase abusiva da escola na literatura brasileira. Literatura não pode ser usada para reforçar qualquer tipo de patriotismo, sob pena de ser qualquer coisa, menos literatura.

Ele está me provocando, pensa Amâncio. Vamos dar corda, resolve. Com um meio sorriso, pergunta: alguma coisa contra o patriotismo

e os patriotas, professor? Bastante coisa contra, responde Carlos, sem titubear. O patriotismo é no mínimo uma doença estética, enfileirando um clichê atrás do outro. O patriotismo depende de certezas irrefutáveis, enquanto a literatura vive no meio de dúvidas irrespondíveis. O patriotismo encontra-se a apenas um passo do horror da humanidade, obrigando crianças a matarem outras crianças que nunca lhes fizeram mal, antes de morrerem elas mesmas, sozinhas e apavoradas, no fundo de uma trincheira imunda.

Que imagem, professor, responde o militar, tentando manter um tom irônico – mas, no fundo, bastante abalado. Que imagem, repete. Para se recuperar, ataca com a pergunta seguinte: e quanto aos patriotas, mestre? O senhor é um patriota, responde Carlos, para surpresa do tenente-coronel, ao perceber que o professor personalizava o contra-ataque. O senhor é um patriota fardado, prossegue – mas, devo acrescentar, bastante inteligente. O senhor sabe fazer perguntas, o que não é comum. Então, o senhor também sabe que, por derivação lógica do que afirmei a respeito do patriotismo, o patriota é, pela ordem: um doente; um fanático; um assassino; um suicida.

Amâncio perde a respiração por instantes. Depois de recuperá-la, com certo esforço, afirma, devagar: o senhor sabe que essa não é uma tertúlia acadêmica, professor Carlos Nascimento Silva. O senhor está falando com um oficial do Exército Brasileiro. Suas palavras podem ser interpretadas como ofensivas, o que justificaria que eu, ou qualquer outro no meu lugar, lhe dê voz de prisão. Tenho consciência disso, tenente-coronel Amâncio, responde Carlos. E o senhor sempre pode dizer que está fazendo apenas o seu trabalho. O meu trabalho aqui, professor, retruca Amâncio, é descobrir quem matou o professor Fernando Fernandez e por quê. Não costumo perder o foco e subdividir o meu trabalho em trabalhos menores – e prender alguém por delito de opinião é um trabalho menor. Por isso lhe peço que voltemos à sua conversa com o diretor Fernandez. Deduzo que ele não o tenha criticado por indicar um romance que não era da literatura brasileira, correto?

Correto, tenente-coronel, respondeu o professor Carlos, surpreso com a postura do militar. Reconhece que subiu demais o tom, mas não podia perder a oportunidade de confrontar um representante da ditadura militar – mesmo que isso representasse sério risco de privação de liberdade – quiçá, da própria vida. Não contava, no entanto, com o autocontrole do oficial. Para recuperar o próprio autocontrole, o professor explica que, se o diretor não reclamou da sua indicação de livro estrangeiro, pensou que ele reclamaria que o romance de George Orwell era uma fábula crítica – ora, nos tempos que correm, a crítica não é bem-vinda.

Ao dizer “nos tempos que correm”, Carlos não disfarça um olhar direto para a arma no coldre do interlocutor. O militar sente vontade de soltar a fita de couro que prende a sua pistola, para ver se o professor Carlos mantém a pose – mas, de novo, consegue se controlar. Pergunta apenas, então, se o diretor do colégio tinha ido por esse caminho. Pior que não, responde Carlos. Mal entrei nesse gabinete, Fernando me deu uma ordem absurda: ele me disse, com todos os esses e erres, na presença aliás do Kleiton, mudo como sempre, que o livro que eu havia adotado nas minhas turmas do 2º grau era comunista e que, portanto, eu não deveria adotá-lo de modo algum.

O tenente-coronel ergue uma sobrancelha e, interessado no novo personagem, pergunta: quem é o Kleiton? Kleiton de Todos os Santos é o vice-diretor do colégio, eleito junto de Fernando, explica Carlos; ele foi chefe da secretaria por muito tempo. Ambos foram eleitos na primeira eleição para diretor que esta escola já teve. Nessa eleição, tivemos duas surpresas: a primeira, uma eleição direta, em plena... o senhor complete o sintagma, por favor. A segunda, um funcionário técnico-administrativo candidatar-se a vice-diretor. Não há nenhum impedimento na legislação a respeito, mas ninguém imaginaria que algum funcionário se atrevesse a tanto. Todavia, a primeira surpresa, que seria positiva, se diluiu quando elegemos uma direção, vamos dizer, conservadora – embora eu ache que o adjetivo “conservadora” seja muito mal-empregado. Via de regra, não se conservam

valores – antes, anda-se para trás, como fazem os caranguejos. Por isso, o melhor adjetivo seria “retrógrada” mesmo.

Amâncio gosta do raciocínio, mas não o admite em voz alta. Lembra-se também do Kleiton, do seu tempo de aluno: sempre no fundo da secretaria, em pé, como se os funcionários fossem alunos fazendo prova e ele tivesse que os vigiar para não colarem. No entanto, o tenente-coronel registra na cabeça a ironia agressiva do professor, sugerindo que ele, um militar, completasse a expressão – ou o sintagma, como esnobou – “ditadura militar”. Poderia mostrar que percebera a ironia e esclarecer que o governo do presidente João Batista Figueiredo é militar, sim, como o dos generais que o antecederam no cargo, mas o regime não pode ser considerado uma ditadura. Achou melhor, porém, não vestir a carapuça.

Enquanto pensa na próxima pergunta, Amâncio imagina os alunos do colégio acompanhando a estranha conversa do professor de literatura deles com o diretor e vivenciando a perturbadora experiência do absurdo da realidade. Espanando a imagem da cabeça, o tenente-coronel pergunta então, ao professor Carlos, se ele obedeceu ao professor Fernandez, ou seja, se de fato cancelou aquela indicação de leitura – apostando consigo mesmo que não. O professor explica que, se o diretor tivesse proibido a adoção do livro no momento em que ele fora indicado, sua ordem seria autoritária, repressiva ou fascista, o que fosse, mas não absurda. Eu poderia contra-argumentar, ele complementa, que a crítica de George Orwell tinha como um dos alvos mais óbvios justo a ditadura stalinista vigente na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – em russo, *Soyuz Sovetskikh Sotsialisticheskikh Respublik*. Logo, o romance pode ser acusado de muita coisa, mas nunca de comunista, em especial no contexto da época.

Espantado com a citação em russo, Amâncio contra-argumenta que a crítica de Orwell, mesmo tendo como alvo principal o stalinismo, se aplica a qualquer sistema que socialistas como o autor inglês entendam como uma ditadura. O professor Carlos perde a fleugma e exclama, deliciado: é verdade, coronel Amâncio! Mas isso significa que

o senhor entendeu o livro e o filme, além de mostrar que sabe muito bem quem foi George Orwell. Depois de ser “promovido” a coronel pelo professor, Amâncio acha melhor não continuar a se gabar, para não chamar a atenção para tudo o que estuda por conta própria. Ao mesmo tempo, não pretende discutir o romance de Orwell logo com um professor de literatura. Então, volta à sua questão: por que a ordem do professor Fernandez seria uma ordem absurda?

O professor Carlos Nascimento ri, relaxado, e conta que explicara para o diretor que não só já havia adotado o livro como ainda ministrara pelo menos sete aulas a respeito dele. Nessas aulas, lera trechos do romance em sala, como de hábito, para ao final aplicar uma prova examinando a leitura e a reflexão dos alunos a partir da leitura. Todos os alunos fizeram a prova e, aliás, se saíram muito bem. Ele corrigira todas as provas e lançara as notas na aula seguinte. Contendo-se para não sorrir, Amâncio pergunta ao professor de literatura se ele explicara aquilo tudo para o diretor. Carlos responde: pois é, eu expliquei tudo tim-tim por tim-tim para o Fernando, observando que caberia até discutir o mérito daquela censura pedagógica, se a ordem não tivesse chegado tão atrasada – naquele momento, a ordem do diretor da escola não fazia mais sentido algum.

E o diretor, o que falou?, pergunta o investigador. Para o meu mais profundo espanto, enfatizou o professor Carlos, Fernando retrucou: exatamente! Como assim?, pergunta Amâncio, sem conter o esboço de um sorriso. A ordem do meu diretor, responde o professor de literatura, era, *ipsis litteris*, eu decorei: “o senhor vai voltar à turma para dizer aos alunos, primeiro, que as notas da prova do livro estão anuladas; segundo, que eles não fizeram prova nenhuma sobre esse livro; terceiro, que eles não leram o livro *1984*, porque, é claro, o senhor não adotou esse livro, uma vez que o seu diretor está lhe dizendo que o senhor não pode adotar esse livro”.

Amâncio não resiste, solta uma pequena risada e comenta: mas isso é... puro George Orwell! Muito bem, coronel!, retruca o professor Carlos, confirmando a ascensão do interlocutor na carreira

militar: o senhor entendeu tudo. A seguir, Carlos refina o entendimento do oficial, mas em termos literários, ao explicar que o professor Fernando mostrou na prática a novíngua de Orwell, isto é, a capacidade de negar a realidade e recriá-la ao mesmo tempo.

E o senhor, o que fez?, pergunta Amâncio; o senhor desadotou o livro, se posso usar o neologismo, como o diretor queria? O professor Carlos bate palmas, contente de alguém usar a palavra “neologismo” no lugar certo. A seguir, conta ter se levantado e lembrado ao diretor que ele não lhe havia pedido, no começo da conversa, sigilo sobre ela. Portanto, Carlos o informou que sairia dali e contaria o que conversaram – primeiro, para os colegas na sala dos professores; depois, para os alunos das duas turmas em que adotara o livro.

Decerto o professor Fernandez proibiu que fizesse isso!, exclama o militar. Nada!, ri Carlos. Acho que ele não entendeu direito o que falei, porque respondeu, apenas: tudo bem! Como se não bastasse, ainda perguntou, literalmente: então, estamos combinados? O senhor não adotou esse livro, certo? Sem conter o espanto cada vez maior, Amâncio pergunta: e o que você respondeu? Carlos não deixa passar a mudança de tratamento e agradece: muito obrigado, Amâncio, assim você me autoriza a chamá-lo também por “você”, me sinto mais à vontade. Pouco preocupado com a quebra do protocolo, Amâncio insiste: sim, mas o que o senhor, digo, o que você respondeu?

Eu só respondi, responde Carlos, que não, não estávamos combinados, porque eu não desadotaria o livro que tinha adotado. Logo depois, saí do gabinete e contei tudo para os meus colegas, na sala dos professores – um ou outro deu uma gargalhada, mas a maioria demonstrou um pouco de medo, talvez por estar conversando comigo. Ao voltar para a sala de aula, relatei para os alunos, com riqueza ainda maior de detalhes, toda a reunião que tivera com o diretor da escola. Depois, pedi-lhes, com a cara mais séria do mundo, que todos eles resistissem bravamente ao Grande Irmão do Colégio Silveira. Os alunos riram – todos os alunos morreram de rir, para o meu orgulho – e perguntaram: como eles podiam fazer isso? Ora, de várias maneiras,

respondi: uma delas seria jamais se esquecendo de que um dia, no ano da graça de 1984, leram o clássico *1984*, de George Orwell.

O tenente-coronel Amâncio fica impressionado, mas não deixa de observar ao professor que espantoso, para ele, é que o diretor não o tenha demitido – ou ele não teria tido tempo para fazer isso? A insinuação é direta, porque o militar vislumbra pelo menos dois motivos para o assassinato do diretor: um, impedir a demissão do professor Carlos, por insubordinação; dois, salvar a literatura de um ato de censura. O tenente-coronel Amâncio entende que a reação do professor Carlos à ordem do diretor, fosse aquela ordem surreal ou não, se caracteriza como desobediência e insubordinação: ele não apenas não cumpre a ordem, embora seja difícil de imaginar como poderia fazê-lo, como ainda volta à sala dos professores e, depois, à sala de aula para contar a todo mundo a conversa privada que teve com o diretor da escola. Mesmo que o diretor não tenha tido o cuidado de lhe cobrar sigilo sobre a conversa, ele não deveria tê-la compartilhado com os colegas e, pior ainda, com os alunos.

O professor Carlos entende, por sua vez, o que Amâncio pretende com a pergunta sobre o porquê de o diretor não o ter demitido, mas reage com ironia, aproveitando para rebaixar o outro a seu posto original: tenente-coronel, esperava que chegasse a essa conclusão em mais alguns dias, não tão rápido – meus parabéns! Que conclusão?, pergunta Amâncio. O professor Carlos Nascimento responde, sorrindo: a de que eu teria assassinado o Fernando, ou para salvar o meu emprego, ou para salvar a literatura de uma censura tão arbitrária quanto kafkiana. Na verdade, Carlos completa, toda censura é kafkiana, até porque divulga o que quer esconder. A ação desastrada do Fernando ajudou a divulgar o romance *1984* nesta escola mais do que uma resenha positiva no caderno Ideias do *Jornal do Brasil* o faria. Os alunos das outras séries correram para comprar o livro na livraria Eldorado, lá na praça Saens Peña.

Sei quem foi Kafka, observa Amâncio, mas não quero entrar agora nessa seara, que é a sua, não a minha. Por favor, responda de

maneira objetiva à minha pergunta: por que o diretor não o demitiu – ele não teve tempo para fazer isto? Não, responde o professor. O quê?, pergunta de volta o tenente-coronel; ele não teve tempo, ou o senhor se recusa a me dar uma resposta? Não, ri o professor; estou dando a resposta à pergunta que o senhor quer me fazer: se confesso que matei o professor Fernando Fernandez. A resposta é não. Seria uma estupidez de tamanho gigante – e eu posso ser muitas coisas, menos estúpido.

De fato, pensa Amâncio, eu posso concordar que o professor Carlos Nascimento não parece uma pessoa estúpida – tanto que, antes mesmo que o militar elabore as próximas perguntas, o professor as responde. Observe, Amâncio, continua o professor, voltando a chamar o militar pelo primeiro nome: eu achei a situação toda mais divertida do que humilhante, não cheguei a sentir raiva. Se o Fernando me demitisse, o que era uma possibilidade remota, eu não perderia muito: dou aula em quatro escolas, como a maioria dos professores. Assim, ganharia mais duas manhãs de folga, o que seria tão bom que eu nem procuraria outro emprego para repor a minha carga horária.

Por que a demissão de um professor seria uma possibilidade remota?, pergunta o tenente-coronel. Porque o diretor do Colégio Silveira não é o dono do Colégio Silveira, responde Carlos. Se ele quisesse me tirar da escola, seria mais provável que me pusesse à disposição da administração central, a qual poderia, por exemplo, me pôr dando aula na faculdade de educação do município de Duque de Caxias, que também faz parte da universidade. Entretanto, não creio que o Fernando fizesse nem isso, ele prossegue – primeiro, porque ele nunca colocou ninguém à disposição, nem alguns colegas problemáticos que ficam namorando as alunas; segundo, porque ele sabe que escrevo resenhas de livros para os jornais, logo poderia escrever um artigo relatando o absurdo de toda a situação.

Esse professor mede pouco as palavras, pensa Amâncio – mas, por isso mesmo, acho que já posso descartá-lo como suspeito. Para além das razões que apresenta, ele está muito pouco preocupado em

esconder suas preferências políticas pela esquerda. Ele sabe quem eu sou, onde estou baseado e o que vim fazer aqui, mas nem por isso se intimida. Por via das dúvidas, o tenente-coronel pergunta se o professor sabia que o diretor se voluntariara como informante para o DOI-CODI.

A resposta o surpreende. Duvido, responde Carlos. Como a surpresa do militar é transparente, o professor se explica: não duvido que ele tenha se oferecido para esse papel; duvido é que vocês tenham aceitado. A surpresa do tenente-coronel aumenta: é verdade, mas como ele sabe? Carlos desenvolve seu ponto: não creio que o Fernando soubesse de coisa alguma que interessasse a vocês. Sua vida sempre foi da casa para a escola e da escola para casa. Como professor, restringia-se a ensinar e cobrar de volta o que estivesse no livro didático, sem fazer nenhum proselitismo à direita – e muito menos à esquerda, claro. Os alunos contam que ele sabia de cor o Aurélio, mas me parece improvável. De todo modo, ele era mais uma figura folclórica do que um professor autoritário ou tirânico. Representava bem o que já disse outras vezes: é sempre quem menos sabe que mais quer ensinar.

Esta frase, que o professor Carlos gosta de repetir, voltará, muitos anos depois, num romance que o já escritor Carlos Nascimento Silva escreverá, chamado *Desengano* – pelo qual, inclusive, ganhará o prêmio Jabuti. No entanto, a essa altura, nem Amâncio nem o próprio Carlos têm como saber que o professor de literatura se tornará também um romancista premiado. A bela frase – é sempre quem menos sabe que mais quer ensinar – faz par com a de outro romancista, mineiro como Carlos, chamado João: mestre não é quem sempre ensina, mas quem, de repente, aprende. A frase do João Guimarães Rosa, em *Grande sertão: veredas*, apela à necessária humildade do docente, mas também a um fenômeno que todo professor vive: aprende-se melhor quando se dá uma aula, mais do que quando se assiste a uma aula. Já a frase do Carlos Nascimento Silva contém uma crítica forte àqueles professores que, para disfarçar a ignorância, arrotam arrogância.

Mas voltemos novamente a 1984, para não nos perdermos. O professor Carlos reitera duvidar de que os órgãos de informação

da ditadura aceitassem o professor Fernandez como... informante, é como o chamam? Aliás, a palavra “informante” é um bom eufemismo para dedo-duro e alcaguete, não acha? Tem razão, responde Amâncio – mas não fomos nós que inventamos a figura do delator, ou do X9, como o chamam nas ruas e nos morros. Eu sei, responde Carlos: foi Dashiell Hammett que o fez, lá nos anos 30, num gibi desenhado por Alex Raymond. Então o senhor também conhece literatura popular, constata o tenente-coronel.

Claro, responde o professor; eu fui alfabetizado com histórias em quadrinhos. Quanto aos alcaguetes, reconheço que, desde o início do século 20, ou talvez desde a criação da própria polícia, no século 19, a polícia usa bandido para dedurar bandido, oferecendo compensações jurídicas ou vantagens por baixo do pano. Só depois é que as forças militares de repressão recorreram ao mesmo expediente. Mas eu não queria falar do alcaguete, Carlos se justifica, mas sim que estas forças militares, ou seja, vocês, não são de modo algum tão burros quanto os censores do Estado. A censura, aliás, é por definição estúpida. Sabe que há poucos anos houve um censor aqui no Rio que queria mandar prender o autor de *Édipo-Rei* e *Antígona*, um tal de Sófocles – que, só por acaso, já estava morto quatrocentos anos antes de Jesus Cristo nascer?

Não duvido, responde Amâncio, se segurando para não rir, enquanto pensa que quem não é burro é este professor de literatura. Na verdade, reflete, ele é meio inteligente demais. Por que está falando isso tudo comigo? Será que ele joga verde para colher maduro? Ou será que ele apenas transforma qualquer conversa, até mesmo um interrogatório, numa aula? Ou quer chamar a atenção para o seu lado questionador, desviando-me do crime em si? Talvez seja melhor devolvê-lo para a minha lista mental de suspeitos, pensa Amâncio. Ao pensar isso, muda de assunto e pergunta: professor, qual era a sua relação com o filho do sargento Guilherme Pereira do Rosário?

O militar toca em um nervo exposto: o professor Carlos abre a boca, mas não fala nada. Sua autoconfiança desce pelo ralo. Ele estava

relaxado, sentado na cadeira em frente à mesa do professor Fernandez – mas, de repente, fica tenso, ensaiando gestos e movimentos que não finaliza. Carlos senta na ponta da cadeira, pela primeira vez mostrando a postura corporal de quem é interrogado por um oficial do 1º Batalhão da Polícia do Exército. Trêmulo, pergunta: é-é i-isso qu-que es-está na minha ficha?

Amâncio surpreende-se: de ter desconcertado o professor e de ele acertar na mosca, referindo-se à sua ficha nos arquivos do DOI-CODI. Controla a surpresa, porém, apenas confirmando com a cabeça. Carlos respira fundo e responde, em tom bem diferente. A ironia sai de cena e dá lugar à dor. Amâncio fica tão interessado na resposta que também se senta na ponta da cadeira, enquanto procura não se esquecer de que investiga o assassinato do professor Fernandez, não o atentado do Riocentro.

O professor Carlos começa ressaltando a semelhança entre os dois casos: enquanto Fernandez foi morto no feriado de 7 de setembro ou logo depois, o pai do Marco Antônio, como se chama o filho do sargento Rosário, morreu na véspera do feriado de 1º de maio, na noite do dia 30 de abril de 1981, uma quinta-feira, ao lado do capitão Wilson, que ficou gravemente ferido. Na semana seguinte, também numa terça-feira, lembra Carlos, os alunos da turma 812 me cercaram no pátio de entrada, implorando para que, na aula, eu não falasse nada sobre a bomba do Riocentro que explodira na quinta-feira anterior. Como não?, perguntei aos alunos, entre surpreso e indignado, explica o professor, já com meu discurso preparado comentando o atentado frustrado do Riocentro, que poderia ter assassinado centenas de pessoas e os artistas que se apresentavam no show comemorativo do 1º de maio – entre eles Chico Buarque, Elba Ramalho, Gonzaguinha e Fagner.

Por que atentado frustrado, professor?, pergunta Amâncio. O professor Carlos o atende sem meias-palavras: porque o suposto atentado foi obviamente cometido pelos porões da ditadura, insatisfeitos com os movimentos pela abertura democrática. Sei que o inquérito

aberto pelo SNI não é conclusivo, mas ninguém esperava que os agentes do governo fossem apontar o dedo para o Exército Brasileiro.

Nesse momento, nem o professor nem o tenente-coronel podem saber que o inquérito sobre o atentado do Riocentro nunca será concluído – embora, dez anos depois, numa entrevista que dará a um jornalista, o ex-presidente João Batista Figueiredo reconhecerá que a única pessoa que poderia revelar a verdade a respeito do atentado era o capitão Wilson. O capitão Wilson, no entanto, jamais incriminaria a si mesmo. Só com a declaração de que o capitão “jamais incriminaria a si mesmo”, o ex-presidente reconhecerá os dois militares como os autores do atentado. No entanto, ele dirá também que os oficiais queriam apenas assustar, não tinham a intenção de matar ninguém. Figueiredo estará errado: se a bomba não explodisse no colo do sargento Rosário e sim onde eles a queriam deixar, muitas pessoas morreriam, por causa da explosão e do pânico. Na entrevista, porém, o último general-presidente, pelo menos, admitirá a culpa dos militares no atentado.

Voltamos a 1984 no momento em que o tenente-coronel Amâncio diz ao professor Carlos, com uma emoção que não consegue controlar: o sargento Guilherme Rosário, que morreu, e o capitão Wilson Machado, que saiu ferido, trabalhavam comigo no 1º Batalhão. Imaginava que sim, retruca o professor Carlos. Eles eram seus amigos?, pergunta. Amâncio hesita em responder, em dúvida se a pergunta é agressiva – mas sente que não. Responde então, surpreendendo a si mesmo: não tenho amigos, professor – muito menos no quartel. O olhar do professor, de compreensão e empatia, quase o faz chorar. No entanto, não chora. Ao contrário, seu rosto se contrai e fecha os olhos, porque escuta: o grito. Um grito engasgado que se interrompe no meio, como se lhe faltasse ar.

Amâncio abre os olhos e vê Carlos assustado com o seu rosto contraído. Para se recompor, o militar pede ao professor que continue a falar sobre o filho do sargento Rosário. O professor o atende e conta que os colegas do garoto, todos com cerca de 14 anos de idade,

o cercaram no pátio, pedindo-lhe para não falar sobre o atentado. Um colega da turma deles, o Marco Antônio, era o filho do sargento que morreu – e ele tinha vindo à aula. Passei antes na sala dos professores, relata Carlos, para saber, daqueles que davam aula na mesma turma, como estavam lidando com a situação. Ninguém sabia o que dizer, então ninguém dizia nada. O clima na turma está calmo, explicou o professor Sylvio, mas da calma que precede a tempestade – no caso, a explosão. Ao usar a palavra “explosão”, Sylvio e alguns colegas riram de nervoso.

Ao entrar na sala da turma 812, o professor de literatura confirmou a tensão no ar, tanto que se sentiu sufocar. Já havia preparado uma aula, relacionando o atentado inclusive ao romance *1984* – mas improvisou uma outra aula sobre figuras de linguagem, explicando como a metáfora é a mãe de todas as figuras. No meio da explanação, porém, percebeu que já tinha dado aquela aula. Percebeu que os alunos também perceberam, mas ninguém falou nada. Todo mundo ficou quieto, anotando tudo de novo. Marco Antônio, no fundo da sala, era o único que não anotava nada – apenas se deixava ficar com o olhar perdido.

Não tive mais coragem de falar com o Marco Antônio, explica Carlos, constrangido. Até o fim do ano, ele assistiu a todas as aulas, mas mais calado do que nunca. Os colegas, que sempre pegavam no pé dele, também emudeceram, deixando-o mais sozinho do que antes. No final do ano, o filho do sargento Rosário foi aprovado, mas com ajuda do conselho de classe, e saiu da escola. A família o matriculou no Colégio Militar, na rua São Francisco Xavier. Nunca mais soube dele, lamenta Carlos.

Por que você acha, pergunta Amâncio, que sua ficha no DOI-CODI recomenda investigá-lo pela relação com o menino? Não sei, responde Carlos. Apesar da tristeza no rosto, completa, com ironia: os desígnios do DOI-CODI são insondáveis... Amâncio não segura o sorriso e aproveita para perguntar: por que os colegas pegavam no pé do Marco Antônio? Acho que atenuei o problema, reconhece

o professor. Na verdade, ninguém gostava dele. Mais de uma vez, o defendi na frente da turma. Era uma mistura salgada de racismo, culpa, medo e consciência política imatura. Marco Antônio era negro, como sabe, se conheceu o pai. Marco Antônio era o único negro de toda a 8ª série. Muito alto para a idade, se destacava dos colegas. Ele se destacava, além da altura e da cor da pele, também porque tinha dificuldade com a matéria. O problema é que reagia às gozações e aos comentários agressivos com mais agressividade ainda. Creio que você sabe que era tudo o que ele não devia fazer.

Amâncio engole em seco, imaginando se a pergunta do professor é retórica ou se ele acerta na sua ferida de propósito. Mas como saberia? Carlos continua, lembrando que, quando Marco Antônio não estava brigando, tentava discutir política e polícia com crianças que tinham sido ensinadas a não falar sobre esses assuntos. Marco Antônio defendia, com veemência, opiniões que não eram bem as suas, mas sim do seu pai. O garoto repetia com frequência que todo intelectual é comunista e que todo comunista deve ser preso, condenado e executado. Os colegas do menino, sem saber contra-argumentar, o ofendiam, chamando-o de “burro preto” pra baixo. Eu discordava de todas as palavras daquele pequeno – bem, não tão pequeno – projeto de fascista, mas o defendia na frente dos colegas, assume Carlos, deixando claro que defendia o menino, não as suas ideias.

Agora entendo, comenta Amâncio, por que sua ficha no DOI-CODI faz referência à sua relação com o filho do sargento Guilherme Rosário. Por quê?, pergunta o professor, curioso. Primeiro, porque professores em geral, professores de história e literatura em particular, são alvos prioritários do DOI-CODI. Segundo, completa Amâncio, sorrindo, porque Marco Antônio deve ter falado em casa sobre o seu professor de literatura, comparando-o com um ornitorrinco.

Como assim, com um ornitorrinco?, pergunta Carlos, também sorrindo. Ora, Amâncio explica, assim como o ornitorrinco é um mamífero que põe ovos, o filho do sargento Rosário devia achar que seu professor de literatura era um espécime raro de professor e ser

humano. Carlos levanta a sobrancelha e ri, perguntando: que espécime? Amâncio responde, com o rosto sério, mas os olhos rindo: a mistura de um comunista com um cara legal. Carlos então solta uma gargalhada e pergunta: eu sou um comunista, coronel Amâncio?

Amâncio ri junto e responde: acho que não muito. Sempre imagino que comunistas não riem, mas você sabe rir.



Continua chovendo, mas um pouco mais fraco.

Com o exemplar de *1984* na mão, o tenente-coronel Amâncio pede licença ao professor Carlos, levanta-se e sobe para a biblioteca. Na biblioteca, três alunos e uma aluna sentam-se numa mesa, fazendo um trabalho de grupo. A menina distribui as tarefas e organiza o trabalho. Os garotos implicam com a garota, mas quem dá as ordens é ela. A pedagogia do Colégio Silveira, o ex-aluno lembra, se baseia em trabalhos de grupo. Assim como na biblioteca, as salas de aula não têm carteiras individuais, mas mesas retangulares de fórmica.

Na mesa da bibliotecária, no meio de fichas catalográficas espalhadas, destaca-se um pequeno porta-retratos. A fotografia no porta-retratos não é usual numa mesa de trabalho. Em vez de retratos de pais, filhos ou maridos, a foto, em preto e branco, mostra uma cruz de madeira inclinada e enterrada no chão, num cemitério suburbano. Pendurado na cruz, enrola-se um fio de arame farpado. No pedaço horizontal da cruz, escreve-se, em caligrafia mais ou menos tosca, o nome “MARIA JOZE”. No pedaço vertical, na mesma caligrafia, escreve-se “DE OLIVEIRA DA SI”. O final do sobrenome, provavelmente “SILVA”, se encontra debaixo da terra.

A bibliotecária arruma pilhas de livros nas estantes de ferro, mas, antes que ela termine a tarefa, algum aluno desarruma tudo. Enquanto

Amâncio pensa em como abordá-la, ela mesma se apresenta. Eu me chamo Lúcia. Lúcia Oliveira da Silva. O militar se desconcerta, porque ele ia perguntar sobre a foto na mesa e ela responde ao que ele ia perguntar depois, antes mesmo que ele consiga fazê-lo. No entanto, dona Lúcia Oliveira da Silva não estende a mão para cumprimentar Amâncio da Cruz e Silva. Ela continua segurando alguns livros na frente do peito. E, antes que ele articule qualquer frase, ela o apresenta a ela mesma: você é o Amâncio.

Ele não falara nada, nem o seu nome, mas parece que todos na escola já sabem quem ele é. Não, ela fala. Não, o quê?, ele pergunta. Ninguém me disse seu nome, ela responde, como se conversasse com os pensamentos do homem. Eu sei que você é o Amâncio da turma 21. Minha mãe, que foi faxineira na escola, continua Lúcia, dizia que um menino chamado Amâncio e que tinha um olho de cada cor passava por ela quase todo dia, para pegar um livro na biblioteca. Não perguntava nada para ninguém, procurava sozinho nas estantes, achava o livro rápido e trazia para a bibliotecária daquela época registrar o empréstimo. Como o seu nome, Amâncio, não é comum, não me esqueci dele.

Ah, pergunta-se Amâncio, por isso a reconheci? Seria parecida com a mãe? Mas eu me lembraria de uma faxineira? Não sei. Por que uma faxineira prestaria atenção nele? Também não sabe, mas já torce para que a moça não seja suspeita. Logo a seguir, percebe que não é uma aposta arriscada: bibliotecárias baixinhas não saem por aí matando diretores de escola.

Lúcia, ele a interpela, não registrei o nome da sua mãe... Eu não disse, retruca Lúcia, piscando os olhos, baixando o rosto e sorrindo de leve. A seguir, fica em silêncio, deixando claro que não quer declinar o nome da mãe. Amâncio acha melhor não insistir, embora estranhe a omissão, se ela é que trouxe a mãe para a conversa. Pensa em fazer outra pergunta – mas, nesse momento, para a sua vergonha, o tenente-coronel escuta mais um grito, mais uma vez. O grito é horrível, como se estivesse engasgado.

Amâncio tenta controlar a reação do rosto, sabe que nem dona Lúcia nem ninguém mais escuta os gritos que o atormentam. Por experiências anteriores, Amâncio sabe que o grito é real, mas não sabe se acontece neste instante, se aconteceu algum tempo atrás, ou se acontecerá no futuro. É comum que os gritos tenham relação com os crimes que ele investiga, mas não é incomum que ele nunca descubra quem grita e por quê. Para aumentar a frustração, quando Amâncio descobre a relação do caso em que trabalha com o grito que só ele escutou, o caso já está resolvido. A habilidade inusitada com que se sabe lá que deus o contemplou se mostra inútil, servindo tão somente para deprimi-lo.

Imaginem vocês se pudessem escutar, do nada, gritos horríveis que ninguém mais escutasse. Pois é. Esta é a condição do tenente-coronel Amâncio. O militar não pode correr o risco de discuti-la com ninguém, dentro ou fora do quartel, sob pena de ser internado numa instituição psiquiátrica. Imaginem então o esforço que Amâncio faz para não transparecer que escuta esses gritos, nem o quanto eles o abalam. Mas o grito na biblioteca: tem relação com o assassinato do Fernandez? O lugar em que escuta o grito tem alguma importância?

De repente, Lúcia o olha de maneira estranha. Talvez ela tenha perguntado algo e ele não tivesse escutado. Perdão, me distraí. A senhora me perguntou alguma coisa? Não perguntei nada, ela esclarece, mas sem mexer um músculo do rosto. Eu sugeri, na verdade, explica a bibliotecária, que você leia um conto chamado “O homem invisível”. Não me lembro do nome do autor, mas lembro o nome do personagem: um detetive conhecido como padre Brown. Esse conto talvez o ajude no caso, ela complementa.

Que estranho, pensa Amâncio. Um personagem? Bem, não estou em situação de recusar nenhuma ideia. Pergunta então se, na biblioteca, há algum livro com aquele conto. Lúcia sorri, enigmática, e responde que não; ela saberia se tivesse, até porque sabe de cor todas as fichas da biblioteca. Amâncio sente que a moça o trata como se ele ainda fosse o aluno da turma 21 que procurava os livros sozinho.

Essa sensação fica mais forte a cada sorriso, como se ela o provocasse. A mulher o confunde. Enfim, o que ele veio fazer aqui?

Ah, sim. Dona Lúcia, chama-a: veja por favor este romance, que foi encontrado fechado em cima da mesa do diretor. O volume traz a etiqueta da biblioteca. Pelos números do código, a senhora consegue saber quem foi o último leitor a tomar este livro emprestado, e quando o fez? A bibliotecária pega o volume, o abre na folha de rosto, confere os números e folheia suas fichas. A seguir, responde que foi uma aluna da atual turma 22. O nome dela é Maria Cristina Mendonça. A garota devolveu o livro para a biblioteca há, deixe-me ver na ficha... 22 dias. Cristina me contou que teve pesadelos com o Grande Irmão por duas noites seguidas.

No entanto, o livro foi encontrado na mesa do gabinete do diretor ainda ontem, contrapõe o militar. A senhora tem ideia, pergunta, de como o livro saiu da biblioteca e foi parar lá? Sim, a mulher responde, sem hesitar. Dona Lucy pediu que eu levasse um exemplar desse romance para o gabinete do diretor, porque o professor Fernandez queria dar uma olhada. Eu levei o livro e o deixei com ele. Não registrei como empréstimo, mas registrei na minha cabeça – eu não esqueceria que o livro estava com ele.

Quando a senhora deixou o exemplar, o professor Fernando lhe disse por que precisava dar uma olhada nesse livro em particular?, pergunta o tenente-coronel. Ele não disse nada, responde Lúcia. Na verdade, ele sequer levantou os olhos para me ver ou me cumprimentar. Agiu como se eu não existisse. A senhora ficou chateada com isso?, pergunta Amâncio, pressionando para ver se havia algum conflito entre a bibliotecária e o diretor da escola. Não, sorri Lúcia. Já haviam me dito que ele era assim mesmo.

Resposta calma, pensa o investigador. Ainda assim, olha com atenção para Lúcia, avaliando a possibilidade de que ela possa ser a assassina do diretor do Colégio Silveira. Uma moça pequena. Anda com as costas encurvadas, observa o oficial – mas talvez por causa do peso dos livros. Idade? Não sabe bem, mas... nova. Menos de 30.

A pele, de cor parda, não ajuda a resolver a questão: pessoas negras parecem mais novas do que são. A expressão do rosto de Lúcia, no entanto, ora desafiando, ora se encolhendo, indica uma pessoa mais velha. Há quanto tempo trabalha no Colégio Silveira, dona Lúcia?, Amâncio pergunta, para melhorar os cálculos sem perguntar direto a idade da moça.

Fiz 27 anos em março, Amâncio, responde Lúcia à pergunta que ele não fez. Depois, responde à pergunta que foi feita de fato: eu fui contratada pelo vice-diretor há uns três anos. Na época, ele era o chefe da secretaria.

Essa jovem poderia matar o professor Fernandez?, Amâncio pergunta a si mesmo. Talvez sim. Como se conheciam, ela podia surpreendê-lo – dando a primeira facada por trás dele, por exemplo. Nesse caso, ela também estaria na escola no feriado de 7 de setembro. Uma relação amorosa seria o motivo? Ciúmes, traição? Não sei, essas possibilidades não combinam entre si, pensa – nem Lúcia com a vítima, nem Lúcia como assassina. Ao mesmo tempo, a bibliotecária não parece se incomodar com a presença do tenente-coronel ou com as suas perguntas, encarando-o sem pestanejar, quase como se o avaliasse – o avaliasse como investigador ou como homem?

É o que Amâncio pensa, pensando, ao mesmo tempo, que não queria ter pensado nisso. A chuva volta a ficar mais forte, batendo nos vidros das janelas. Os garotos do trabalho de grupo se levantam e saem, deixando a menina sozinha. A garota arruma a papelada, para preparar a apresentação em sala. Amâncio se lembra bem da situação – no seu tempo, ele é que arrumava a papelada, preparava e fazia a apresentação na sala. Os professores costumavam dar a mesma nota para o grupo todo.

O militar despede-se de dona Lúcia com a sensação de que deixou passar uma ou duas coisas importantes. Ao descer e ver dona Lucy no hall do térreo, uma das coisas que o preocupava e lhe escapava sobe à tona: a informação de que Lúcia foi contratada pelo vice-diretor. As questões que lhe ocorrem são: cadê o vice-diretor?

Ele está na escola? Ele já assumiu como diretor? Aproveita para fazer essas perguntas à dona Lucy, mas a resposta da secretária aumenta o mistério. Ninguém conseguiu falar com o Kleiton, responde Lucy. Eu mesma liguei três vezes. Ele não retorna as ligações e também não veio, nem ontem, nem hoje.

De repente, a conversa com o vice-diretor se torna mais importante. O tenente-coronel Amâncio pede que dona Lucy lhe passe o endereço do Kleiton, ele vai procurá-lo. Quando a secretária lhe traz o endereço, anotado na folha de um bloco, o tenente-coronel constata que Kleiton mora no bairro de Vila Isabel, perto do antigo Jardim Zoológico. Ao pegar a folha do bloco, porém, vem-lhe a sensação habitual: de que está atrasado. Desce correndo para entrar na viatura, onde orienta o soldado que o acompanha a dirigir rápido para Vila Isabel. O soldado pergunta se pode ligar a sirene e Amâncio responde que sim, claro. No minuto seguinte, porém, estranha a própria resposta, parece exagerada.

O trânsito não está ruim, chegam depressa ao destino. Kleiton mora num sobrado, pouco depois do parque que toda a gente chama de antigo Jardim Zoológico. O tenente-coronel e o soldado sobem a escada e batem na porta, mas ninguém responde. A cabeça do oficial começa a doer, como se lhe dissesse: arromba logo! Ordena que o subordinado arrombe a entrada, mas ele apenas baixa a maçaneta e abre a porta – ela não estava trancada. O tenente-coronel entra com a arma empunhada e destravada, mas não precisa procurar: na poltrona da sala, sentada, a vítima.

Morta.

O tenente-coronel e o soldado olham todos os cômodos do apartamento, não acham mais ninguém – vivo ou morto. Voltando à sala, Amâncio trava a arma e a devolve para o coldre. A pistola não serviu para muita coisa. A segunda vítima do Colégio Silveira se encontra morta em casa – sentado na poltrona da sua sala, camiseta sem manga, bermudas, chinelos nos pés, e os olhos: arregalados. O sangue ainda verte de uma ferida aberta no lugar do coração, empapando a poltrona.

Enquanto olha o cadáver, Amâncio tira as primeiras conclusões. A morte não é natural, obviamente. A aparência e o odor do sangue atestam que a vítima foi morta há relativamente pouco tempo. Pela experiência do tenente-coronel, a coincidência das mortes, com diferença de poucos dias, do diretor e do vice-diretor do Colégio Silveira, não deve ser coincidência mesmo. As duas mortes estão relacionadas entre si, embora ele não saiba como.

O senhor Kleiton de Todos os Santos, vice-diretor do Colégio Silveira, pode ter matado o seu diretor, o professor Fernando Fernandez, e, depois, ter sido morto por outra pessoa? Se existisse, quem seria essa outra pessoa? Ou: o mesmo assassino pode ter matado o diretor e o vice-diretor do colégio, talvez porque odiasse aquela escola, ou toda e qualquer escola? Assassinos diferentes podem ter assassinado o professor e o antigo chefe de secretaria, por razões mais ou menos inter-relacionadas?

O novo crime torna o primeiro crime mais complicado. Agora é preciso investigar também a vida e a morte do senhor Kleiton de Todos os Santos. Amâncio usa o telefone do apartamento para ligar para o quartel – não sem antes sentir que o sobrenome do senhor Kleiton se mostra um tanto ou quanto irônico.



A mesma perita confirma a morte recente do vice-diretor: o senhor Kleiton foi assassinado há algumas horas, provavelmente na noite passada. A perita também confirma que a morte se dera por um único golpe perfurante, direto no coração. A largura e a profundidade do ferimento são compatíveis com os ferimentos do professor Fernando Fernandez, mas ainda não se pode ter certeza de que a arma é a mesma. Novamente, o assassino a levou consigo. Não há sinais de luta nem de arrombamento, como eles perceberam ao entrar no apartamento, o que sugere que a vítima conhecia o assassino e o havia deixado entrar.

As observações são corretas, mas não deixam o mistério menos misterioso. Com a cabeça doendo, esperando a qualquer momento ouvir mais um grito, o tenente-coronel Amâncio dá uma passada rápida no quartel e volta para a sua casa. Amâncio mora na rua Conde de Bonfim, na Tijuca, quase esquina com a José Higino, num pequeno apartamento de fundos – apenas uma sala, um quarto, um banheiro e uma minicozinha. O apartamento é conveniente: primeiro, por ser silencioso; depois, porque no térreo, de frente para a rua, há um minimercado. Amâncio ainda pode ir a pé de casa para o trabalho e do trabalho para casa, mas algumas vezes dorme no quartel – ou por inércia, ou para alimentar os pesadelos.

O tenente-coronel conhece companheiros de farda que, ao contrário dele, ficam excitados quando investigam um crime, quando encontram cadáveres ou quando os produzem. Não é bem o seu caso. Lidar com dois corpos, um estendido no chão do próprio gabinete, outro morto na poltrona da sala da própria casa, o deixa arrasado e sem força. Para piorar, Amâncio conhecia os homens: um foi seu professor, o outro trabalhou na secretaria no seu tempo de aluno.

Em cada investigação, Amâncio sofre dos sintomas mais estranhos. Insônia intermitente. Vontade de chorar, mas sem conseguir chorar. Fuma mais do que o normal. Bebe mais do que o habitual, em geral um conhaque barato chamado Fogo Paulista – forte e doce. Come menos, a ponto de perder peso. Em cada investigação, Amâncio não quer falar com ninguém. Isola-se ainda mais, ele, que já não tem amigos, sequer parentes próximos, os que ainda tivesse estariam perdidos no interior de Santa Catarina. Em especial, escuta mais gritos, tanto nos sonhos quanto no dia a dia.

Se ele já consultou um médico, daqueles de cabeça? Não. Se não quer falar com ninguém, imaginem com um médico. Consultar um médico militar, então, é tudo o que não pode fazer. A simples consulta o deixará sob suspeita permanente de loucura, ou pior: de fragilidade. Por isso, Amâncio prende as dúvidas, os gritos e as dores dentro do pequeno apartamento, tão pequeno que se abaixa toda vez que passa de um cômodo a outro. Um apartamento que parece a toca de um animal assustado e desarmado, apesar da arma carregada que traz no coldre. Ao prender as dúvidas, o tenente-coronel se encolhe para não deixar que a alma se esvaia, com a alma daqueles que gritam durante a tortura, um pouco antes que lhes tirem a vida.

Perdão, Amâncio.

Eu falei. A palavra que não podia falar. A palavra que tanto o incomoda. A palavra “tortura”. A tortura visa o corpo e procura a dor, mas atinge a alma e produz o terror. A tortura é suja. A tortura suja tudo o que é mais sagrado. A tortura é o pior dos piores métodos de interrogatório, porque o torturado fala tudo e mais alguma

coisa – menos a verdade. A tortura quebra a alma do torturado para todo o sempre, mas destrói a humanidade do torturador – também para todo o sempre.

Perdão, Amâncio. Eu sei que você não participa, nem nunca participou, das sessões de tortura do quartel da Barão de Mesquita, mas escuta os gritos – os gritos que o racham por dentro. Também sei que você nunca foi torturado, caso contrário não estaria lotado no 1º Batalhão. No entanto, para progredir na carreira, não pode expressar suas opiniões ou dúvidas em voz alta, nem mesmo pensar nelas. Não pode suspeitar que a tortura intensifica o medo, provocando, primeiro, submissão e, depois, loucura. Não pode admitir que quem tortura vira deus da morte, porque dispõe da dor e da alma dos outros. Por isso você nunca convidou ninguém para o seu apartamento, nem mesmo uma namorada.

Verdade seja dita, o tenente-coronel Amâncio nunca teve uma namorada. Não que fosse gay. Militar gay, imaginem o problema para ele – teria de viver dentro de um armário com sete fechaduras e catorze cadeados. Novamente, não é o caso. Porque nunca teve uma namorada, ou por outra razão mais profunda, quase toda sexta-feira à noite Amâncio tira o seu Fusca 1500, vulgo Fuscão, ano 1970, da garagem do prédio e vai até a Quinta da Boa Vista para se aliviar com as moças que batem ponto por ali. As moças cobram barato – uns 10 mil cruzeiros pelo serviço mais simples, uns 30 mil cruzeiros pelo serviço completo.

Às vezes, ele também visita as meninas da Vila Mimosa, perto da Praça da Bandeira. Senta-se numa das barraquinhas na calçada, para beber e bater papo com as moças. Com frequência, chamam Amâncio para se deitar com elas até de graça, mas não é sempre que ele se dispõe a segui-las. A cerveja e a conversa já o satisfazem. Visita-as à paisana. Elas sabem que ele é da polícia do exército, mas fingem que não sabem. Ele, por sua vez, não quer saber o nome delas, chama-as apenas pelo apelido.

Florzinhas são duas: uma, a Florzinha Branca, outra, a Florzinha Preta. Arletes são três, mas não sentam juntas na mesma mesa – periga

correr sangue. Marias são dezenas: Maria Mulata, Maria Mulata Clara, Maria Mulata Escura, Maria Velha, Maria Nova, Maria do Doce, Maria Gorda, Maria Magra, Maria Dodói, Maria Macho – tantas que acabava chamando todas de Maria. Quando gosta mais de uma do que das outras, chama-a de Maria Minha, ela fica toda boba e ele ganha o dia. Ganha o dia, mas com todo o cuidado para não se envolver e para não prometer o que não pode cumprir. Por exemplo, tirá-las dessa vida. Assim como aquela é a sua vida e ninguém pode tirá-la dele, aquela é a vida delas – ele não pode, não deve e não quer tirá-las dessa vida.

Falar sobre as Marias o entristece. Por que tantas meninas se tornam mulheres da vida antes mesmo de deixarem de ser meninas? Para algumas, pode ser uma solução. Para outras tantas, uma maldição. Maldição que cresce quando chegam os canas. Militares. Ou da civil. Em grupo. Escolhendo quem levar de graça para o cubículo que elas chamam de quarto. Por que o apelido de “cana”? Cana é sinônimo de cadeia, assim como polícia também é igual a cadeia. Cana braba, por sua vez, é sinônimo de cadeia mais porrada – em termos técnicos: cadeia mais tortura. Quando olham os “puliça”, no singular, e de uniforme, as meninas da Vila Mimosa se veem atrás das grades, ou pior: elas se veem violentadas, com as mãos agarradas nas grades.

Pensando nas suas meninas, nas suas Marias, Amâncio não consegue dormir. Volta a se vestir e se calçar, para ir ao quartel. A noite já está avançada, mas ninguém estranha vê-lo chegar. Estranhariam, talvez, se soubessem que ele entra no quartel, no meio da noite, para procurar, na biblioteca, o conto que a bibliotecária do Colégio Silveira sugeriu que lesse. Mas há mesmo uma biblioteca no quartel do 1º Batalhão da Polícia do Exército? Se houver, que livros se encontram na biblioteca de um quartel destes?

A biblioteca do quartel existe sim. Lá dentro, há livros das disciplinas da Academia Militar, como os de direito penal militar, fotografia forense, ciências naturais e exatas, medicina legal, estratégia e munições. Além desses, também um bom número de livros do “outro lado”. Onde vocês acham que o tenente-coronel leu Gramsci?

Perdidos nas estantes da biblioteca do quartel, escondem-se ainda alguns poucos livros de ficção, como romances policiais. Ora, um soldado é um ser humano como outro qualquer, logo também precisa escapar da realidade de vez em quando.

No quartel, ninguém cumprimenta o tenente-coronel, com o perdão da rima. Apenas um cabo bate continência, mas olhando para a parede atrás do superior. A biblioteca é pequena e está vazia, como seria de se esperar. Amâncio procura com calma o livro que Lúcia sugeriu. Não sabe o nome do autor, mas pelo menos sabe o nome do personagem: padre Brown. Não adianta procurar na estante de ficção, porque não há uma estante específica para eles. Os livros de ficção se espalham no meio dos demais. O tenente-coronel então procura, nas fichas bibliográficas, se há algum volume com padre Brown no título. Acha: *A inocência do padre Brown*, de G. K. Chesterton.

É um romance ou um livro de contos? A ficha não desce a esse detalhe. Procura então o volume na terceira estante, segunda prateleira... Acha. De novo. Alegria besta, mas não deixa de ser alegria: achar o livro que se procura na estante de uma biblioteca. Resta saber se é um livro de contos e, se for, se traz o conto que quer. Sim, é um livro de contos. Uma edição antiga, de 1955, apresentada por ninguém menos do que Antonio Gramsci. Falando no diabo, ele aparece – e bem vermelho. Amâncio lê primeiro o prefácio do livro: nele, o comunista Gramsci elogia o autor, um teólogo católico e, claro, conservador. Gramsci ressalta que o herói dos contos, o padre Brown, é um católico que zomba do pensamento mecânico dos protestantes. Enquanto Sherlock Holmes é o detetive protestante que investiga o crime pelo lado de fora, portanto de maneira racional, o padre Brown é o padre católico que investiga o crime pelo lado de dentro, isto é, pela introspecção, graças à experiência psicológica oferecida pela confissão. Para Gramsci, o padre Brown derrota Sherlock Holmes, fazendo com que ele pareça um garotinho pretensioso. Além disso, Chesterton é um grande artista, enquanto Conan Doyle não passa de um escritor medíocre.

O tenente-coronel não tem leitura suficiente para saber se Gramsci está certo ou errado, mas gosta de ler o prefácio de Gramsci. Pergunta-se se ele mesmo seria um detetive mais parecido com o padre Brown ou com Sherlock Holmes, mas precisaria ter lido os contos de Chesterton para comparar. A bem da verdade, Amâncio nunca leu os romances de Conan Doyle, mas viu, no cinema e na televisão, muitos filmes com Sherlock Holmes.

Procurando o sumário, logo depois do prefácio, Amâncio encontra o que estava procurando: o conto “O homem invisível”. Começa a lê-lo, para descobrir se a dona Lúcia fez apenas uma sugestão aleatória, ou se estava querendo lhe dar alguma pista. No final do conto, na famosa cena em que o detetive resolve o crime e deixa leitores e personagens embaçados, o padre Brown faz o discurso que se tornaria clássico:

*Vocês já notaram que as pessoas nunca respondem ao que dizemos? Elas respondem ao que queremos dizer... ou ao que elas pensam que queremos dizer. Suponhamos que uma senhora diga a outra numa casa de campo: há alguém aqui com vocês? A outra senhora não responderá: há, sim: o mordomo, os três lacaios, a copeira e assim por diante, ainda que a copeira possa estar na mesma sala, ou o mordomo atrás de sua cadeira. Ela responderá: não há ninguém conosco, querendo dizer ninguém da classe em que estava pensando. Mas suponhamos que um médico, investigando um caso de epidemia, diga: quem está em casa? Então a mesma senhora se lembrará do mordomo, da copeira e dos demais. Toda e qualquer língua é usada desta maneira: nunca temos uma pergunta respondida literalmente, ainda quando a resposta é verdadeira. Quando aqueles quatro homens muito honestos disseram que ninguém tinha entrado nas Mansions, não quiseram dizer realmente que ninguém tinha entrado ali. Queriam dizer que nenhum homem de quem eles pudessem suspeitar que fosse o seu homem. De fato, um homem entrou no edifício e saiu dele,*

*mas eles nem o notaram. – Um homem invisível? – perguntou Angus, erguendo as sobrancelhas ruivas. – Um homem mentalmente invisível – respondeu o padre Brown.*

Não vou resumir o conto. Não sou professor de literatura que nem o mestre Carlos Nascimento Silva, mas li o suficiente para saber que resumos empobrecem a história. Quem quiser que procure o livro, encontre o conto e o leia. O que nos interessa, a mim e ao Amâncio, é que o assassino do conto era invisível para os outros porque fazia parte da paisagem, do mesmo jeito que as casas, os postes e as calçadas. Na verdade, ele era uma paisagem ambulante.

Mas quem era ele? Não vou estragar o fim da história. Por enquanto, saibam apenas que não se tratava de mágica: o assassino do conto de Chesterton não hipnotizava as pessoas para que ninguém o visse, nem nada parecido. Na verdade, ele não precisava nem se disfarçar: ele andava de lá para cá, e de cá para lá, com tanta frequência e tanta regularidade, que ninguém mais o enxergava. Ele era invisível, porque a mente das pessoas já não o distinguia dentro da paisagem cotidiana. O ilustre ex-aluno do Colégio Silveira pensa que é isso que dona Lúcia quer lhe dizer: o assassino do professor Fernando Fernandez é um homem invisível. Amâncio anota na cabeça, então, que precisa conversar com Lúcia novamente. Pelo visto, ela suspeita de alguém.



Quando consegue dormir, já no meio da madrugada, Amâncio sonha com um filme a que assistiu alguns dias antes do assassinato do professor Fernandez. O filme se chama *O exterminador do futuro* e estreara no Cine Comodoro, na rua Haddock Lobo. O protagonista do título é um androide enorme. Quando acorda, o tenente-coronel lembra que o ator que interpreta o androide tem um nome cheio de consoantes. Depois de tomar café e enquanto se veste, o tenente-coronel planeja voltar ao Colégio Silveira para interrogar os professores Sylvio Prestes e Vágner Veiga, aproveitando para conversar mais um pouco com Lúcia.

Já no Colégio Silveira, ao subir as escadas, um homem de terno mal-ajambrado, abotoado de cima a baixo, interrompe o seu caminho para conversar. O militar percebe que o paletó do sujeito está fechado escondendo um coldre atravessado no peito. O homem se diz pai de aluno da escola, mas Amâncio tem certeza de que ele não o é – até porque o reconhece como um visitante frequente do quartel da Barão de Mesquita. O sujeito se apresenta como doutor José Guilherme. Ao apertar a sua mão, Amâncio completa não com o próprio nome, mas sim com o sobrenome do outro: Ferreira. O homem incha o peito, orgulhoso por ser reconhecido por um oficial da polícia do exército.

O “doutor” à frente do nome indica não um médico, mas sim a formação em direito de um delegado da polícia civil do Rio de Janeiro.

Neste momento, o tenente-coronel Amâncio não sabe, não poderia saber, que daqui a dois anos o cidadão José Guilherme Ferreira se candidatará a deputado estadual, usando o slogan com que se reelegerá vezes sucessivas: “bandido bom é bandido morto”. Nos discursos, o político ainda complementarará o slogan com a blague: “e enterrado em pé, para não ocupar espaço”.

O referido cidadão conta a Amâncio que representa a Scuderie Detetive Le Cocq, fundada em 1965. A Scuderie, apesar de ter sido criada, um ano depois do golpe militar, para combater o crime, se notabilizará, anos depois, por cometer um crime atrás do outro. Ela se tornará o ovo da serpente, isto é, a matriz das futuras milícias – aquelas que se associarão ao tráfico de drogas para explorar as favelas de todo o país. Esse ovo tem antepassados ilustres, como aqueles que gestaram o genocídio indígena, a escravidão negra e a proclamação militar da república. Esse ovo terá também descendentes ilustres, como um homem chamado Ronnie Lessa, responsável pela execução a tiros da vereadora Marielle Franco em março de 2018 – quando Ronnie Lessa for preso, encontrarão entre seus pertences, datada de 1989, a carteirinha de plástico da Scuderie, com a matrícula de número 3127.

Encontramo-nos, no entanto, ainda em 1984, no exato momento em que o tenente-coronel Amâncio pergunta o que o suposto doutor Ferreira deseja. O homem dobra a lapela do paletó para expor o brasão da sua organização, com as iniciais E. M., que significam Esquadrão Motorizado – mas, extraoficialmente, querem dizer outra coisa, mais condizente com o símbolo da caveira sobre os ossos cruzados. O militar abre os braços como se perguntasse: e eu com isso? Eu estou lhe oferecendo os nossos serviços, explica Ferreira, para encontrar o assassino do diretor e do vice-diretor da escola, e se for o caso... o senhor sabe.

O tenente-coronel responde que não sabe, embora saiba muito bem. Agradece o oferecimento, mas explica, em tom irônico, que

prefere outros métodos de investigação. Aproveita para perguntar: como o senhor sabe que o Kleiton também foi assassinado? O delegado explica que tem as suas fontes e insiste, dizendo que aqueles crimes são, sem dúvida, atos terroristas perpetrados contra o professor Fernandez e o senhor Kleiton, os quais sempre foram simpáticos à Revolução, defendendo os ideais democráticos do movimento militar e combatendo a doutrinação esquerdista nas escolas.

Interessante, pontua Amâncio, solicitando a seguir: o senhor pode, por favor, me passar as provas que possuí para garantir que esses assassinatos foram atos terroristas, como os qualifica? Ora, respondeu o representante do E. M., gente como nós não precisa de provas, tenente; nós temos as nossas convicções, não é mesmo? Contendo-se para não retrucar que é tenente-coronel e incontinentemente dar ordem de prisão para o delegado da polícia civil – ou para sacar a arma, o que seria pior –, Amâncio responde, escandindo as sílabas de todas as palavras: acho que não temos as mesmas convicções, “doutor”. E continua: por isso mesmo, em breve, pretendo convocá-lo para prestar um depoimento e me esclarecer a respeito – inclusive das razões pelas quais sua insigne organização agora se interessa por crimes políticos, em detrimento dos crimes comuns que combate com tanto denodo.

Ora, atende o delegado, estou à sua disposição sempre que precisar, tenente-coronel. Ao se despedir, sorri por fora, controlando a raiva. Amâncio retruca com um pequeno rosnado, enquanto sorri por dentro. Observa o outro descer as escadas e ir embora sem olhar para trás. Permanece parado por alguns minutos, um pé em cada degrau, pensando, de novo: por que uma pessoa insiste em se oferecer de graça como suspeita, até mesmo de crimes futuros?

O tenente-coronel, enfim, termina de subir as escadas do colégio. Ao encontrar com dona Lucy, pede-lhe para chamar o professor Sylvio Prestes, sabe que ele dá aula naquele dia. Dona Lucy responde que vai chamar, claro, mas, antes, precisa contar sobre como a escola se encontra ainda mais aterrorizada com a morte do vice-diretor,

o senhor Kleiton de Todos os Santos. Depois, pergunta, enquanto se persigna, se o vice-diretor também foi assassinado. O tenente-coronel responde que sim – e, talvez, pela mesma arma que matou o diretor. A seguir pergunta, por sua vez, se já sabem quem assumirá o lugar do professor Fernando Fernandez. A secretária responde que o reitor da universidade nomeará um interventor, ainda não se sabe quem, para dirigir a escola até o fim do mandato. O interventor pode ser uma interventora – no caso, uma professora de história que já deu aula no Colégio Silveira.

O tenente-coronel levanta as sobrancelhas, alerta – professores de história são tão ou mais perigosos do que professores de literatura. Pensa em perguntar o nome da professora, mas o professor Sylvio chega na hora. Os dois homens entram no gabinete do diretor. Amâncio toma o cuidado de não se sentar na cadeira do diretor, atrás da mesa, para não assustar o pequeno professor. Ambos se sentam nas cadeiras das visitas, como dona Lucy as chama. O tenente-coronel pergunta como era a relação do professor Sylvio com as duas vítimas, o diretor e o vice-diretor – mas ele lhe responde outra coisa. Ele responde: eu sou primo.

Percebendo a surpresa do investigador, o professor Sylvio explica: sim, eu sou primo de Luís Carlos Prestes. Como Amâncio mantém um ponto de interrogação no rosto, o professor continua a explicação: estou respondendo à primeira pergunta que está na sua cabeça, aliás, na cabeça de todo mundo. Assim me livro disso logo. O tenente-coronel sorri, impressionado. Desde criança, temos pouco contato, prossegue o professor Sylvio. Enquanto eu me tornei professor de matemática, o Luís Carlos virou militar, político e revolucionário. Nós somos primos como os números primos, que são divisíveis apenas pelo número um e pelo seu próprio número. Ele não se divide por mim, eu não me divido por ele.

Um pouco tonto com o raciocínio matemático, Amâncio pergunta à queima-roupa, tentando desequilibrar o homem que interroga: já que puxou esse assunto, o senhor guarda alguma simpatia pelo

comunismo – ou pelo Partido Comunista Brasileiro? Nem simpatia nem antipatia, responde o professor, com uma firmeza que o militar não esperava de alguém que parecia tão assustado. Não gosto de política, coronel. Mais um a me promover, pensa o tenente-coronel – talvez porque a sua patente soe estranha quando falada em voz alta.

Não, é mais do que isso, acrescenta o professor Sylvio: prefiro chamá-lo de coronel porque tenente-coronel é um paradoxo lógico. Ou o senhor é tenente, ou o senhor é coronel: uma pessoa não pode ser superior e subordinada a si mesma ao mesmo tempo. Amâncio quase perde a fala: primeiro, porque é mais um que lê o seu pensamento; depois, porque faz sentido o que o velho professor de matemática lhe diz. E eu que pensava, pensa, que uma das vantagens da vida militar é que as coisas são o que são, elas não podem ser A e B ao mesmo tempo.

Como se ouvisse de novo o seu pensamento, o professor Sylvio completa o raciocínio: na política, A é igual e diferente de B ao mesmo tempo, o que é absurdo. A polícia é que não é nada diferente da política, ambas têm a mesma raiz – a palavra *polis*. O coronel não é da polícia do exército?, pergunta o professor, prosseguindo, para ele mesmo responder: pois então. Tudo o que vem da polis e volta para a polis implica caos e entropia, ao contrário da matemática – na verdade, ao contrário de tudo o que ensino.

Tonto, o tenente-coronel Amâncio tenta se agarrar no que veio fazer. Ele pergunta mais uma vez quais eram as relações do seu interlocutor com o professor Fernando Fernandez e com o senhor Kleiton de Todos os Santos. Cordiais como deveriam ser, responde o professor Sylvio. Não éramos amigos nem inimigos, se é o que quer saber. Minhas reservas com o professor Fernando, explica, eram tão somente acadêmicas, e por isso mesmo nunca as discuti com ele e nem ele comigo, até porque ele nunca soube que eu as tinha.

E quais seriam essas reservas acadêmicas, professor Sylvio?, pergunta Amâncio, sem esconder o interesse na resposta. Fernando era professor de geografia, responde o professor Sylvio, mas o jeito com que ele ensinava a matéria, colorindo no quadro, de giz vermelho,

os países comunistas, e de azul todos os demais, já mostrava um docente à beira da indecência. Qualquer dia, ele começaria a mudar a geografia do mundo e defender que a Terra é plana, para então propor empurrar todos os comunistas pela borda do mundo.

Novamente: Amâncio não poderia saber que o velho professor fazia uma profecia apocalíptica. No futuro, distante poucas décadas, haverá mesmo quem defenda que a Terra é plana, a ponto de se promoverem cruzeiros marítimos para se conhecer a borda do mundo.

Sem saber que é um profeta, o professor continua: até Johannes de Sacrobosco, em plena Idade Média, já demonstrava, no seu *Traçado da esfera*, e eu sei esse trecho de cor – *que a Terra seja outrossim redonda se prova: porque os signos e as estrelas não nascem nem se põem igualmente a todos os homens em todas as partes, mas primeiro nascem e se põem aos que vivem no oriente que aos que vivem no ocidente*. Johannes de Sacrobosco, ele complementa, também achava, é verdade, que a Terra deveria ser não só o centro do mundo, mas também imóvel e presa a um ponto do universo – mas apenas porque lhe faltavam, no século 13, instrumentos científicos que ainda não haviam sido inventados.

Apesar da dificuldade para acompanhar o raciocínio em espiral do professor Sylvio Prestes – seus pensamentos não se sucedem um ao outro, mas saem um de dentro do outro –, Amâncio reconhece que ele não é menos corajoso nem menos abusado do que o professor Carlos Nascimento Silva, ainda que ambos ensinem disciplinas que parecem opostas uma à outra. O tenente-coronel então lhe pergunta por que é tão importante reconhecer o óbvio, ou seja, que a Terra é redonda. Porque – o professor Sylvio responde, falando devagar –, se você convence o povo de que a Terra é plana e de que 2 mais 2 é igual a 5, ou a qualquer outro número diferente de 4, então você institui a tirania perfeita.

Qual é a tirania perfeita?, pergunta Amâncio. Ora, responde Sylvio, aquela em que guerra é paz, liberdade é escravidão, ignorância é força e 2 mais 2 é igual a 5. Isso – pergunta Amâncio novamente, mas com um frio na espinha –, isso é George Orwell, correto?

Sim, Sylvio concorda, olhando o outro nos olhos – isso é o livro que o senhor achou na mesa do professor Fernando; isso é *1984*, de George Orwell; isso é o ano em que estamos, regidos por um presidente que prefere cheiro de cavalo a cheiro de povo. Ainda assim, continua o professor Sylvio, o que estamos vendo é apenas o começo do horror. Em algum momento, não serão mais necessários golpes militares, porque eleições democráticas levarão ao poder o avesso do avesso da democracia, da ciência e até da matemática, de modo a que 2 mais 2 nunca mais seja 4.

Mais uma profecia – esta arrepia até a quem conta a história. Enquanto isso, em 1984, o tenente-coronel Amâncio se pergunta, espantado: apenas primos? Com essas opiniões e visões sobre a política brasileira? Na sua frente, no corpo franzino de um professor de matemática que carrega debaixo do braço o livro de exercícios de álgebra do Ary Quintella, Amâncio escuta o próprio cavaleiro da esperança – *soldado alerta, prestes a enfrentar o dragão do mal que quer nos matar* – e sente, na própria farda, a couraça daquele dragão.

Amâncio fica em silêncio, olhando nos olhos do professor. Sylvio o olha de volta, com a tranquilidade de que o militar não pensava que o professor fosse capaz, como se dizer em voz alta o que pensa para um oficial da polícia do exército o acalme, ou, o que é o mesmo: o deixe de bem consigo mesmo. O senhor conversou, pergunta o tenente-coronel para tentar recuperar a voz, com o professor Fernando, ou com o professor Carlos, sobre o romance de George Orwell? Eu sabia que o professor Carlos adotara o livro nas mesmas turmas em que dou aula, responde Sylvio. Conversamos uma vez, no elevador, pelo que me lembro, ele completa, sobre a necessidade de aqueles meninos lerem esse livro, ainda mais no ano em que estamos. E acrescenta: nós estamos acostumados com aparelhos de televisão nas nossas casas, mas é fascinante pensar que, já em 1948, Orwell pensou na televisão como meio de controle. A televisão ainda era objeto de consumo muito caro e nem havia chegado ao Brasil no ano em que ele escreveu o seu romance.

Então o senhor leu *1984*, afirma o militar. O tom é quase de acusação. Entretanto, o professor Sylvio não se intimida e concorda: claro que o li. Este livro é de leitura obrigatória para qualquer pessoa civilizada, o senhor não concorda?, pergunta, levantando as sobrancelhas e olhando nos olhos do ex-aluno. O militar concorda que *1984* seja um livro de leitura obrigatória – tanto que ele o tinha lido –, mas, para se divertir um pouco, provoca o velho mestre com a pergunta: professor, não seria prematuro apresentar as questões que o romance levanta para mentes imaturas em formação, como as dos alunos de vocês?

O professor Sylvio Prestes se levanta, indignado, e passa uma descompostura no tenente-coronel: meu filho, você pensa como um soldado desse desgoverno e não como o homem culto que parece que é! Sylvio mexe os braços, como se fosse continuar o seu discurso contra a ditadura militar, mas fecha o foco na suposta imaturidade dos adolescentes: adolescentes já são adultos, coronel, só lhes falta experiência! Aliás, a adolescência é uma invenção burguesa, com o objetivo de prolongar a infância e a irresponsabilidade e assim garantir uma mão de obra mais submissa e menos crítica!

O tenente-coronel não contém o sorriso no rosto, mas o professor o interpreta errado. Sylvio se senta, encolhe os ombros e abaixa os olhos, dizendo, em voz mais baixa: o senhor me desculpe, de repente falo igual a meu primo, me referindo até a invenções burguesas. São apenas arroubos de um velho mestre assustado. Comovido, Amâncio comenta: professor, parece que volto ao tempo em que eu tinha aula com o senhor! É a vez de o professor Sylvio levantar a cabeça e se espantar: você foi meu aluno?!

Há muitos anos, confirma o militar, na 3ª série ginásial, nesta mesma escola. Minha turma brincava de pôr o apagador em cima do quadro antes das suas aulas, só para vê-lo pegar a cadeira e subir nela para resgatar o coitado. Como eu já era o mais alto, me encarregavam de “esconder” o apagador onde sabíamos que o senhor ia encontrar, mas não conseguiria pegar sem subir na cadeira. O professor volta os olhos, sem disfarçar, para o nome estampado no bolso

da farda, e exclama: ah, você é o Amâncio! Desculpe, não o reconheci, continua. Não só você está ainda mais alto do que já era, como a farda muda a pessoa. Deixa vocês invisíveis, sabe? Não conseguimos vê-los como as crianças e os adolescentes que foram, ou como os homens comuns, torcedores do Flamengo, filhos amorosos e pais zelosos que também podem ser.

Amâncio solta uma boa risada e corrige o outro: torço pelo Fluminense, professor. Bicampeão brasileiro neste ano, me respeite. Sylvio sorri e responde, como bom flamenguista: ninguém é perfeito. O tenente-coronel pensa então na coincidência, ele que não acredita em coincidências: mais um a me falar em homens invisíveis, desta vez em relação à farda. Dona Lúcia já lhe sugerira que o assassino do professor Fernando Fernandez poderia ser invisível para os outros – por causa de algum uniforme, talvez? Amâncio se recorda do conto que lera há pouco, “O homem invisível”: o assassino era um carteiro de uniforme, confundindo-se com as casas, os postes, os prédios e as árvores da paisagem.

Perdão, de novo! Ao se recordar do carteiro, Amâncio me forçou a contar o final do conto de Chesterton. Peço desculpas, mas não tive alternativa. No entanto, não lhes contarei o final da aventura do tenente-coronel Amâncio da Cruz e Silva, quer para não me abandonarem, quer porque ainda não sei o final. Para dizer a verdade, eu conto a história para saber o final da história. Também não sei quem matou o professor Fernando Fernandez e o senhor Kleiton de Todos os Santos. Portanto, o que me interessa agora é explorar, junto de Amâncio, a reflexão do padre Brown, pensando em assassinos cujo uniforme visível os torna invisíveis.

Muitos professores do Colégio Silveira usam, como uniforme, um guarda-pó branco, para esconder que ficam todos sujos do pó de giz depois de cada aula. Alunos, por sua vez, também usam uniforme – até são barrados na entrada se não envergam o uniforme completo. Isso significa que já temos aí quantos suspeitos?, pensa Amâncio: quatrocentos e tantos? Bem, tantos uniformes não o ajudam.

Num lugar em que todo mundo usa algum uniforme, quem não o usa é que fica invisível? Talvez eu precise focar apenas na invisibilidade, imagina o militar, concentrando-me na ideia de um assassino que se confunda com os móveis e as paredes. Por esta lógica, os professores que ele entrevista seriam tudo, menos invisíveis. Eles se destacam entre os demais, nem tanto no físico – o professor Sylvio, por exemplo, é um homem pequeno –, mas mais pela postura: pedagógica, política, pessoal.

Encerrando a entrevista, então, o tenente-coronel despede-se do professor Sylvio. Nada indica, nem os fatos conhecidos nem a sua intuição, que os professores Sylvio e Carlos possam ser assassinos ou sequer amigos de assassinos. Ao mesmo tempo, controla-se para não os tirar do radar. Ele sabe que é fundamental não concluir nada antes de todas as peças se arrumarem no tabuleiro.

Metáforas, metáforas. Amâncio não consegue pensar sem metáforas – pensando bem, quem consegue? Neste momento o socorre – ou o atrapalha – a metáfora do jogo de xadrez. De fato, Amâncio gosta de jogar xadrez, mas não tem com quem jogar. Por isso, acha que não joga bem. Talvez o professor Vágner, com quem se encontrará a seguir, possa jogar com ele.

O tenente-coronel Amâncio espera o professor Vágner Veiga no refeitório vazio, sentado em uma cadeira de plástico pequena. Dona Lucy dissera que o professor Vágner não gostaria de conversar onde o amigo foi assassinado. O militar respeita a preferência do professor Vágner, mas pensa que o docente talvez não queira conversar no gabinete para não se trair.

O professor Vágner, no entanto, não chega na hora marcada. Quando o atraso passa de trinta minutos, Amâncio percebe que o professor o deixou esperando. Ele volta ao gabinete da direção e pergunta à dona Lucy se o professor Vágner já foi embora. A secretária diz que não o viu passar. Amâncio e Lucy olham, de cima, para o estacionamento, confirmando que o carro do professor Vágner, um Chevrolet Monza prateado, permanece estacionado. A secretária interfona para os inspetores nos andares, perguntando se viram o professor – ninguém o vê, porém, há mais de uma hora. Voltam para o hall de entrada. O professor Carlos aparece de repente, descendo as escadas e reclamando que o Morte Lenta está morto lá em cima, parado no sexto andar.

Amâncio ri do velho trocadilho, escuta-o desde os seus tempos de aluno. A risada se interrompe no ar, no entanto, quando os três escutam um barulho seco, mas muito forte – como se algo acabasse

de cair do céu por dentro do prédio. No segundo seguinte, eles voltam os olhos para a porta do velho elevador, começando a entender. O professor Carlos leva a mão à boca e arregala os olhos, antes de dar dois passos para trás e se apoiar na parede. Dona Lucy também dá dois passos para trás e quase desmaia, mas se apruma a tempo.

Outros professores e funcionários se aproximam. O tenente-coronel Amâncio pede, com voz alterada, que um inspetor abra a porta do elevador no térreo, por obséquio. O inspetor demora um pouco, mas, com uma chave de fenda, consegue abrir a porta. Lucy e Carlos exclamam “cuidado!”, ao mesmo tempo, quando Amâncio se debruça e olha para baixo, para o poço do elevador. O militar retesa o corpo e para, sem falar nada, por quase um minuto. As pessoas atrás dele emudecem. O silêncio congela não apenas o tenente-coronel, mas cada pessoa no lugar em que parou.

Amâncio enfim se vira e fala, confirmando o que todos já pensavam: encontramos o professor Vágner Veiga. E completa: infelizmente. Todos levam a mão à boca, para conter um grito ou um gemido, e arregalam os olhos. A desolação se mistura ao medo e à excitação de ser testemunha do acontecimento. Como foi que ele caiu?, pergunta alguém, Vágner era tão certinho, tão cuidadoso. Ele nem usava esse elevador velho, comenta outra pessoa; ele preferia usar as escadas.

O militar os interrompe e pede para a dona Lucy ligar para o quartel da Barão de Mesquita, informando mais um assassinato e solicitando, com urgência, a perícia técnica da corporação. A mulher leva de novo a mão à boca e reprime um segundo grito. Mas... não pode ser um mero acidente?, pergunta o professor Carlos, ou, ainda, um... suicídio? Um mero acidente, depois de dois homicídios?, pergunta, já respondendo, o militar. E... suicídio?, pergunta Carlos novamente, com a voz sumindo. Amâncio respira fundo e responde, a voz igualmente baixa: em geral, as pessoas não conseguem se suicidar cravando uma faca nas próprias costas.

Uma faca, repete o professor Carlos. Uma faca, repete dona Lucy. Sim, foi a arma desse crime, constata o militar. Ele caiu depois de ter

sido esfaqueado pelas costas. A mesma arma pode ter matado o professor Fernandez e, talvez, o senhor Kleiton, acrescenta Amâncio. Por isso, preciso com urgência da perícia técnica, dona Lucy. Só quando todos voltam os olhos para ela é que a secretária se dá conta do que tem de fazer. A senhora sai correndo, batendo os saltos no piso, para pegar o aparelho telefônico no gabinete. No caminho, esbarra na dona Lúcia, que descia para ver o que estava acontecendo. Dona Lucy e dona Lúcia quase caem, mas se apoiam uma na outra.

Lucy se dirige à direção, já não tão rápida, enquanto Lúcia se aproxima do professor Carlos. Ele conta à bibliotecária o que aconteceu, olhando de lado para a porta aberta do elevador. Lúcia, discreta, mal levanta uma sobrancelha. Amâncio se aproxima de Lúcia para dizer que eles precisam conversar sobre Chesterton. O padre Brown?, pergunta o professor Carlos. Claro que ele leu, pensa o tenente-coronel. Em voz alta, Amâncio responde que sim, que precisam conversar sobre um conto do padre Brown que a dona Lúcia recomendou.

O conto do homem invisível?, pergunta Carlos. Sim... mas, você lê pensamento, ou vocês dois montaram um complô contra mim?, pergunta Amâncio, apontando ora para um, ora para o outro. O professor Carlos não ri, por causa da situação, embora tenha vontade. Responde que aquele era o único conto de Chesterton de que lembra o título, apesar de, tempos atrás, ter lido todos os contos do autor. Na verdade, pontua Carlos, o meu palpite casual não é absurdo: o amigo está procurando um assassino em série por enquanto invisível, correto? Que também pode ser uma mulher invisível..., observa Lúcia, com um sorriso contido. Parece-me improvável que o assassino seja uma assassina, retruca Amâncio – mas improvável não é impossível, reconhece. E não concorda com o professor Carlos: mesmo que o assassino das três vítimas seja o mesmo, ele ainda não é um serial killer.

Neste momento ainda não se sabe, com certeza estatística, que há muito mais assassinos do que assassinas, quanto mais em série. No futuro, haverá quem diga que cerca de 4% da humanidade é psicopata – mas na proporção de 3% de homens, apenas 1% de mulheres.

Creio que é difícil comprovar essa proporção – mas ela coincide com a percepção corrente de que existem mais homens “maus” do que mulheres “más”. A percepção se reforça pelas manchetes, que enfatizam os assassinatos cometidos por homens e mudam de tom quando eles são perpetrados por mulheres, buscando justificativas atenuantes.

Sem que conheça os estudos futuros sobre a proporção de psicopatas homens e mulheres, o tenente-coronel Amâncio explica que, homem ou mulher, nem todo assassino em série é psicopata. As três vítimas se conheciam, trabalhavam na mesma escola, raciocina o investigador. Logo, há probabilidade razoável de que o assassino conhecesse as três vítimas. Nesse caso, ele não é um serial killer. A expressão se refere, antes, a assassinos que escolhem as vítimas por motivações aleatórias, como o sadismo e o prazer de desafiar a polícia. O tenente-coronel complementa o seu raciocínio: o assassino do diretor, do vice-diretor e do professor de geografia, se o motivou algo que as três vítimas fizeram no passado, não teria matado apenas pela compulsão de matar, mas sim por outra motivação – por exemplo, vingança.

Enquanto espera a perícia técnica, Amâncio se afasta com Lúcia, subindo para a biblioteca, no primeiro andar, a pretexto de conversarem sobre Chesterton. Quer por ser pequena e bonita, quer por se encontrar cercada por livros, o tenente-coronel Amâncio gosta de conversar com a bibliotecária e de olhar para ela – prestando menos atenção no que a moça diz do que no movimento dos seus lábios. Ao chegarem à biblioteca, Amâncio pergunta à mulher se, no caso dos assassinatos do Colégio Silveira, o uniforme do carteiro, no conto do homem invisível, pode ser substituído por outra coisa. Se fosse professor de português, Amâncio perguntaria se o uniforme do carteiro não poderia ser uma metáfora. No entanto, a sua pergunta também pode estar no lugar de outra pergunta – aquela que ele não faz para a bibliotecária.

Lúcia se senta numa das mesas de leitura e se demora a observar os olhos diferentes do militar, e pergunta, por sua vez: você quer dizer que outra coisa que não o uniforme poderia garantir a invisibilidade, portanto, a liberdade do assassino? Sim, responde o militar.

Continuemos com o uniforme por enquanto, especula Lúcia. Deixei-me levantar uma hipótese maluca, esclarecendo: mesmo malucas, hipóteses alternativas abrem a mente para outras possibilidades, permitindo-nos enxergar os acontecimentos por ângulos diferentes.

Amâncio sorri e concorda, acrescentando que gostaria de ouvir a hipótese doida da boca de Lúcia – mas logo se arrepende das suas palavras: a expressão “da boca de Lúcia” fica forçada, como se entregasse o seu outro interesse. Lúcia não parece perceber e passa a desenvolver a sua hipótese. Pensemos na sua própria farda, diz ela. Prossiga, fala o tenente-coronel, tentando fingir que não está preocupado. Você é ex-aluno do Colégio Silveira, correto?, pergunta Lúcia. Amâncio concorda com um leve movimento da cabeça. Lúcia continua: segundo o professor Sylvio, você também foi ex-aluno do professor Fernandez, correto? Correto, responde Amâncio, mas pensando: como é que ela sabe disso? Não me lembro de ter contado nada disso para o professor Sylvio. Me diga, pede Lúcia: você teve algum atrito com o professor Fernandez, quando ele lhe deu aulas?

O militar se espanta, percebendo que a bibliotecária é que está interrogando o interrogador. O espanto aumenta quando ele se lembra que sim, teve um atrito com o Fernandez, na 4ª série ginasial. Mas como ela podia saber?... Lendo a mudança nas expressões do rosto do oficial, Lúcia diz que não sabia, estava apenas especulando, mas fica mais interessante se acertou. E como foi esse atrito?, pergunta. Bem... hesita Amâncio, mas passa a relatar o episódio. Bem, nós estávamos na aula de geografia. Na nossa sala, no quinto andar. O professor Fernando dava uma aula formal, chata, como sempre – ninguém tinha grandes expectativas sobre a aula dele. Por isso, todo mundo estranhou quando uma colega, Janice, levantou o braço e fez uma pergunta, mas num tom agressivo.

Se naquela ocasião nós estranhamos o tom da pergunta da Janice, continua Amâncio, estranhamos mais ainda a resposta do professor. Fernandez, que nunca sorria, sorriu com um lado da boca e soltou resposta tão agressiva quanto, mas que dizia alguma coisa aparentemente

banal. Era algo como: minha querida, conversaremos melhor sobre isso depois da aula, não é verdade? Ora, prossegue Amâncio, há professores que chamam todos os alunos de “meu querido”, “minha querida”, completando com a locução “veja bem”. Mas não era o caso dele. Fernando nunca chamava ninguém assim.

Ao ouvir o relato, o corpo de Lúcia se crispa, como se enrije-cesse e perdesse ar. Quando consegue respirar, ela afirma: de fato, a frase do professor Fernandez não era banal. Quando, de repente, como sempre, Amâncio escuta o grito de uma garota apavorada. Ele sente o medo no cérebro, enquanto registra que Lúcia não está gritando, que ninguém grita neste momento – a não ser dentro da sua cabeça. Amâncio entende, tardiamente, que as palavras do professor Fernandez não ameaçavam apenas com uma “conversa” depois da aula. Ao acrescentar “não é verdade?”, o professor indicava que um encontro realmente estava marcado, decerto em algum lugar fora da escola. O problema é que Janice não era uma mulher, mas sim uma menina de 14 anos de idade.

Você falou alguma coisa naquela hora?, pergunta Lúcia. Sim, responde o militar. Sem saber direito o que acontecia, explica Amâncio, eu me levantei no meio da sala para falar, em voz alta: professor, o senhor não pode falar assim com a nossa colega! Lúcia parece que vai chorar, mas segura as lágrimas. Engole em seco e pergunta: como o professor Fernandez reagiu à sua interpelação, Amâncio? Primeiro, ele e toda a turma ficaram em silêncio, todo mundo até segurou a respiração – responde o agora oficial do exército. Depois de alguns segundos que pareceram horas, o professor Fernando retrucou: o senhor prefere que eu fale como professor? Sem saber bem o que responder, eu disse que preferia, conta Amâncio. Para minha surpresa e da turma, o professor abriu a porta e me pôs, com Janice, para fora de sala.

Ficamos sentados nas cadeiras do corredor destinadas a quem era expulso de sala. Não conseguimos trocar palavra, ambos envergonhados, por motivos diferentes – ela, por saber que as palavras do professor de geografia iriam marcá-la para sempre; eu, por ter sido

expulso de sala e por não ter ideia de como consolá-la. Ambos esperamos, conclui Amâncio, que o professor terminasse a aula para nos levar para a direção – mas, quando ele saiu da sala, o fez apressado, sem olhar para nós ou para trás.

Janice conversou com alguém sobre o que aconteceu?, pergunta Lúcia. Não sei, responde Amâncio. Janice passou o resto do ano muda, olhando apenas para a frente, até sair da escola no fim do ano. É muito triste, constata Lúcia, mas não me surpreende – nem o silêncio de vocês, naquela época, nem a atitude do professor Fernandez. Assim como não me surpreende que Janice se sentisse obrigada a sair do colégio. O problema é que, com o que você me conta agora, a minha especulação fica um pouco mais séria.

Que especulação?, pergunta Amâncio. Lúcia responde à pergunta com outra pergunta: quando você leu o conto do Chesterton, você pensou no uniforme dos alunos e no guarda-pó dos professores, não é mesmo? Sim, responde o tenente-coronel, mas são tantos uniformes, enquanto no conto há apenas um uniforme: o do carteiro e assassino. Bem pensado, retruca a bibliotecária. Entretanto, depois da morte do diretor do colégio, de repente um uniforme se destaca de todos os outros. Qual?, pergunta Amâncio, sem entender. A sua farda, responde Lúcia. De repente, convivemos com um tenente-coronel da polícia do exército visitando o Colégio Silveira todo dia.

Sem saber se ri ou se dá ordem de prisão à mulher, Amâncio pergunta se ela o está acusando de assassinato. Não, meu querido, responde Lúcia, calma – com ênfase meio irônica, meio carinhosa, no “meu querido”. Apenas levo a minha especulação ao limite, reforçada pelo que me contou. Não vê, pelo menos, que tem um motivo para ter assassinado o professor Fernandez, o qual teria abusado de uma colega sua muitos anos atrás?

O tenente-coronel respira fundo e pensou que a especulação de Lúcia faz algum sentido, mas é um pouco forçada: para querer se vingar daquele professor de geografia, ele deveria ter tido uma relação amorosa com a jovem Janice, o que nunca foi o caso. Ele era

apaixonado por uma menina da escola, sim – mas da outra turma, não da sua. Resolve então levar a hipótese da bibliotecária ao absurdo: digamos, Lúcia, que eu guardasse rancor do professor por esses anos todos, ao ponto de assassiná-lo: então, por que eu aceitaria que me designassem para investigar o crime que eu mesmo teria cometido? Por esperteza, responde Lúcia: quem pensaria no próprio investigador como criminoso?

Se esses dois me escutassem, eu pediria para eles lerem dois livros da Agatha Christie: o romance *Cai o pano* e a peça *A ratoeira*, em cartaz em Londres há décadas. A propósito, eu tive o prazer inenarrável de assistir a essa peça, em Londres, quando ela completou 70 anos de exibição. Tanto no romance quanto na peça, o investigador é o próprio assassino. Todavia, ainda bem que eles não me escutam, porque senão esta história ficaria metaficcional demais. Eu gosto de metaficção, mas concordo com quem disse que o excesso de metaficção não passa de um *show off*, ou seja: de exibicionismo do narrador. Quem disse isso? Ora, ninguém menos do que o professor Carlos Nascimento Silva, numa das aulas dele a que eu assisti.

Eu não disse que fui aluno dele? Agora, vocês já sabem duas coisas: primeiro, que eu fui aluno do professor Carlos; segundo, que meu gênero é o masculino. Essas informações, no entanto, não interessam muito. Fiquemos, então, apenas com a ressalva sagaz que Lúcia faz a seguir.

A bibliotecária observa que há um ponto fraco na sua própria hipótese: se Amâncio fosse o assassino, não contaria para ninguém o problema que teve com o professor Fernandez no passado. Entrando no jogo, Amâncio pergunta: seria o momento para lhe pedir que esse segredo fique entre nós? Você não faria isso, devolve Lúcia, a não ser para me provocar. Se o fizesse para valer, seria uma confissão indireta, ou seja, algo pouco inteligente – e o meu tenente-coronel pode ser várias coisas, mas burro não é. Obrigado pela parte que me toca, responde Amâncio, encantado: quando Lúcia se refere a ele como “o meu” tenente-coronel, sente o peito esquentar por dentro.

Quase ao mesmo tempo, sua mão direita se mexe sobre a mesa, aproximando-se da mão dela, por pouco não se tocam, quando... quando, droga!, dona Lucy adentra a biblioteca chamando o tenente-coronel, porque a perícia chegou e quer falar com ele. Em pensamento, Amâncio xinga a secretária, mas em voz alta agradece à mulher. Levanta-se da mesa e desce para o térreo ao encontro dos peritos. Desta vez são vários, comandados pela mesma perita que estuda os casos do Colégio Silveira. Alguns descem para o poço do Morte Lenta, onde se encontra o corpo do professor Vágner Veiga. Numa ironia involuntária, já que ela não sabe o apelido do elevador, a perita antecipa que ele teve uma morte rápida.

Percebendo que ainda não o tinha feito, Amâncio pergunta o nome da perita, que responde, seca: Rosa. Rosa explica que, pela maneira como o professor caiu, ele primeiro foi esfaqueado nas costas. A autópsia pode determinar se o ferimento à faca já seria suficiente para matá-lo, ou se ele morreu em consequência da queda. Dá para perceber, pelo tamanho do estrago, acrescenta Rosa, que ele despencou de um andar alto do prédio.

O sexto andar, completa o professor Carlos – que ainda se encontra por ali, junto de vários outros professores e funcionários. Improvável, colega, contesta o tenente-coronel, surpreendendo o professor – tanto ao sugerir que o sexto andar não era o andar mais alto, quanto ao chamá-lo de colega. Na verdade, Amâncio explica, você mesmo disse que o elevador ficou preso no sexto andar. Alguém deve ter aberto a porta do elevador, mas no andar abaixo, no quinto andar, para jogar o corpo – o que gerou a pane no motor do Morte Lenta. Carlos concorda, impressionado. Depois, ambos percebem que os alunos da escola passam por ali, mas não se demoram – enquanto as meninas saem com a mão na boca e lágrimas nos olhos, os meninos ficam mais tempo, nervosos e fechando os punhos.

O tenente-coronel pergunta à perita Rosa se encontraram impressões digitais na faca. Sim, ela responde. Os rapazes coletaram uma impressão, explica. Protegemos a arma com um invólucro para

não a contaminar. Se as digitais do assassino estiverem no sistema, a gente acha, embora possa demorar algumas semanas. Enquanto esperarmos, prossegue, vou pesquisar se essa foi a arma usada nos outros dois crimes. Quero estudar como a faca foi empunhada, para ter uma ideia do tamanho e do sexo do assassino. Jorge, ela fala, chamando um dos auxiliares: por favor, suba ao sexto e ao quinto andar para buscar impressões digitais e outras marcas nos portais e no entorno.

Quando Rosa para de falar, Carlos, como se fosse um dos peritos, enumera os fatos conhecidos sobre os crimes. Dois professores mortos na escola. Os dois de geografia. Um secretário, da mesma escola, morto em casa. Os três se conheciam. Os dois professores lecionavam a mesma disciplina e eram amigos. Que se soubesse, Vágner e Fernando se formaram juntos. Kleiton, antes de ser vice-diretor, convivia com os dois amigos. Uma vez, Vágner me disse que os três jogavam pôquer uma vez por mês. Os três também eram torcedores do Vasco da Gama.

Amâncio escuta e pergunta: você tinha todas estas informações e só me conta agora? Peço desculpas, responde Carlos, mas acho que só agora juntei A com B e C. Tudo indica que os três assassinatos não foram aleatórios. Com certeza não foram, concorda Amâncio. Os três fizeram alguma coisa para certa pessoa, pessoa esta que esperou para se vingar. As mortes, no entanto, não foram simultâneas. Se soubessem quem era o assassino do professor Fernandez, Kleiton e Vágner poderiam tê-lo denunciado. A menos que tivessem que explicar o que fizeram, especula Carlos. É verdade, concorda Amâncio. O que você acha, pergunta para o professor de literatura: eles sabiam ou não sabiam quem era o assassino? Creio que eles sabiam, responde Carlos. Kleiton não apareceu na escola desde que dona Lucy descobriu o corpo do diretor – aliás, ele não apareceu na escola nem naquele dia. Deve ter se escondido em casa, talvez esperando o assassino.

Correto, confirma Amâncio. No apartamento do Kleiton, não houve arrombamento. Ele estava esperando o assassino, mas não

achava que seria assassinado. E Vágner?, pergunta Carlos. No dia do crime, quando entrei na sala dos professores, o professor Vágner afirmou, com euforia exagerada, que admirava muito o nosso trabalho, enquanto ressaltava sua amizade de longa data com o professor Fernandez. Ora, na boca de quem acabara de perder um dos melhores amigos, o elogio ao trabalho do exército soou meio torto. Como assim?, pergunta Carlos.

Mais até do que os demais, ele deveria estar consternado. Nessas condições, por que se apressou em elogiar o governo militar para um oficial da polícia do exército, como se estivesse conversando com o próprio general João Figueiredo – que, por mero acaso, também é formado em geografia? Ainda: por que ressaltou sua amizade de longa data com a vítima? Porque..., começa Carlos, acompanhando a conjunção e as reticências de um gesto no ar, como se pedisse a Amâncio que respondesse às próprias perguntas. Porque, Amâncio o atende, ele talvez ache que daquela maneira afastaria eventuais suspeitas sobre si mesmo.

O professor Vágner? O assassino? Mas ele está morto!, espantase o professor de literatura. Está morto agora, reconhece Amâncio – mas não estava, quando mataram o diretor do colégio, nem depois, quando mataram o vice-diretor. Devido à relação entre as vítimas e à proximidade dos atentados, a hipótese mais provável é de fato a de um único assassino – mas ainda não posso descartar nenhuma outra hipótese verossímil.

Faz sentido, comenta o professor Carlos, recuperando-se da surpresa com o raciocínio do militar. O que nos leva de volta à sua hipótese inicial. Explique-se, por favor, pede o tenente-coronel. Digamos que o Vágner não estivesse preocupado em ser apontado como suspeito do assassinato do amigo, especula Carlos, mas sim que a investigação revelasse sua cumplicidade com um crime que justificasse a vingança do 7 de setembro. Faz todo o sentido, concorda o militar, e reforça a conexão entre as três vítimas. Eles podem ter sido cúmplices

de algo que fizeram com alguém, e esse alguém se vingou matando um depois do outro. Cada assassinato foi bem planejado. Ao matá-los em datas muito próximas, o assassino manda vários recados.

Que recados, Amâncio? O tenente-coronel se volta, porque a pergunta, em tom calmo, não foi feita pelo professor Carlos, mas sim por Lúcia, a bibliotecária, que descera do primeiro andar e, junto de dona Lucy e outros professores e funcionários, acompanhava, a pouca distância, a conversa dos dois homens. O professor Carlos, ao perceber que a conversa deles tem plateia, solta uma breve risada e comenta que parece que eles se encontram no meio da última cena de um romance policial. Nesse tipo de cena, complementa, o detetive reúne todas as pessoas numa sala, o assassino entre elas, e relata como resolveu o caso, deixando para o último instante a revelação do nome do criminoso – que nem tenta fugir, rendendo-se à inteligência do herói. Amâncio também ri e comenta: professor de literatura é um problema.

Ansiosa, Lúcia repete a pergunta: que recados, Amâncio?

O tenente-coronel Amâncio enumera nove recados.

Primeiro recado, que os três assassinatos estão relacionados entre si. Segundo, que a motivação dos três crimes é a mesma. Terceiro, que o assassino dos três homens é a mesma pessoa. Quarto, que esse assassino ainda está aqui na escola. Quinto, que o assassino trabalha no Colégio Silveira. Sexto, que o assassino não é um aluno da escola. Sétimo, que a arma usada nos três crimes é aquela faca. Oitavo, que o assassino encerrou seu projeto de vingança. Nono recado: que não haverá novos crimes.

Uau, exclama Lúcia; você resolveu todo o mistério! Quem me dera, rebate Amâncio. Ainda não sei quem matou o Fernando, o Kleiton e o Vágner, e por que matou cada um deles. Tem razão, concorda Carlos; mas tenho dúvida a respeito do sexto recado. Já não me lembro direito que recado é o sexto, confessa o tenente-coronel. No sexto recado, você conclui pela improbabilidade de que o assassino seja um aluno do Colégio Silveira, explica Carlos – talvez porque ele demonstra habilidade e frieza de um adulto. No entanto, pondera o professor de literatura, adolescentes são adultos – com menos experiência e vivência, mas adultos. O professor que os trata como menos do que adultos tende a perder a moral com eles. Isso serve tanto para o bem

quanto para o mal. Um adolescente determinado e motivado pode revelar habilidade e frieza, inclusive para cometer um assassinato.

Entendo, aceita o militar. O professor Sylvio pensa algo semelhante, a respeito da capacidade e da responsabilidade de adolescentes. Entretanto, continua o militar, prefiro deixar essa ideia na gaveta por enquanto: se não, tenho de admitir todos os alunos do professor Fernandez como suspeitos. Até porque a morte do Kleiton, que não tinha contato direto com os alunos, ficaria solta no ar. Em resumo: espero que nenhum aluno do Colégio Silveira seja o assassino. Não foi nenhum aluno, concorda Lúcia, para alívio do tenente-coronel. Também acho que não haverá mais assassinatos, acrescenta a bibliotecária. O que significa que ficará cada vez mais difícil aparecerem novas provas. O assassino teria então cometido o crime perfeito?

Até ontem, parecia o crime perfeito, concede Amâncio – mas lembro que agora temos, acho, a arma dos três crimes: a faca. Os peritos vão se divertir com essa faca, nos dando mais detalhes sobre o que aconteceu. Nesse caso, aguardemos os recados da faca – brinca Lúcia. Amâncio não segura o sorriso, mas logo escuta mais um dos gritos que só ele escuta, e forte como se viesse de dentro da própria espinha. Tenta se controlar para não mostrar a perturbação para ninguém, mas não é fácil. É um grito só, porém feito de muitas vozes desesperançadas. Quando olha em volta, vê que a maioria das pessoas já se dispersou. Lúcia e Carlos conversam indo para a sala dos professores, o que deixa o militar com uma pressão desconfortável no peito. Não pensa besteira, Amâncio, ele fala para os botões da sua farda. Primeiro, Lúcia é muita areia para o meu caminhão. Segundo, estou nervoso, me sentindo um incompetente: ainda não sei quem matou o diretor.

Amâncio é injusto consigo mesmo. Na vida real, os crimes, quando se resolvem, se resolvem ou por um golpe de sorte, ou quando o criminoso faz questão de ser descoberto. Sherlock Holmes, Hercule Poirot e Jules Maigret são personagens de ficção, não pessoas de carne, osso e dúvidas. O tenente-coronel não precisa ficar nervoso, não deve se sentir incompetente. Ele acabou de encontrar a

arma do crime, a perícia ainda vai estudá-la – só que isso demora, no mínimo, uns dois dias.

Amâncio então sai do colégio, caminhando sem rumo. Depois de alguns minutos, ele percebe que os seus pés sabem aonde querem ir: eles descem pela rua Engenheiro Adel, atravessam a rua Haddock Lobo e continuam pela rua Campos Sales até a praça Afonso Pena. Amâncio deixa-os seguirem pela Campos Sales até a rua Mariz e Barros, onde os pés viram à direita e caminham, devagar, na direção da praça da Bandeira e, depois, da Cidade Nova, para chegarem à Vila Mimosa. Os olhos de Amâncio procuram uma das muitas Marias que conhece. Ainda é dia claro, mas na Vila Mimosa isso não significa muito. Sentada numa das barraquinhas da calçada, como se o esperasse, encontra-se Maria Mulata Clara, que fora sua Maria Minha por mais de uma vez. Como se tivessem marcado um encontro, Amâncio senta-se a seu lado e pede um chopp ao rapazinho afetado que alguém improvisou como garçom. Só depois de pedir a cerveja, Amâncio cumprimenta a mulher, com cordialidade risonha: boa tarde, como a senhora está passando?

A moça responde, rindo, que está passando calça, camisa, paletó e até gravata, o movimento tem estado muito ruim, é a maldita inflação, ela afasta os clientes até da putaria. Maria Mulata Clara tem razão: neste ano, a inflação chega a 216%. A seguir, a mulher pergunta: cabeça cheia, soldado? Amâncio ri e diz que sim, tem um assassino enchendo a sua cabeça. Os olhos de Maria brilham de curiosidade, exclamando: me conta, me conta! O militar não se faz de rogado e resume o caso do Colégio Silveira para a moça – que, ainda no meio do relato, afirma: o assassino é uma assassina. Quem matou esses três homens foi uma mulher.

Surpreso, o militar pergunta: como é que você chegou a essa conclusão? Em vez de responder, Maria tira da dobra do vestido um pequeno punhal que brilha no sol da tarde. Isso, mostra, é arma de mulher. Quando malandro puxa uma dessas, ou é navalha, ou é peixeira. Faca é coisa de mulher. Impressionado, Amâncio pergunta: para que

você precisa disso, garota? Em que mundo você vive, Amâncio?, é a vez de Maria perguntar, com um sorriso triste. No mundo em que eu vivo, os homens gostam de bater em mulher, ou de foder com a gente à força.

O militar quer retrucar, mas a mulher o interrompe: sei, você vai me dizer, com vocês é só negócio, eles dão dinheiro, a gente dá a bunda. Não é assim?, pergunta Amâncio, sentindo que vem história de terror. Mesmo quando eles pagam, amigo, ou até porque estão pagando, explica Maria, os desgraçados se sentem ofendidos por pagar e então trepam como se estivessem estuprando – falei certo a palavra? –, com o máximo de grosseria, estupidez e violência que conseguem.

Falou certo, Maria, confirma Amâncio, com o coração apertado. E... você já precisou usar essa faca? Posso responder pro amigo e não pro puliça?, pergunta a mulher, com o sorriso ainda mais triste, e pior: os olhos lacrimejando. Aqui eu nunca sou polícia, Maria Minha, responde o militar, começando a engasgar. Maria, que vive de nariz empinado, desafiando o mundo, baixa a cabeça e fala, a voz falhando: sim, eu já usei. Mais de uma vez, ela esclarece. Não sei quantas. Não quero saber quantas. Sempre procurei enfiar a faca na perna do cara. Pra me dar tempo de correr. Depois, ficava com medo do cara voltar. Com amigos. Com berro. Pra me matar. Pra me matar. E eu não tinha pra onde ir. Eu não podia sair da Mimosa. Eu... não posso sair daqui. Algum desses caras voltou?, pergunta Amâncio, com o coração na mão. Nenhum deles voltou, responde a mulher, ainda com a cabeça baixa, e completa: pelo menos, até hoje. Um arrepio corre a espinha do tenente-coronel, que resiste à vontade de sacar a arma e olhar em volta, para conferir se “eles” estão voltando.

Sem levantar a cabeça, Maria Mulata diz, em voz ainda mais baixa: aconteceu com um colega seu. Do exército. Ainda mais alto do que você. Uns dois anos atrás. Tava doendo, mas dava pra levar. Mas ele foi tão... estúpido, ela lembra, com uma expressão incontida de dor, que... que ele quebrou meu braço enquanto me comia. Depois, riu. O filho da puta riu de se contorcer todo. O braço que quebrou foi o esquerdo. Com a mão direita, Maria levanta a mão direita para mostrar, peguei

a bicuda debaixo do travesseiro. Enfiei. Enfiei na perna dele. Enfiei de novo. De novo. De novo. De novo. Perdi a conta, quantas vezes.

O que aconteceu... com ele?, pergunta o militar. Maria respira fundo, antes de responder: saiu tanto sangue. Saiu tanto sangue, fiquei paralisada. Alagou a cama, alagou o quarto, tudo vermelho. Quando chamei o cafetão, ele me escondeu em outro quartinho e chamou os colegas do cara, que tavam bebendo... naquela mesinha ali. Os caras levaram embora o infeliz... Será que ele morreu? Com toda a certeza, pensa o militar, se uma das facadas pegou a veia femoral – e deve ter pego. Mas não diz nada, apenas responde, em voz alta: não sei. De repente, Maria pula no pescoço de Amâncio e se agarra nele. Amâncio, enternecido, pensa que veio querendo colo, mas agora precisa dar colo – o que não deixa de ser tão doce quanto.

Depois de vários minutos de abraço silencioso, incomum no meio de tantas relações ruidosas e nervosas, Maria, o rosto molhado, senta-se na cadeira e volta ao assunto inicial como se não tivessem se desviado dele. Pois é. Quem matou esses três homens foi uma mulher. Ela acrescenta que o primeiro assassinato foi puro ódio, pelo número de facadas enfiadas no corpo do cara. Os outros dois assassinatos já foram bem pensados. Quem essa mulher queria matar era o diretor, afirma Maria. Os outros dois caras, ela precisava matar. Como essa mulher, Amâncio se pergunta, que tem essa vida miserável como mulher da vida, chega a estas conclusões sem treinamento policial? Talvez porque ela seja, exatamente, uma mulher da vida – desta vida que vivemos sem saber.

Eu sou prostituta, logo vivo à beira da lei, confirma Maria. Com um sorriso amargo, ela completa: as meninas, somos todas ilhas de amor e desejo, cercadas de ódio e crime por todos os lados. Lucidez e poesia, pensa Amâncio, impressionado. Ele sente que Maria está certa, mas falta identificar a assassina, levantar as provas e prendê-la. Lúcia também disse que o assassino pode ser uma assassina, lembra. Amanhã converso com ela. Hoje, não. Hoje, quero ficar por aqui, ele pensa. Com Maria.



O dia seguinte também começa quente e ensolarado, como no começo desta história. Por cima e por trás dos morros que atravessam a cidade, no entanto, anunciam-se as mesmas nuvens escuras lá de trás. As nuvens carregadas voltam, porque elas também querem saber quem matou o diretor do Colégio Silveira.

Amâncio decide voltar à escola para conversar com Lúcia sobre a nova abordagem do crime, levantada por uma das Marias da Vila Mimosa – mas sem mencionar a profissão ou o codinome da sua fonte, é melhor. Antes, porém, dá uma passada no quartel, querendo saber se a doutora Rosa já sabe se a faca encontrada nas costas do professor Vágner Veiga é a mesma arma dos outros dois crimes. Lembra-se de que deve chamá-la de doutora, porque todo perito criminal faz um curso superior antes de prestar concurso para a carreira – no caso da doutora Rosa, ela é formada em química. O tenente-coronel também quer saber se identificaram as impressões digitais no cabo da faca, embora não tenha muita esperança de que o assassino seja fichado — a esperança é ainda menor se o assassino for uma assassina.

A doutora Rosa trabalha em um laboratório pequeno no quartel, escondido no subsolo do local, bem próximo das celas e das salas de interrogatório. Assim que o tenente-coronel Amâncio a encontra, vários gritos simultâneos o assaltam, derrubando-o de joelhos no

piso de ladrilhos. Por um ou dois segundos, ele não contém o próprio grito surdo. A mulher, de costas para ele, trabalhando numa mesa suja de metal, pergunta, sem se virar: você também escuta os gritos? A primeira reação de Amâncio é de medo, por alguém ter descoberto o seu segredo dentro do quartel. A seguir, surpreende-se, ao perceber que mais alguém escuta os gritos, o que significa que ele não está louco – ou, pelo menos, não está louco sozinho. Confuso, consegue apenas repetir a pergunta, gaguejando um pouco: a se-se-nhora também escuta os gritos?

A doutora Rosa se vira, meio rindo, meio cansada, e explica: todos os que trabalham ou trabalharam aqui, na condição que for, escutam os gritos para sempre. A maioria finge, para os outros e para si mesmo, que não escuta nada. Amâncio entende, enfim, o que sempre soube, mas não queria saber que sabia. Que ele trabalha, ou pior, vive: dentro de um pesadelo. O inferno é aqui e agora, pensa, sentindo-se tanto demônio quanto condenado pelos demônios. Levanta-se, com dificuldade, e senta-se numa das cadeiras de metal do aposento. A perita puxa outra cadeira e, sem transição, fala que tem algumas respostas.

Respostas... de que perguntas?, pergunta o militar, atrapalhado, sem notar que a perita tem as respostas para as perguntas que ele ainda não fez, que ainda estão na cabeça dele. A doutora Rosa diz que sim, a arma dos três assassinatos é a mesma: a faca encontrada nas costas do professor Vágner Venâncio Veiga. Há impressões digitais?, pergunta Amâncio. Sim, uma impressão muito clara, responde a doutora Rosa. A assassina não se preocupou em usar luvas. Assassina... não assassino? Como a senhora sabe?, pergunta Amâncio, já sabendo que ela está certa. A mão que empunhou essa faca, explica a perita, era pequena, e a empunhou como uma mulher que nunca usou a faca como arma. Levando em conta a altura das três vítimas e o ângulo dos ferimentos, ela era bem mais baixa do que eles, detalha a doutora.

A mulher acertou primeiro o diretor da escola no pescoço – ele estava sentado e ela veio por trás dele. O professor Fernando Fernandez a conhecia bem, ou não permitiria que chegasse pelas costas

dele daquela maneira. Na verdade, os três a conheciam, acrescenta. Eles não esperavam que ela estivesse armada e fosse feri-los. Mesmo depois do primeiro assassinato, os outros dois não deviam ter medo dela, especula Rosa, com bastante certeza do que falava. Ela é que tinha ódio deles – do diretor, com certeza, garante. Foram várias facadas, quando bastava a primeira, direto na veia jugular. Depois, com os outros dois, ela foi fria, cirúrgica: um único golpe fatal. Devo acrescentar, acrescenta a doutora Rosa, que o professor Vágner já estava morto, quando bateu no fundo do poço do elevador. Ele foi morto dentro de uma pequena sala em frente àquele elevador, como algumas gotas de sangue o comprovaram. Suponho que eles tenham discutido, ela continua; o homem se virou para ir embora, a mulher então o esfaqueou nas costas. A seguir, a assassina deu um jeito de abrir a porta do elevador sem que ele estivesse no andar e, depois, arrastou o corpo do professor Vágner até a porta aberta e o jogou pelo poço abaixo.

Como a senhora sabe disso?, pergunta o tenente-coronel. Ela não era mulher e mais baixa do que ele, como teve força para arrastá-lo? Tinha muita poeira no chão, responde a perita, a cena ficou toda desenhada. A assassina não teve a menor preocupação de apagar os rastros do crime, como se quisesse deixar uma assinatura. Quanto à força da mulher, me admira o tenente-coronel! O senhor não é tão idiota quanto os seus coleguinhas. Devia saber que, com raiva, com ódio, uma mulher pode ter mais força do que dez homens juntos.

Amâncio engole em seco e prefere não discutir sobre o último ponto, optando por perguntar: podemos fazer alguma coisa com essa impressão digital, doutora? Já tem gente procurando no sistema, mas é improvável que a mulher tenha sido fichada algum dia, responde Rosa. Essa mulher não foi contratada por ninguém para matar esses três. Não é uma criminosa profissional. Trata-se de uma mulher ferida – ferida de morte, eu suponho.

A doutora então sugere..., começa Amâncio... Que você colete as impressões digitais das mulheres que trabalham no Colégio Silveira, em particular das mulheres mais baixas, sim, continua Rosa.

Pode dispensar as alunas, inclusive as meninas do segundo grau. Estes crimes não foram cometidos por uma adolescente. Tem razão, concorda o militar. Ao mesmo tempo, imagina que a assassina, tudo indica que de fato fosse uma mulher, desenvolveu um bom manto de invisibilidade. O problema é que ele não consegue pensar em nenhuma das mulheres que observou ou conheceu na escola – professoras, inspetoras, dona Lucy, Lúcia – como assassinas. Quem ele não viu, o que ele não percebeu?, se pergunta.

O tenente-coronel Amâncio agradece à doutora Rosa pelo trabalho e pela orientação. Sai do quartel, preocupado e intrigado. Pede ao soldado que o acompanha que os leve ao Colégio Silveira. Sugere que ele passe pela praça Saens Peña para pegar a rua Conde de Bonfim, o trânsito deve estar melhor. Durante o trajeto, pensa em que ordem contará as novidades para Lúcia – se começa pelo que ouviu da Maria e, depois, da doutora Rosa, ou se é melhor inverter as narrativas, falando logo das conclusões da perícia, tanto em relação à arma do crime quanto em relação à hipótese de o assassino ser uma mulher – como ela mesma, Lúcia, já imaginara.

Reconhece a ansiedade para conversar com Lúcia. Reconhece, também, que suas razões são pouco profissionais. Ele precisa saber se a bibliotecária sente por ele algo parecido com o que ele sente por ela. A conversa sobre crimes, vítimas e assassinas não é lá muito romântica, admite, mas não deixa de ser excitante de algum modo. Além disso, imagina que, se ele a elogiar por ter pensado primeiro na possibilidade de o assassino ser uma assassina, ela se sentirá reconhecida e estimulada, o que contaria pontos a seu favor. No momento seguinte, porém, pensa que está sendo um tanto ou quanto ingênuo, é melhor não contar com uma recepção tão favorável de Lúcia. Amâncio se dá conta de que as investigações sobre os assassinatos do Colégio Silveira só chegaram a esse ponto graças a três mulheres, não a um homem – no caso, a um tenente-coronel da polícia do exército. Ainda por cima, as três mulheres vivem, ou sobrevivem, de profissões bem diferentes: uma bibliotecária, uma perita criminal formada em química – e uma profissional do sexo.

Ao se dar conta disso, Amâncio solta uma gargalhada dentro do carro, obrigando o motorista a se conter para não olhar para trás e provocar um acidente desagradável no começo da rua Barão de Itapagipe, onde se situa a escola. Amâncio ri, porque imagina que, quando relatar a ação das três mulheres, será objeto de chacota no quartel até o fim da sua vida. Que homem é esse que precisa não de uma, mas de três mulheres para resolver três crimes?, dirão os seus companheiros de trabalho. De todo modo, o tenente-coronel já está acostumado e saberá como reagir – ou melhor, como não reagir.

Ao chegar à escola, Amâncio desce do carro, sobe as escadas e pergunta à dona Lucy, primeiro, se a professora que assumiria a direção já o fez. Dona Lucy responde que ainda não, o nome ainda precisa ser aprovado nos conselhos superiores. O colégio está um caos, reclama, sem direção e com a biblioteca fechada. Fechada, como?, assusta-se Amâncio. Dona Lúcia não veio hoje, informa dona Lucy. Todos nós estranhamos, porque ela nunca faltou nem atrasou. Ligamos para a casa dela, mas ninguém atendeu. Sabe, estamos preocupados, explica Lucy, apertando uma mão na outra para enfatizar a preocupação.

Por favor, me passe o endereço dela, pede Amâncio, contendo o nervosismo. Em qualquer outra situação, a mulher estranharia o pedido, mas naquela circunstância ela põe a mão na boca para segurar um grito, pensando o mesmo que Amâncio: que Lúcia pode ter sido, ou estar sendo assassinada em casa neste momento, da mesma maneira que o Kleiton. Dona Lucy, então, pega o arquivo em cima da mesa do diretor, puxa uma ficha de onde copia o endereço de Lúcia e o entrega para o oficial – que desce as escadas correndo. Ele entra de volta na viatura e pede para o soldado se dirigir, o mais rápido possível, para a rua Araticum, no bairro do Anil. O soldado alerta que vai demorar: eles têm que pegar a estrada Grajaú-Jacarepaguá, cuja duplicação foi inaugurada há pouco mais de um ano – mas, mesmo assim, volta e meia engarrafa tudo. Para pegar a estrada, passam também pelo antigo Jardim Zoológico, bem perto do apartamento onde encontraram o corpo do Kleiton, o que só aumenta a apreensão.

Amâncio tenta aproveitar a viagem para não pensar demais no que pode encontrar. A estrada atravessa algumas favelas no começo da subida, mas é margeada por muitas árvores na descida para Jacarepaguá, depois de passar pelo restaurante Cabana da Serra. O restaurante, o tenente-coronel sabe, é ponto de encontro regular de muitos oficiais do 1º Batalhão. Ele compareceu a um ou dois desses encontros, mas as piadas grosseiras e as referências jocosas às vítimas da tortura o afetavam de maneira desagradável. Quando passam pela Freguesia e chegam ao bairro do Anil, a ansiedade de Amâncio já está a mil por hora. Sua preocupação é enorme: que o assassino, ou assassina, tenha feito mais uma vítima. Ele não imagina um motivo pelo qual Lúcia seria alvo da suposta assassina, mas também não sabe o motivo que provocou os outros três assassinatos.

Na rua Araticum, no número que a dona Lucy lhe passou, encontram não uma casa, mas uma vila comprida, com várias casas bem pequenas. Por sorte, um morador, que estava saindo, aponta para eles a casa da moça que trabalha num colégio na Tijuca. O tenente-coronel Amâncio e o soldado entram na vila e já se preparam para arrombar a porta indicada pelo morador, quando a própria Lúcia abre a porta da sua casa. Na soleira, ela não se mostra surpresa com a visita e os convida para entrar. Surpresos, eles sim, os dois homens se entreolham. Depois de alguma hesitação, o soldado, percebendo que há um clima no ar, pede licença para esperar no carro. Amâncio concorda, ainda confuso, e entra sozinho com Lúcia, que fecha a porta atrás deles.

A sala é pequena, mas parece menor, porque há estantes em todas as paredes, todas elas cheias de livros. Os livros trazem capas duras e pretas com etiquetas brancas nas lombadas, tal como na biblioteca do Colégio Silveira. O policial suspeita que a bibliotecária desvie livros para a sua própria casa, sem que ninguém na escola note. Resolve não dizer nada a ninguém, porque ele não está ali para investigar este tipo de infração. Como ela não fala nem mostra onde ele pode se sentar, Amâncio senta-se num pequeno sofá, de dois lugares,

de courvin marrom. Para sua decepção, no entanto, Lúcia se senta numa pequena poltrona bergère, do mesmo material e da mesma cor.

Depois de se sentar, ela continua calada, esperando que ele fale. Amâncio solta um pigarro, antes de começar a contar a sua conversa com a moça da Vila Mimosa, embora preferindo não dizer onde foi a conversa. Ele conta que a moça, a quem chama de dona Maria, afirmou que o assassino seria uma assassina, tal como Lúcia já havia falado. Maria, com “dona” na frente, explicara que faca, ainda mais uma faca pequena, é arma de mulher: discreta e silenciosa. A mulher acrescentara que o primeiro assassinato teria sido passional, pelo número de facadas desferidas no corpo do diretor da escola, enquanto os outros dois assassinatos já teriam sido mais frios e determinados. Por fim, dona Maria concluía que quem a assassina queria matar era o diretor. Os outros dois caras, ela precisava matar, porque eles decerto a conheciam, logo a reconheceriam como a assassina.

Lúcia apenas lhe devolve um sorriso triste e não diz nada, como se esperasse ouvir a história da segunda mulher com quem o oficial falara. Amâncio, acostumado que leiam o seu pensamento, pergunta se a bibliotecária se lembra da doutora Rosa, a mulher que comanda os peritos do caso. Ah, então ela é uma doutora?, pergunta Lúcia, com um certo tom de ironia na voz. Sim, responde Amâncio; no caso, ela é formada em química. A doutora Rosa, fala Lúcia, devagar, lhe disse que a faca que ela tirou das costas do professor Vágner Venâncio Veiga era a mesma arma que tinha matado o diretor e o vice-diretor da escola... certo? Sim, é verdade; mas como... você já sabia?, pergunta Amâncio, mais uma vez um pouco espantado: por que aquelas mulheres descobrem tudo sobre o crime antes dele? Sem responder como deduzira que a faca foi a arma usada nos três crimes, Lúcia prossegue: a doutora Rosa também deve ter lhe explicado que a impressão digital no cabo da faca corresponde a de uma mulher baixa que os três homens decerto conheciam – como eles não imaginaram que ela fosse atacá-los, não esboçaram nenhuma defesa. Depois, a doutora

Rosa deve ter reforçado, reforça Lúcia, o que disse a sua dona Maria – aliás, se eu tirar o dona e deixar só Maria, acho que encontro uma boa amiga sua, daquelas que vivem na Vila Mimosa.

Quando escuta isso, Amâncio sente que o rosto fica roxo, o que, graças à sua pele muito branca, o deixa ainda mais constrangido. Como ela sabia também das suas visitas à Vila Mimosa? Lúcia amplia o sorriso, murmurando baixinho: ah, que bonitinho – você, todo corado, combina com os olhos coloridos. A frase, é claro, o deixa ainda mais vermelho. Este é um bom momento para o beijo antes do *the end* – mas Lúcia quebra o clima para repetir o que a doutora Rosa disse: que o motivo dos assassinatos é vingança, que o alvo era apenas o professor Fernando Fernandez e que os outros dois homens foram mortos porque conheciam a assassina. Por fim, Lúcia conclui que a doutora Rosa deve ter sugerido ao tenente-coronel que coletasse as impressões digitais das mulheres que trabalham no Colégio Silveira, em especial das mulheres mais baixas, para compará-las com a impressão encontrada no cabo da faca.

Amâncio balança a cabeça, impressionado. Para tentar se recompor, pergunta, abrindo os largos braços: mas como é que você sabe tudo isso, mulher? Elementar, meu caro Sherlock, retruca Lúcia, abrindo um sorriso ainda mais largo e ainda mais triste: eu conheço muito bem a assassina. Como... co-cómo?... gagueja Amâncio. Ela é, de fato, concorda Lúcia, uma mulher baixinha: uma mulher baixinha chamada Lúcia Oliveira da Silva.

Anos mais tarde, já reformado e devidamente promovido a coronel, Amâncio me contou que, quando conheceu a senhorita Lúcia Oliveira da Silva, pensou nela como uma possível criminosa para cumprir o seu dever de ofício: desconfiar de Deus e do mundo. Entretanto, em nenhum momento imaginou que ela fosse, de fato, a assassina do Colégio Silveira. Quando a conheceu, ao investigar o assassinato do professor Fernando Fernandez, o tenente-coronel escutou, vocês se lembram, um daqueles gritos que o atormentavam desde o quartel. O grito era horrível, como se estivesse engasgado ou enclacrado – mas Amâncio controlou a reação do rosto, sabia que nem Lúcia nem ninguém escutava os gritos. Na hora, pensou que o grito talvez fosse da própria Lúcia: trazia um pouco de ódio, bastante dor e muita vergonha.

Amâncio sabia que o grito era real, mas não tinha como saber se acontecia naquele instante, se acontecera antes, pouco antes ou muito antes – ou, ainda, se aconteceria no futuro, em algum lugar, em algum momento. O grito-fantasma de Lúcia, podemos chamá-lo assim, não o ajudou a pensar nela como uma assassina. Na verdade, o que Amâncio escutou foi o grito de terror de outra pessoa, sem poder identificar quem gritava e por que – ou por quem. Se, desde o princípio, não havia indícios que apontassem para a responsabilidade de Lúcia nos

assassinatos; se, desde o princípio, nenhum dos demais personagens da história levantou qualquer suspeita a respeito; depois, então, seu interesse pessoal pela bibliotecária não deixou que ele sequer admitisse a hipótese de Lúcia como a assassina.

Voltemos novamente a 1984, na rua Araticum, no bairro do Anil, na cidade do Rio de Janeiro. Quando se recupera do espanto com a revelação, depois de andar de um lado para o outro na sala de Lúcia, uma, duas, três vezes, o tenente-coronel se senta de novo no sofá, respira fundo e pede que ela conte o que aconteceu. É um alívio poder lhe contar, responde Lúcia. Mas, para isso, preciso contar a história desde o começo, pode ser? Claro, conte desde o começo, por favor, pede Amâncio, tentando controlar sua tristeza e desolação. Suponho, acrescenta, que eles tenham lhe feito alguma coisa muito grave para levá-la a matá-los.

Eles me tiraram tudo o que eu tinha de mais precioso no mundo, confirma a mulher, deixando-me apenas o desespero e o ódio. Sua... honra?... pergunta o militar, com medo da resposta e da sua própria vontade de matar quem já estava morto. Lúcia abre mais um dos seus sorrisos tristes e pergunta se aquilo que Amâncio chama de honra não é bem uma honra militar. Não-não, confirma o oficial. Acho que você prefere que eu fale sem eufemismos, ele entende. É melhor para nós dois, concorda a bibliotecária. Certo, responde o homem, e respira fundo para perguntar, sem dar mais voltas: qual daqueles homens a violentou, e quando? Nenhum deles me violentou, retruca a mulher. Não a mim. A vítima foi a minha mãe. Era ela tudo o que eu tinha de mais precioso no mundo.

A fotografia... lembra Amâncio, de repente, levando a mão à boca. Na biblioteca, na mesa de Lúcia, o porta-retratos. A fotografia em preto e branco. A cruz de madeira enterrada no chão. O fio de arame farpado pendurado na cruz. O nome gravado à tinta, em caligrafia tosca: "Maria Joze de Oliveira da Si". O final do sobrenome debaixo da terra. A fotografia na sua mesa, aponta o tenente-coronel para a mesa de centro, como se o porta-retratos também estivesse ali.

Sua mãe... está debaixo... da cruz? Sim, responde Lúcia. Mamãe está ali. E está aqui, cravada também no meu coração e na minha mente.

É o que Amâncio me contou, muitos anos depois. Quando Lúcia era ainda uma menina, e sua mãe, viúva de um mestre de obras, ambas tiveram que se mudar de um pequeno apartamento, em Vila Isabel, para um barraco no alto da favela do Turano. Dona Maria Joze, que até então fora apenas dona de casa, procurou emprego no Colégio Silveira, inaugurado havia poucos anos, pela universidade do então Distrito Federal, em 1957. O senhor Kleiton, que já trabalhava na secretaria da escola, contratou a mãe de Lúcia como faxineira – menos pela sua experiência na função, que era nenhuma, mais pela sua beleza mestiça, a mesma que a filha herdara. No entanto, ainda que a motivação de Kleiton fosse o interesse carnal, ele se conteve, como bom católico marcado pelo próprio sobrenome. Quem não se conteve tanto assim foi o jovem professor de geografia. Morando sozinho na cidade, o professor Fernandez contratou a faxineira da escola para também fazer a faxina na sua casa uma vez por semana. Fernando não sentira ainda a necessidade de uma faxineira, mas só até conhecer a mãe de Lúcia.

Maria Joze, precisando de dinheiro para criar sozinha a filha, aceitou a empreitada e passou a fazer faxina na casa do Fernandez aos sábados pela manhã. No começo, a mulher levava a menina com ela, quase uma adolescente, quer porque não tinha com quem deixar, quer porque a garota servia como uma espécie de escudo moral contra qualquer avanço desagradável do patrão. Com o tempo, porém, dona Maria Joze foi observando olhares impudicos do professor, não apenas em relação a ela, mas também em relação à sua filha. Ele não falava nada, não fazia nenhuma insinuação, não dava nenhuma indireta, mas, por longos minutos, parava na sala para olhar a menina desenhando na mesa – assim como parava na porta da cozinha para olhar os movimentos do corpo da sua faxineira lavando a louça da semana na pia. Preocupada, a mãe de Lúcia conseguiu que uma vizinha da favela cuidasse da menina nos sábados, em troca de alguns cruzeiros. Como precisava do dinheiro, não largou o trabalho na casa

do professor, mais ou menos segura de que ele não faria nada mais do que ficar olhando-a daquela maneira constrangedora.

Dona Maria Joze estava errada.

Depois de alguns sábados, Fernandez se aproximou tanto dela na cozinha, por trás, que logo a agarrou e começou a apertar seus seios. Dona Maria se virou, com a faca que estava lavando na mão, e o afastou, ameaçando feri-lo. O macho se apequenou, jogando-se de joelhos no chão e pedindo perdão, perdão, perdão!, ao mesmo tempo que prometia aumentar o salário dela e se comportar – mas que ela, pelo amor de Deus, pelo amor de tudo que lhe fosse mais querido, pelo amor da sua filha!, não deixasse o emprego, não deixasse de vir à sua casa aos sábados. A mulher respondeu que precisava pensar e pediu para ir embora, não conseguiria mais trabalhar naquele dia. Em casa, contou tudo à filha, até porque não tinha mais ninguém com quem conversar. A menina implorou que a mãe não voltasse mais à casa daquele homem, aliás, que largasse também o emprego na escola onde aquele homem era professor. Maria Joze disse que não podia fazer nem uma coisa nem outra, elas precisavam do dinheiro. Com o aumento que o professor tinha prometido, inclusive, elas conseguiriam muito em breve sair daquele barraco na favela para ir morar numa quitinete no Rio Comprido, ela até já tinha visto uma para alugar.

Lúcia chorou bastante, assustada, mas não sabia o que fazer para convencer a mãe, ou para protegê-la. Chegou a pedir para ir com ela aos sábados na casa do Fernandez, mas Maria Joze não concordou de modo algum, ela é que tinha como prioridade proteger a sua filha. Insistiu com a menina, então, que já tinha dado o limite, que o professor havia entendido muito bem, e que sua mãe sabia se defender.

A mãe de Lúcia estava, mais uma vez, enganada.

Depois de alguns sábados silenciosos e respeitosos, bem como do pagamento de um salário bem mais alto, Maria Joze baixou a guarda e acabou sendo surpreendida longe da cozinha e, portanto, das facas. De maneira brusca, repentina e rápida, o patrão a agarrou, a despiu e a

violentou, com toda a violência contida no próprio verbo. Assim que consumou o ato, em poucos minutos, o professor Fernandez levantou as calças, que mal tinha abaixado, e virou as costas para ela, sem falar uma palavra. Machucada e humilhada – destruída –, a mulher se vestiu com dificuldade e foi embora, sentindo muita dor.

Quando viu a mãe chegar em casa, as lágrimas rolando pelo seu rosto sem parar, mas, ao mesmo tempo, sem emitir um soluço, um som que fosse, Lúcia entendeu o que havia acontecido. Ela perguntou várias vezes sobre a faca – mamãe, você conseguiu usar a faca, mamãe, você conseguiu enfiar a faca nele –, até a mãe lhe explicar que não, ele a agarrou no meio da sala, longe das facas. A Lúcia, só restou abraçar a mãe pelo resto do dia, pelo resto da noite.

Maria Joze passou tão mal que nem pensou em trabalhar no Colégio Silveira, na segunda-feira. Lúcia a deixou deitada, com febre, e foi à escola, procurar o homem que a tinha empregado. Miúda, mirrada, menina ainda, o encarou e, no meio da secretaria, disse o que tinha acontecido entre a sua mãe e o professor. Kleiton se mostrou apavorado com a possibilidade de que a notícia caísse em domínio público – mas não mostrou a indignação que Lúcia esperava. Ele a arrastou para a sala dos professores, procurando o amigo do professor Fernando, o professor Vágner, ele saberia o que fazer, garantiu. Quando se encontraram, Vágner levou os dois para conversarem no refeitório, àquela hora vazio. Sentaram-se numa das mesas. O professor procurou, primeiro, acalmar Kleiton, dizendo que tudo podia ser resolvido, e sem prejudicar ninguém. Depois, ambos tentaram convencer Lúcia – de que sua mãe havia entendido mal, de que não tinha havido nenhuma violência. Que o fato de sua mãe, assim, tão bonita, ter ido trabalhar aos sábados na casa de um homem que morava sozinho significava um convite irrecusável para alguma relação daquele tipo – afinal, o professor Fernando Fernandez era um homem decente, mas não era feito de ferro.

Os homens não somos feitos de ferro!, insistiu e repetiu e sublinhou o professor Vágner, como se estivesse dando aula para uma

sala cheia. Em seguida, Vágner pediu à menina, apertando com muita força o seu braço esquerdo (tanta, que ficou roxo), que ela não falasse nada com mais ninguém, e que nem ela nem a mãe voltassem à casa do professor Fernandez, que a dona Maria Joze também não voltasse à escola, de jeito nenhum! Ele garantia, o Kleiton também garantia, não é mesmo, Kleiton, eles dois garantiam o salário dela por alguns meses, até ela conseguir outro emprego. Sua mãe sem dúvida conseguiria outro emprego, melhor ainda do que este, ela era uma boa faxineira, ela tinha boa aparência, qualquer patrão a contrataria sem pensar duas vezes.

Lúcia não respondeu nada. Ela só conseguia pensar na faca que a sua mãe devia ter usado logo na primeira vez. Levantou-se da mesa, sempre em silêncio, olhando nos olhos do professor Vágner até que ele largasse o seu braço. O professor Vágner soltou o braço de Lúcia. Lúcia se virou e foi embora para casa. Por alguns anos, eles não souberam de nenhuma das duas mulheres. Elas desapareceram. A filha e a mãe não voltaram, nem mesmo para pegar os meses de salário prometidos.

Vários anos depois, Lúcia reapareceu, adulta, formada em biblioteconomia, pedindo emprego para o chefe da secretaria da escola – um homem chamado Kleiton de Todos os Santos. Ele a reconheceu de imediato, entendendo também que o pedido era menos um pedido do que uma exigência. O senhor Kleiton atendeu à exigência sem discutir e sem perguntar pela mãe da jovem, porque era preciso esquecer o que acontecera, era preciso enterrar o que havia acontecido. Depois, o secretário procurou o professor Vágner, que disse que ele tinha agido certo. Mais tarde, falariam com o Fernando. Entretanto, outras coisas aconteceram na escola até Kleiton e o professor serem eleitos vice-diretor e diretor do Colégio Silveira – eles acabaram se esquecendo de falar com o professor, e depois diretor, Fernando Fernandez. Para ajudá-los a esquecer, Lúcia se mostrava muito discreta, mal saía da biblioteca, onde o professor Fernandez, por sua vez, não se dignava a aparecer. Nenhum dos três sabia, portanto, que a mãe de Lúcia havia sido ferida de morte.

Ela falecera poucos meses depois da violência que sofrera. A filha cuidara dela até o fim do jeito que pôde, com ajuda de algumas vizinhas da favela. Depois, Lúcia trabalhara como babá na própria favela, estudando à noite, à luz de velas, para fazer o curso supletivo, o vestibular e, depois, a faculdade estadual de biblioteconomia. Determinada e disciplinada, formou-se com louvor. A profissão que escolhera atendia tanto a seu gosto pela leitura – formado não se sabia como, se não tinha livros em casa – quanto ao plano que esboçou no dia mesmo do estupro da mãe. O plano era o de voltar à escola, disfarçada de bibliotecária, para se vingar daqueles homens. A filha de Maria Joze entendia que os três eram cúmplices no crime, logo tão responsáveis quanto aquele que violentara a sua mãe.

Lúcia sabia que Vágner e Kleiton criaram as condições para o estupro da mãe, eles é que depois o acobertaram como puderam, inclusive ameaçando-a, ao apertarem seu braço com força. O recado era claro: ou vocês duas ficam quietas, ou ambas morrem. O recado ainda podia ser pior: você pode ser a próxima vítima. Durante pouco mais de um ano, a bibliotecária trabalhava em silêncio, carregando livros de um lado para o outro. Na bolsa, levava apenas a sua maquiagem, discreta, e uma pequena faca de estimação, que guardara dos tempos do barraco no Turano. Antes de sair de casa, cuidava de amolar a faca, desentortando dentinhos e desalinhos, para depois afiá-la com cuidado, refazendo o fio da lâmina com uma pedra improvisada. Fazia isso todo dia, esperando uma oportunidade. Que apareceu quando ela recebeu um recado da dona Lucy: o professor Fernandez pedia que levasse para o gabinete da direção um exemplar do romance *1984*, de George Orwell.

Lúcia lera o livro assim que soube que o professor Carlos o adotara nas turmas do segundo grau. O romance a impressionara muito, imaginando que aquelas coisas poderiam acontecer – ou que já poderiam estar acontecendo. Ao mesmo tempo, Lúcia sentiu uma identificação forte com a personagem Julia, a funcionária do Departamento de Ficção: lia o livro querendo muito que Julia matasse O'Brien,

o sujeito do Ministério da Verdade que enganara, prendera e torturara ela e seu namorado, Winston Smith – de preferência, com uma faca tão pequena e tão afiada quanto a dela. Não sabia se já estava preparada, mas, mesmo assim, pôs a bolsa no ombro, com a faca no fundo, e desceu para o térreo, levando o exemplar da biblioteca para o diretor. A bibliotecária entrou no gabinete seguida da secretária e entregou o livro nas mãos do diretor, sem que o professor se dignasse a olhar para ela: já foi abrindo e folheando às pressas, como se estivesse fazendo uma espécie de leitura dinâmica – ou como se estivesse fingindo que lia alguma coisa.

Com dona Lucy do lado, Lúcia disse baixinho, de nada, embora o professor não houvesse esboçado o menor agradecimento. Ela voltou para a biblioteca, pensando que haveria outra chance – George Orwell lhe daria outra chance. Lucy se despediu dela, falando: não repara, ele é assim mesmo. Lúcia apenas sorriu de leve, sabendo bem como ele era. Procurou memorizar bem a disposição dos móveis no gabinete, a posição do corpo da pessoa que se sentava na cadeira do diretor, até mesmo a iluminação do local. De repente, sentiu-se preparada. Quando fosse preciso, estaria pronta.

Poucos dias depois, o professor Carlos, com quem nunca tinha conversado mais do que alguns segundos, trocando bons-dias ou boas-tardes, se tanto, a procurou no segundo andar para lhe contar, tão indignado quanto espantado, a conversa absurda e surrealista que acabara de ter com o professor Fernando. O diretor da escola incorporara o espírito de 1984, exigindo que o professor de literatura desadotasse o livro que havia adotado e, ainda por cima, obrigasse os alunos a deslerem o livro que haviam lido. Para surpresa do professor de literatura, Lúcia não mostrou nenhuma surpresa, explicando a Carlos que pessoas como o Fernandez não leem, elas apenas desleem: o mundo, a literatura, o outro. Elas não apenas não pensam: elas despensam. Elas, mais do que negam, elas denegam a arte, a ciência e a história, nada menos. Lúcia, Carlos e Amâncio ainda não sabiam, mas pessoas como o Fernando, o Kleiton e o Vágner elegeriam, no século seguinte,

para presidente da república, um monstro que defenderia a tortura e acharia que algumas mulheres, como a dona Maria Joze, merecem ser estupradas – ou não merecem, mas apenas porque são feias.

Certo, continuemos em 1984. Vocês têm razão.

Na quinta-feira, véspera do feriado, os alunos, os funcionários e os demais professores desciam as escadas correndo, para irem embora o mais rápido que pudessem. Sabendo que dona Lucy pedira para sair mais cedo, Lúcia procurou o diretor, que se encontrava sozinho no gabinete. Por alguma razão, ele não saía na sua hora habitual, antes de o sinal tocar. Ao entrar sem se anunciar, Lúcia postou-se à frente da sua escrivaninha também sem dizer uma palavra, apenas olhando-o nos olhos. Eu conheço a senhora?, perguntou Fernandez, não reconhecendo-a nem mesmo como a bibliotecária que lhe levara o livro. Eu trabalho na biblioteca e trouxe para o senhor o exemplar desse livro, respondeu Lúcia, apontando para o volume na mesa.

Ah sim, compreendeu o diretor. Pode me repetir seu nome?, pediu. O senhor já ouviu meu nome há muito tempo, professor, retrucou Lúcia, acrescentando: e na sua própria casa. A senhora... já esteve na minha casa?, perguntou o diretor, sem entender bem – mas, quando? Com a minha mãe, explicou Lúcia. Que trabalhava aqui na escola e que o senhor chamou para trabalhar também na sua casa. Lembro que o senhor ficava me olhando bastante, enquanto eu desenhava na mesa da sua sala. O homem se quedou de boca aberta por alguns segundos, até gaguejar, assustado: vo-você é a-a fi-filha da... da...

Maria Joze, disse Lúcia. Maria Joze de Oliveira da Silva, Lúcia completou. Naquele momento, o professor Fernando Fernandez parecia que via um fantasma. Um fantasma de seu passado. Um fantasma do pior de si mesmo. Tudo o que queria ter esquecido. Tudo o que tanto quis e, ao mesmo tempo, tanto quis que nunca tivesse acontecido. Ele pensou em perguntar como estava a mãe dela, mas teve medo de que ela lhe dissesse que a mãe morrera. Ele quis lhe pedir desculpas, mas não sabia como fazê-lo. Não houve tempo para aprender a pedir perdão: Lúcia já rodeara a mesa e, posicionando-se atrás

da sua cadeira, enfiou a faca devagar, bem devagar, no seu pescoço. Depois, sempre devagar, sem se apressar, no seu peito: aqui, ali, mais em cima, mais em baixo – outra vez, outra vez, outra vez.

Guardou a faca na bolsa de mão, sem limpá-la, faria isso em casa. Viu a cabeça do diretor cair sobre a mesa e depois escorregar, com o resto do corpo, para o chão do gabinete. Por longos minutos, ficou parada, sentindo uma saudade absurda da mãe. Gostaria de achar que a mãe estaria se sentindo vingada onde estivesse – mas não acreditava em nada disso. Sua mãe morrera há muito tempo. Sua mãe não existia mais – há muito tempo.

Na sala de Lúcia, cercados de livros, o tenente-coronel Amâncio da Cruz e Silva e a filha de Maria Joze de Oliveira da Silva também ficam longos minutos em silêncio. Depois de um bom tempo, o próprio Amâncio completa a história, concluindo que Lúcia procurara Kleiton e Vágner para matá-los também, é claro, porque eles deduziriam com facilidade quem teria assassinado o amigo. Não por isso, retruca Lúcia. Eu não me incomodava que eles me denunciassem, como não me incomoda que você esteja aqui, pronto para me prender. Minha vida acabou quando aquele homem fez o que fez, explica, mas ele não fez aquilo sozinho. Os outros dois foram tão estupradores quanto ele, foram tão assassinos quanto ele, assim como há tantos homens que fariam e fazem e farão, à menor oportunidade, o que eles fizeram.

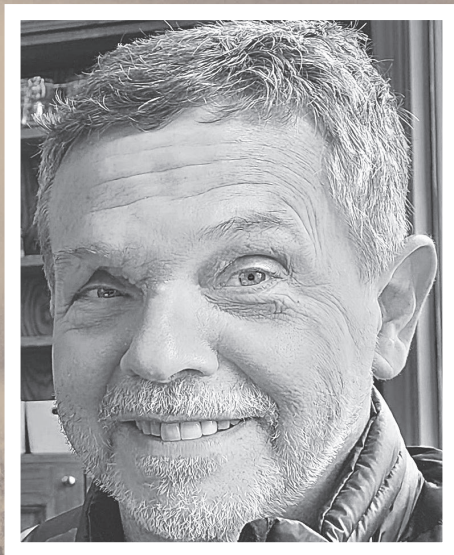
Você matou o professor Vágner na salinha do quinto andar, em frente ao elevador – Amâncio afirma, mais do que pergunta. Sua perita é boa, concorda Lúcia. Por que não deixou o corpo lá em cima? Por que precisou jogá-lo pelo poço do elevador?, pergunta Amâncio. Porque eu queria produzir o som da queda – um som que fosse tão alto a ponto de cortar o prédio por dentro, conta Lúcia. Sei que é absurdo, mas... não consigo deixar de achar que o Colégio Silveira também matou a minha mãe.

Nesse momento, Amâncio sente que a faca de Lúcia o atinge no pescoço e depois no peito – várias vezes. Ele sabe que, de algum

modo, merece aquelas palavras – aquela facada. Levanta-se, derrotado. Lúcia tem razão: ela perdeu tudo. Mas ele também perdeu tudo – porque perdeu Lúcia. Quando o vê se arrumando para sair, a bibliotecária pergunta, tentando brincar um pouco: para onde vai me levar, senhor tenente-coronel Amâncio? Para a delegacia, ou para o quartel da rua Barão de Mesquita?

Amâncio se vira, olha-a, respira e responde, falando devagar: para lugar nenhum, menina. Fique em casa. Você só me contou uma história. Durante toda a investigação deste crime, eu não cheguei a lugar nenhum, eu não descobri nada. O assassino chegou na minha frente, como sempre. Há tantos outros assassinos por aí, muitos deles fardados, uniformizados e, apesar de tudo, invisíveis, como você mesma me disse, desde o começo. Esses homens. Sempre invisíveis. E o grito das vítimas. O grito das vítimas, que não para. O grito das vítimas se multiplica por muitas. Vivemos como se não escutássemos esse grito, mas eu sei que eu escuto. Que continuarei escutando.

Amâncio sai da casa e, com cuidado, fecha a porta atrás de si. Lúcia permanece sentada na velha poltrona bergère da sala, cercada de estantes e livros. Dos seus olhos escuros, escorrem lágrimas lentas.



O autor deste romance foi aluno, de 1966 a 1973, e professor, de 1978 a 1991, do Colégio de Aplicação da Uerj – por mero acaso, palco dos acontecimentos desta história. Professor de teoria da literatura por muitos anos, hoje é editor da Eduerj. Publicou 12 romances, destacando-se *A filha do escritor*, e 15 ensaios, destacando-se *A ficção de Deus*. Ganhou alguns prêmios bem importantes, como este Prêmio Ufes de Literatura. No entanto, ainda acha que está aprendendo a escrever.

No dia 10 de setembro de 1984, a secretária do Colégio Silveira encontra o corpo do diretor numa poça de sangue. Assume a investigação do crime um tenente-coronel do exército que costuma ser desviado das ações repressivas para outras funções. Os desdobramentos da história são surpreendentes, mas o contexto sociopolítico recebe do narrador igual ou maior atenção do que a elucidação dos fatos. Assim, *De volta a 1984* é uma narrativa bem articulada e envolvente tanto pelo andamento de romance policial quanto pelos temas abordados, como a ditadura militar e o abuso da mulher. O leitor é instado a relacionar o tempo do romance com o momento contemporâneo, num movimento que vai da ditadura de 1964 ao governo de Bolsonaro. Na base de tudo, um grande apreço pela literatura, que se torna a pista mais consistente para a elucidação do crime.

Benedito Antunes e  
Fabiane Verardi



**EDUFES**